

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES

**O SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA E A SOCIABILIZAÇÃO DO
TRABALHADOR SINDICALIZADO NO BRASIL: 1943-1964**

Campinas

2006

JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES

O SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA E A SOCIABILIZAÇÃO DO TRABALHADOR SINDICALIZADO NO BRASIL: 1943-1964

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida por Juliana Pedreschi Rodrigues e aprovada pela Comissão julgadora em: 23/02/2006.

Prof. Dr. Lino Castellani Filho
Orientador

Comissão Julgadora

Profª. Dra. Silvia Cristina Franco do Amaral
Prof. Dr. Elmir de Almeida

Campinas
2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

R618s Rodrigues, Juliana Pedreschi.
O serviço de recreação operária e a sociabilização do operário sindicalizado: 1943-1964 / Juliana Pedreschi Rodrigues. - Campinas, SP: [s.n], 2006.

Orientador: Lino Castellani Filho.
Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Operários – Recreação. 2. Socialização. 3. Lazer. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Este trabalho é dedicado ao meu pai e a minha mãe que conseguiram com muitas lutas e sacrifícios educar os seus sete filhos.

Agradecimentos

Aos companheiros de trabalho do Centro Universitário Ibero Americano, Célia Serrano, Marcelo Sotratti, Carlos Alberto Lopes, Carlos Cardoso, Manoel Silva, Diana, Perfeito, Cynthia e Silvio pelo apoio, compreensão e pelo auxílio importante que me deram na fase final dessa jornada.

Aos amigos Wilson Lino e Reinaldo Pacheco, agradeço pelo apoio constante, pelo carinho e amizade de tão pouco tempo, mas que parece que é da vida toda.

Aos amigos Marcelo Húngaro, Erick, Evelise, Edna, Raquel, Mota, Izildina, e Andréia Geraldo pela amizade e carinho.

A Telma Brito companheira de trabalho e amiga, agradeço muito por todo apoio e pela ajuda *impagável* que me deu.

As minhas queridas amigas, Cristina, Marlene, Priscila, Teresa, Rosane e Valdelaine, serei eternamente grata pelo carinho e apoio de cada uma, por terem compartilhado comigo as dificuldades, os avanços e recuos deste trabalho oferecendo-me estímulo, sugestões e principalmente amizade.

A minha grande família: Maria Ignez minha mãe, meus irmãos João, Rita, Julião, Inês, Jorcilei, Adriana e sobrinhos, Pedro e Gabriel, por serem exatamente como são e por estarem sempre ao meu lado.

A amiga e *madrinha* Claudinha Moraes, serei eternamente grata por sua generosidade, pela amizade, pela confiança que sempre depositou em mim e por ter me ajudado tanto em minha vida profissional e pessoal.

A amiga Silvana Venâncio, por todo apoio que vem me dando nesses últimos anos, pela grande ajuda nesse momento de finalização do meu trabalho e principalmente pelo seu carinho de mãe e amizade sincera.

Ao professor Edison Duarte, a Márcia e a Mariângela por toda a atenção e carinho que tiveram sempre comigo.

Ao Professor Vinicius Ruas, agradeço por compartilhar os seus conhecimentos comigo, pela disponibilidade constante e por toda a contribuição que me deu nos últimos anos.

A Professora Silvia Cristina Franco, pela forma carinhosa e amiga como recebeu o meu convite para participar da banca de qualificação e defesa, pelas orientações e por compreender as minhas dificuldades e principalmente por participar do processo de construção do meu trabalho indo muito além de suas responsabilidades como membro da banca.

Ao Professor Elmir de Almeida, pelo companheirismo, carinho e respeito com que recebeu o meu trabalho, pelas conversas, ensinamentos, pela amizade, por incentivar-me, e principalmente por não me deixar desistir e também por ir muito além de suas responsabilidades como membro da banca.

A meu querido orientador, *Professor Lino Castellani Filho*, pessoa e mestre que tanto admiro por sua obstinação e incansável desejo de escrever uma nova história para a educação física, para o lazer e para o Brasil. Sinto-me honrada por ter sido sua orientanda. Serei eternamente grata pela grande oportunidade que me deu, por sua amizade e por ter depositado em mim, muito mais confiança do que eu merecia, e especialmente por ter permanecido ao meu lado até o fim, apesar de todas as dificuldades que tive e que ainda tenho.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. **O Serviço de Recreação Operária e a Sociabilização do Trabalhador Sindicalizado no Brasil: 1943-1964**. 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o ciclo vital do Serviço de Recreação Operária - SRO, buscando compreender se ele foi instituído com base em reivindicações da classe operária, por lazer, ou a partir de interesses privados ou do Estado. Para isso fez-se necessário levantar e analisar referências – de distintas naturezas – sobre o ciclo de vida integral do SRO entre os anos de 1943-1964, os motivos de sua manutenção por vinte um anos e de extinção. Do ponto de vista lógico-metodológico, a investigação se concentrou no tema do lazer do operariado sindicalizado e sua família, focalizando especificamente a atuação dessa instância pública de natureza estatal criada para atuar politicamente no âmbito da reprodução da força de trabalho no Brasil e nos estudos sobre a organização urbano-industrial do Brasil no início do século passado, objetivando a compreensão das relações existentes entre o Serviço de Recreação Operária com o universo do trabalho e com o lazer.

Palavras-chaves: lazer operário; institucionalidade; sociabilidade

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. **O Serviço de Recreação Operária e a Sociabilização do Trabalhador Sindicalizado no Brasil: 1943-1964.** 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ABSTRACT

This study he had as objective to analyze the vital cycle of the Service of Laboring Recreation - SRO, being searched to understand if it was instituted on the basis of claims of the laboring classroom, for leisure, or from private interests or of the State. For this one became necessary to raise and to analyze references - of distinct natures - on the cycle of integral life of the SRO between the years of 1943-1964, the reasons if its maintenance for twenty one years and of extinguishing. Of the logical-methodological point of view, the inquiry if specifically concentrated in the subject of the leisure of the work force union member and its family, focusing the performance of this public instance of state nature created to at the beginning act politically in the scope of the reproduction of the force of work in Brazil and the studies on the organization urban-industrial of Brazil of the passed century, objectifying the understanding of the existing relations between the Service of Laboring Recreation with the universe of the work and the leisure.

Word-keys: laboring leisure; institucionalidade; sociability

SUMÁRIO

1 Introdução	01
2 O trabalho, o operário, o lazer e o Estado Novo.....	11
2.1 O Estado e lazer: ação civilizatória e arquitetura da nação.....	28
2.2 O Estado Novo e a regulamentação do lazer operário.....	44
3 O Serviço de Recreação Operária: período de implantação e anos 50.....	39
3.1 A origem da institucionalidade.....	41
4 O Serviço de Recreação Operária: 1959-1964.....	59
Considerações Finais.....	67
Referências	71
Anexos	75

1 Introdução

O interesse em estudar o Serviço de Recreação Operária - SRO surge após a minha participação, como aluna ouvinte, em 2000, na disciplina “Políticas para educação física esportes e lazer” ministrada pelo Professor Lino Castellani Filho, na Unicamp. Foi no desenvolvimento dessa disciplina que tive acesso aos debates sobre a visão da educação física e do lazer em diversos períodos da história nacional.

Entre os temas abordados, o Serviço de Recreação Operária foi apontado como uma das primeiras instituições a atuar no campo do lazer operário. A escassez de estudos sobre essa instituição chamou-me a atenção e, a partir da leitura de Castellani (1988), dediquei-me a busca de documentos, dados e informações sobre o SRO. Do início das pesquisas até o meu ingresso no curso de mestrado da UNICAMP, passaram-se rapidamente dois anos. E depois do ingresso eles passaram de forma mais rápida ainda. Praticamente após três anos de coletas de dados e de leituras sobre o SRO, a dissertação foi finalizada, ela avança sobre o já foi publicado sobre o tema e não tem a pretensão de encerrar o assunto sobre o mesmo e sobre o lazer do operariado industrial no espaço urbano brasileiro; pelo contrário, oferece elementos para que outros planos investigativos ou perspectivas analíticas sobre o Serviço sejam empreendidos.

O Serviço de Recreação Operária (SRO) foi instituído pelo governo Vargas para integrar a maquinaria pública do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) durante o Estado Novo, através da Portaria de nº 52, publicada no Diário Oficial em 21 de setembro de 1943. A esta institucionalidade estatal foi atribuída a competência de fomentar, programar e difundir atividades esportivas, culturais e de escotismo, consideradas “educativas, sadias e úteis”

à recuperação e fortalecimento do operariado e sua família. Cabia ao SRO colaborar para a formação de novo modelo de operário, de nação e de desenvolvimento industrial, projetado pelo Estado Novo (FIGUEREDO, 1999).

O marco legal que institui o SRO foi assinado pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho, responsável pelo MTIC, e a nova estrutura burocrática teve como seu primeiro gestor e presidente Arnaldo Lopes Sussekind, representante das camadas médias da sociedade brasileira do período, formado em Direito, contratado pelo Governo Vargas para atuar como consultor daquele Ministério a partir de 1942. Em depoimento oral prestado para esta pesquisa Sussekind se auto-atribui o papel de idealizador do projeto que resultou na instituição do SRO. Para o desenvolvimento do conjunto de atividades culturais, educativas e esportivas o SRO contava com um grupo de especialistas em cada um daqueles campos. A Portaria de nº. 68 de 1943 designou os técnicos responsáveis para cada setor, “(...) Francisco Gomes Maciel Pinheiro, Nilo Alves de Moraes e Antonio Piedade Pinto, respectivamente, para técnicos dos setores cultural, desportivo e de escotismo, sendo o Capitão Médico Hermilio Ferreira escolhido para encarregado da Seção de Seleção Biológica (...)”, todos os profissionais vindos da antiga Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro.

Todo o financiamento da ação político-administrativa da institucionalidade foi efetivado mediante a canalização de recursos oriundos do Imposto Sindical, o IS, criado em 08 de julho de 1940 e implantado em 14 de maio de 1942.¹ Os recursos financeiros advindos daquela

¹ O imposto sindical obrigatório é arrecadado pelos sindicatos de todos os participantes das categorias profissionais e econômicas que legalmente o representam, através de cobrança compulsória correspondente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores brasileiros com carteira assinada. Do total arrecadado 60% permanecem nas próprias entidades sindicais; 20% são entregues as associações sindicais de grau superior a que estiverem filiados aqueles sindicatos; finalmente, os restantes ao 20% vão constituir o "Fundo Social Sindical", que é gerido no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pela Comissão do Imposto Sindical (SUSSEKIND, 1946).

fonte foram gerenciados por um conselho central composto por três membros, designados pelo Ministro do Trabalho: um representante do Ministério; um membro da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS) e um representante das entidades sindicais de empregados. Apesar dos recursos do Imposto Sindical ser cobrado compulsoriamente de todos os trabalhadores brasileiros a destinação dele ficou restrita aos operários que aderiram aos novos sindicatos tutelados pelo Estado.

Após o final do Estado Novo, em 1945, o SRO não é desarticulado, porém desenvolve suas atividades sofrendo algumas alterações em sua estrutura burocrático-administrativa e mudanças nos princípios e valores que davam fundamentação às suas diretrizes originais, repertório de atividades e projetos voltados ao operariado (SUSSEKIND & MARINHO, 1952). A trajetória dessa institucionalidade é interrompida logo após o Golpe Militar ocorrido em março de 1964, pela emergência dos governos de exceção. Desta forma, podemos afirmar que o SRO teve um ciclo vital de 21 anos que não são integralmente analisados nos estudos existentes sobre ele, que em geral, valorizam somente o período que corresponde aos últimos anos do Estado Novo.

Dentre os estudos que abordaram o SRO destacamos: MARINHO, 1957; FERREIRA 1959; LENHARO, 1986; CASTELLANI, 1988; OLIVEIRA, 1990. As dissertações de: LIMA, 1980; BERCITO, 1991 e FIGUEIREDO, 1991. As teses de LINHALES, 1996, WERNECK, 2003 e VERONEZ, 2005. E ainda, os artigos de GOMES & MELO, 2003; de WERNECK & SANTOS, 2002; MELO, 2004 e BRÊTAS, 2004. Neles percebemos uma grande ênfase aos acontecimentos dos anos subseqüentes a sua criação – o realizado, circunscritos a temporalidade do Estado Novo e, em geral, abordam o que denominam de “ideologia estadonovista”

(GIANOTTI, 1986). Abordam também, as relações havidas entre SRO e os campos da educação física, da formação moral e corporal como dispositivos de controle do tempo livre do operariado brasileiro.

Trata-se de estudos que trouxeram inegáveis contribuições acadêmicas ou científicas sobre o entendimento do lazer do operário nas décadas de 1940 e 1950, do século XX; no entanto, deixaram na sombra ou sem respostas questões relativas às motivações ou interesses políticos e culturais que levaram os governos da União posteriores à chamada “Era Vargas” a manter o SRO. Deste modo, as alterações administrativas e as mudanças de diretrizes e objetivos que incidiram sobre a trajetória total de atuação da institucionalidade não foram ainda suficientemente exploradas pelo conjunto de trabalhos que focaliza o SRO.

Portanto, esse estudo se justifica, basicamente, pela necessidade de investigar, sistematizar e analisar referências – de distintas naturezas – sobre o ciclo de vida integral do SRO - uma das primeiras iniciativas institucional pública de natureza estatal, gestada pelo governo federal, para agir no campo do lazer, buscando oferecer contribuições que permitam adensar a investigação sobre aquele Serviço e produzir elementos que possam gerar novas trilhas ou perspectivas de investigação acadêmica sobre as concepções de lazer do operariado sindicalizado no Brasil, no século XX.

Para empreender o presente estudo consideramos a existência de considerável documentação oficial, extra-oficial, impressos, correspondências, artigos e estudos acadêmicos, científicos ou de propaganda que abordam direta e indiretamente o SRO. Consideramos, também, a necessidade de ainda investir em planos investigativos e analíticos que possibilitassem uma compreensão mais pormenorizada dos motivos ou interesses que determinaram a

institucionalização do SRO no governo Vargas, em 1943, bem como sobre as concepções de lazer destinadas ao operariado sindicalizado no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, que foram mobilizadas durante os 21 anos de atuação pública do SRO.

Este estudo levantou fontes documentais e registrou depoimentos orais de informantes-chave que contribuíram para a interpretação analítica do ciclo vital do SRO (1943-1964), buscando compreender, levando em consideração os distintos períodos, o quanto ele foi instituído para atender as necessidades, reivindicações da classe operária por lazer e cultura e o quanto atuou para o atendimento dos interesses do Estado em educar o operariado brasileiro em conformidade com o “novo modelo corporativista de sindicato”, tal como definido por MUNAKATA (1981) em seu livro “A legislação trabalhista no Brasil”.

O desenvolvimento desta pesquisa aproxima-se daquela modalidade de trabalho acadêmico que Saviani (1991) e Azanha (1991) denominaram de “monografia de base”², ou seja, um desdobramento final, mesmo que provisório, de incursões no campo da investigação acadêmica nas quais o pesquisador se dedica em abordar uma temática relevante, porém ainda não minuciosamente analisada, cabendo-lhe

a tarefa de realizar um levantamento, o mais completo possível, das informações disponíveis, organizá-las segundo critérios lógico-metodológicos adequados e redigir o texto correspondente que permitirá o acesso ágil ao assunto tratado. (SAVIANI, 1991, p.165).

Do ponto de vista “lógico-metodológico”, a investigação desenvolvida se concentrou inicialmente no estudo do contexto urbano-industrial do Brasil na primeira metade do século XX

²A “monografia de base”, como um produto final de trabalhos de investigação acadêmica desenvolvidos em nível de Mestrado, foi problematizada na Reunião Técnica de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação, realizada na UNICAMP, Campinas, em abril de 1991.

e no tema do lazer do operariado sindicalizado e sua família, focalizando especificamente a atuação de uma instância pública de natureza estatal institucionalizada para atuar politicamente no âmbito da reprodução da força de trabalho no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960.

Para nos aproximar, compreender e interpretar as referências documentais e os relatos orais sobre o Serviço de Recreação Operária, assim como entender e analisar seu ciclo vital tomamos como referência prévia a noção de cidadania desenvolvida por Carvalho (2001) que a compreende como um “fenômeno complexo e histórico que varia no tempo e no espaço” e o conceito de lazer, tal como formalizado por Mascarenhas (2003) como contraponto as noções apresentadas pelos documentos e relatos orais.

À medida que o trabalho de campo se expandia – tanto no levantamento documental como nos diálogos como informantes-chave sobre o SRO, sentimos a necessidade de melhor definir a unidade público estatal que foi gestada no período do Estado Novo para atuar no campo do lazer do operário sindicalizado. Esta operação ocorreu adotando-se a noção de instituição. Dentre as muitas definições disponíveis, optou-se por aquela formulada no campo da sociologia, por Berger & Berger (1978) e reforçada por Martuccelli (2001) e para o desenvolvimento da noção de “ação socializadora” recorremos às reflexões elaboradas por Dubet (1994).

A efetivação do estudo do SRO a partir destas premissas, os caminhos trilhados para a organização da base de informações sobre o SRO, se deu em três etapas: na primeira, buscamos levantar documentos primários impressos produzidos pelo MTIC, nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 tais como: boletins, cartas, manuais, discursos, normas, leis, decretos, regulamentações, artigos de propaganda e publicidade, relatórios oficiais bem como material iconográfico. Essa atividade foi desenvolvida simultaneamente com a segunda etapa que

destinou-se ao levantamento de autores e obras (individuais ou coletivas) que pudessem contribuir para a compreensão histórico-social e político-cultural das décadas abordadas, versando sobre a criação e objetivos do SRO. Levantamos, ainda, autores que problematizassem as temáticas do tempo livre de trabalho, recreação, lazer e educação física naqueles períodos, em especial, as reflexões desenvolvidas por Mascarenhas (2003), que a partir de sua perspectiva crítica compreende o lazer como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia”. (Mascarenhas, 2003, p.97)

A terceira etapa consistiu na identificação de informantes-chave sobre o SRO que pudessem oferecer relatos orais sobre a instituição e suas atuações em diferentes temporalidades. Assim, foram localizados três gestores do SRO: Arnaldo Lopes Sussekind (1943-1952), Vinicius Ruas Ferreira da Silva (1958-1964) e Almino Monteiro Álvares Affonso. Foi possível contar apenas com os relatos orais de Sussekind e Ferreira da Silva, pois Almino Monteiro Álvares Affonso optou por não falar sobre a sua atuação como Ministro do Trabalho do Governo do Presidente João Goulart justificando não lembrar-se mais de fatos sobre o período estudado e em especial sobre o SRO.

Para a realização das duas entrevistas, utilizamos a história oral como uma ferramenta da pesquisa qualitativa que permitiu o registro desses testemunhos e detalhes que não constam nos documentos oficiais e o acesso a diversas “histórias dentro da história” (ALBERTI, 2005).

O primeiro relato foi o de Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, ele é nascido no Rio de Janeiro em 1917 é filho de um importante desembargador carioca que teve muita influência na escolha de seu caminho profissional e em sua dedicação ao Direito. Sussekind Ingressou no

Ministério do Trabalho ainda estudante de Direito, em janeiro de 1938, formando-se em 1939. Em 1941 passa a trabalhar em São Paulo na recém criada Justiça do Trabalho sendo o 1º Procurador Regional do Trabalho no Brasil. Em 1942 o político paulista Alexandre Marcondes Filho é nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, este o convida para ser assessor dele na pasta trabalhista, ele permanece nessa função por um ano sendo designado em janeiro de 1942 para integrar a Comissão da CLT.

No ano seguinte Sussekind após algumas participações nas reuniões da OIT, elabora o projeto de criação do SRO e torna-se o primeiro presidente desta instituição, permanece no cargo até o final do ano 1945, reassumindo as suas funções em meados de 1946 após um inquérito administrativo favorável a ele, realizado pelo Governo do Presidente Dutra e permanece como dirigente até o ano de 1953. O seu último contato com o SRO foi em 1964, na função de Ministro do Trabalho interino no Governo do Presidente Castelo Branco, foi ele quem elaborou e assinou o decreto que extingue a Comissão do Imposto Sindical órgão responsável pela gestão dos recursos coletados pelo Imposto Sindical principal fonte de financiamento do SRO.

O segundo relato colhido foi o do Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva. Ele é nascido no Estado do Amazonas em 1924 e desde muito jovem dedicou-se ao esporte amador, foi corredor de ciclismo, praticando também outras atividades esportivas. Iniciou um curso superior de direito em Manaus, mas percebendo a sua falta de vocação para essa área e em seguida se inscreve para a seleção de bolsas de estudo para fazer o curso de Educação Física na Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro ingressando nessa faculdade no ano de 1954.

Militante estudantil atuante recebe assim que se forma recebe, assim que termina o seu curso superior, um convite para trabalhar no SRO. Ele permanece alguns anos na função de professor e com o início do Governo do Presidente João Goulart passa a ocupar o cargo de diretor da Divisão de Recreação Operária do SRO por indicação do Deputado Federal e amigo Almino Monteiro Álvares Affonso. Na função de diretor da divisão de recreação amplia o atendimento do SRO e faz com que os serviços e atividades de lazer passem a ser desenvolvidas nos bairros operários e geridas por lideranças operárias. Vinicius Ruas deixa o SRO e o Brasil em março de 1964 com a emergência do Golpe Militar.

Os testemunhos fornecidos pelos dois informantes-chave ampliaram, diversificaram e enriqueceram os achados encontrados nos materiais bibliográficos e documentais abrindo novas possibilidades de investigação sobre o lazer do operariado brasileiro a partir dos anos de 1940. Com base nos documentos coletados e nos relatos desenvolvemos uma estrutura com o objetivo de contemplar o contexto histórico das diferentes décadas, abordar os conceitos de lazer presentes por ocasião da criação do SRO e ao mesmo tempo articular essas informações históricas e documentais com os relatos de Sussekind e Ruas.

Assim sendo, estruturamos o capítulo inicial apresentando noções sobre o universo do trabalho industrial no Brasil, bem como sobre as formas de problematização sobre o tempo livre de trabalho presente no início do século XX, em especial, no período do Estado Novo. Ainda neste capítulo, apresentaremos os estudos sobre lazer que subsidiaram a institucionalização do SRO, apresentaremos também as noções de: cidadania desenvolvida por Carvalho (2001), de instituição de Berger & Berger (1978), e de Martuccelli (2001), de “ação socializadora” de Dubet (1994). No capítulo seguinte apresentaremos a ossatura do SRO, os objetivos, missão, estrutura

burocrático-administrativa, as fontes de financiamentos e finalidades, a partir da apresentação de trechos dos diversos documentos e impressos coletados, bem como a partir dos relatos orais dos sujeitos entrevistados, relacionando esses trechos com conceitos de lazer contemporâneos, às noções de cidadania, instituição, ação-socializadora, desenvolvidas no capítulo anterior.

Nas considerações finais e em consonância com a concepção de dissertação adotada nesta pesquisa, buscaremos oferecer algumas reflexões sobre as orientações e motivos que levaram o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio durante o Estado Novo à criação de uma institucionalidade destinada a promoção de atividades de lazer voltadas ao controle do tempo livre de trabalho do operariado, sobre as transformações ocorridas nesta institucionalidade nas décadas de 1950 e 1960, sobre as causas de sua não sobrevivência nos anos posteriores a 1964.

2 O trabalho, o operário, o lazer e o Estado Novo

(...) criado o descanso para os trabalhadores, que vão fazer eles durante este tempo? O obreiro, diz-se, não possuir nem a cultura, nem a mentalidade, nem o gosto das classes ricas, só pode dele fazer mau uso; (...) O obreiro, o empregado, encerrado em sua usina, seu escritório ou sua loja, durante dias inteiros, que passa os seus momentos de descanso nas salas de espetáculos, dancings, cafés superlotados, para se divertir, não restabelece o equilíbrio, intoxica-se ainda mais. (DEMARBRE, 1930, p. 10).³

O trecho acima publicado na revista de educação Física do Exército era assunto comum nas em diversas revistas nas primeiras décadas do século XX. Desde o início do processo de industrialização brasileira, Estado e patronato já externavam preocupações com o controle do tempo livre de trabalho do operariado aqui existente, operariado que se expandia numericamente assim como as indústrias e os principais centros urbanos.

Naquele período, o crescimento e desenvolvimento econômicos do País eram evocados, tanto pelos agentes do Estado como pelos donos do capital industrial em ascensão, para justificar a exploração e o controle da força de trabalho tanto dentro como fora do espaço fabril. O controle se exercia mediante vigilância constante e repressão de operários, das mobilizações, de suas manifestações individuais e coletivas, pois as mesmas eram consideradas subversivas à ordem social.

Nesse contexto, pode-se observar que as preocupações externadas pelos senhores do capital com o uso do “tempo” pelo trabalhador livre com atividades não diretamente inerentes à produção do capital levam o Estado a se inserir neste campo e difundir, sobretudo no espaço

³ Trecho de um artigo da Revista de Educação Física que foi publicada no Rio de Janeiro, pela Escola de Educação Física do Exército, p.10, 1930.

urbano, a idéia de que a “melhor utilização do tempo livre” estava essencialmente imbricada com o crescimento da produção industrial, o que exigia o controle da ordem pública, investimentos com a melhoria da saúde dos trabalhadores e, conseqüentemente, com a ascensão social dessa classe (DECCA, 1987).

Neste período, não são visíveis tematizações públicas sobre a importância do uso do tempo livre de trabalho a partir de outras formas de seu aproveitamento que não aquele destinado à reprodução do capital, em especial o capital vinculado à indústria.

Podemos considerar que a preocupação com o uso do tempo livre de trabalho evidenciava-se mais pela necessidade de prover o operário (homens e mulheres; crianças, jovens e adultos) de melhores condições físicas para a reprodução do capital; dessa forma, era imperativo sujeitá-lo às necessidades econômicas da indústria, para distanciá-lo e protegê-lo do que era considerado “vicioso e nocivo”, pois, desde as décadas iniciais do século XX, para os industriais o ócio era “entendido como um hábito degenerativo não correspondendo aos valores e normas almejados de civilização moderna, vigorosa e ativa que caminhava na direção da harmonia, da ordem e do progresso”. (MARCASSA, 2002, p.87)

Assim, a idéia de valorização do tempo livre como um espaço para o envolvimento com outros arranjos socializadores que permitissem a formalização de sociabilidades distintas daquelas produzidas no interior do universo do trabalho e da cultura fabril, permanecia distante das preocupações dos industriais.

Para o operariado instalado na emergente produção industrial, para além das lutas pela subsistência material e conquista por melhores condições de trabalho, os escassos momentos

de divertimento restringiam-se ao às práticas de sociabilidade desenvolvidas em atividades que não lhes trouxessem ônus financeiro, tais como o futebol de rua e do final de semana organizado pelos “grêmios de fábricas e clubes de várzeas”; as atividades dançantes, musicais e de teatro amador, promovidas por lideranças das vilas operárias e pelas associações recreativas de bairro; os jogos de mesa nos botequins; a boccia; as reuniões e festas familiares e ainda as festividades religiosas. O operariado divertia-se também mediante o “descansando no ambiente doméstico, jogando conversa fora, (...) em torno das refeições coletivas, do vinho, (...) impregnados por elementos culturais específicos” (DECCA, 1987, p.42).

Contudo, a literatura disponível sobre este tema assinala que as sociabilidades desenvolvidas pelo operariado em práticas de diversão, eram concebidas como “não apropriadas” a nova ordem social estabelecida com o novo modelo de produção que se consolidava no Brasil, pois na compreensão do patronato e também para os agentes do Estado a atividade industrial carecia, naquele momento, de um operariado forte, saudável e especialmente disciplinado. Esse novo perfil de operário começa a ser difundido, de maneira mais ampla na sociedade, através de um grande número de periódicos que propalavam os benefícios da utilização do tempo livre de trabalho com atividades “úteis e saudáveis” e pela incorporação da educação física nos períodos de não trabalho.

Dentre os principais periódicos que se dedicaram à tematização do tempo livre de trabalho do operariado encontrava-se a Revista Cultura Política, Revista de Educação Física, Revista Brasileira de Educação Física, Educação Physica, Higiene e Saúde e Viver ⁴. Tais

⁴ A Revista Cultura Política foi editada durante o Estado Novo pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. A Revista de Educação Física publicada no Rio de Janeiro pela Escola de Educação Física do Exército. Educação Physica: Revista Technica de Esportes e Atletismo, publicada pela Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação Física publicada pelo órgão de imprensa A Noite no

impressos voltam-se para o debate e propaganda de temas relacionados à promoção da saúde somente alcançada através da educação física, da higiene e da valorização da cultura nacional; buscava-se difundir entre a população brasileira a necessidade da incorporação de “atitudes saudáveis” necessárias para a concretização dos avanços sociais prometidos na Carta Constitucional de 1891. O documento Magno assegurava, nos artigos 172 e 173, a brasileiros e estrangeiros aqui residentes, dentre outros direitos, aqueles concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade assim como a igualdade entre todos.

Nos anos das décadas de 30, pode-se perceber a importância dada à educação física pelo Estado, pois este a considerava como imprescindível às necessidades econômicas e como um recurso fundamental para a transformação física e moral das novas gerações como da geração adulta. A relevância dada à educação física é explícita na Carta Constitucional de 1937, pois seu artigo 131 prescreve a obrigatoriedade daquela modalidade de socialização assim como as decorrentes do “ensino cívico e dos trabalhos manuais” em todas as instituições escolares tanto a de ensino primário como aquelas destinadas a fornecer o ensino secundário ou a formação de docentes – as escolas normais.

Além desta determinação, a Constituição de 1937 impunha ao poder executivo a responsabilidade por fundar instituições ou prestar auxílio e proteção àquelas articuladas e fundadas por associações civis, de modo que qualquer uma delas pudesse realizar a tarefa de arregimentar e organizar a juventude oferecer-lhe anualmente momentos de atividades ou trabalhos no espaço rural, com o objetivo de promover-lhes a disciplina moral e o adestramento

físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e defesa da nação. (apud CASTELLANI, 1988, p.80).

Assim o Estado que se conforma a partir de 1930 passa a preocupar-se com o ajuste físico e moral da sociedade visando o fortalecimento da economia nacional e da ordem. Pode-se constatar que o Estado assume o seu papel na divisão da dominação política, pois os Ministérios da Educação e Saúde Pública e o do Trabalho, Indústria e Comércio ocuparam-se da disseminação de estruturas que levassem o operariado à prática de atividades físicas para a compensação dos desgastes provocados pelas longas jornadas de trabalho e ao mesmo tempo o afastasse de ambientes “intoxicantes”.⁵

Esses Ministérios julgavam como necessário o controle do tempo de não trabalho para a “transformação” do perfil da classe operaria, pois na transição do século XIX para o século XX e nos primeiros decênios deste último, existia uma manifesta preocupação com a construção da identidade nacional e com a alteração da fisionomia do povo brasileiro. (AZEVEDO, 1989). Nesse período, segmentos das elites dominantes e da intelectualidade acreditavam que “repensar a sociedade para transformá-la passava, necessariamente, pelo trato do corpo como recurso para alcançar toda a integridade do ser humano” (LENHARO, 1986). O operário industrial deveria enquadrar-se em novos padrões de conduta e de forma física, sem um novo povo os objetivos traçados pelos ideólogos do Estado Novo que tinham como referência a Itália e a Alemanha como modelos nação não seriam alcançados.

⁵ A partir da década de 1930, foram criados uma serie de instituições voltadas a disciplinarização do tempo livre, os Clubes de Menores Operários, os Parques Infantis e o Serviço Municipal de Jogos e Recreio no município de São Paulo em 1935 (Marcassa, 2002, p127)

A disciplina e a ordem pública tornam-se, nesse momento, fatores fundamentais para o desenvolvimento dos centros urbanos e pólos industriais. Para conquistá-las e mantê-las o Estado assume a tarefa de repensar o tempo livre de trabalho e os espaços públicos e privados de convívio coletivo como garantia de controle social e de produtividade no tempo de trabalho.

(...) a reorientação espacial, a redefinição do tempo livre e uma nova organização da cultura ocorreram, na vida cotidiana, em estreita correspondência com o processo de urbanização, com a criação do Estado Federativo e com o desenvolvimento do capitalismo, baseado na exploração do trabalho livre. Entre outras coisas, isso demonstra que também o tempo social e a cotidianidade foram modificados, visto que após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é possível perceber uma nítida separação entre tempo de trabalho e tempo livre e também como aumentam as preocupações em torno da administração do tempo de não-trabalho. (Marcassa, 2002, p.91)

Nessa perspectiva, para os setores dominante do capital industrial, para o Estado brasileiro e parcela de suas instituições e agentes, o tempo livre de trabalho passou a ter o mesmo valor do tempo destinado à produção, necessitando apenas de regras específicas para o seu aproveitamento e da definição de estratégias eficazes para a cooptação do operariado as novas práticas recreativas e formas de convívio.

Assim as propostas utilizadas para a cooptação e construção do novo perfil do operariado dependiam da correta escolha e orientação de atividades recreativas ou “práticas sadias” que pudessem ocupar o tempo livre de trabalho do operário; este descrito como um ser “indolente, frágil e inculto” (BERCITO, 1991). Essas medidas tornam-se objeto de atenção do Estado que assume, em consequência dessa nova necessidade, a função de agente civilizador e arquiteto responsável pela construção de um novo padrão de Homem e Nação que pudesse colocar o Brasil à altura das Nações mais desenvolvidas do mundo.

A consciência do atraso brasileiro em relação às nações mais adiantadas (...) lançava o desafio de se pensar o nacional para traçar os rumos da transformação em busca do progresso. Pontificavam nessas discussões temas como o agrarismo ou industrialismo, europeização ou americanização, urbanização, mestiçagem, branqueamento e nacionalismo. Ao traçar projetos para a nação visando ultrapassar o fosso que nos separava do “mundo civilizado”, a nacionalidade aparecia como massa bruta a ser moldada no contexto das mutações previstas (BERCITO, 1991, p. 40).

A necessidade em transformar a fisionomia do país para trazê-lo, finalmente, para um tempo de progresso, ordem e harmonia entre as classes e as diferentes formações étnicas em presença na sociedade, faz com que mudanças de ordem social ocorram (AZEVEDO, 1992). O modelo de produção industrial que vai sendo implementado no Brasil, ao mesmo tempo em que abre novos caminhos para o crescimento da economia nacional faz eclodir tensões e conflitos entre as classes sociais até então desconhecidos em períodos anteriores da história brasileira.

Com a operacionalização do “projeto imigrantista” e a vinda de trabalhadores livres para exercerem atividades agrícolas ou urbano-industriais no Centro-sul do País (AZEVEDO, 1992), emergem os movimentos de ações reivindicativas – de orientação anarquista ou socialista – apresentando demandas por melhores condições de trabalho, melhoria salarial, pela redução das longas jornadas de trabalho, pelo fim do trabalho infantil, dentre outras questões de natureza trabalhista e de reprodução da força de trabalho. Isso se torna o estopim de diversos conflitos e crises sociais, que passam a ser considerados e especialmente tratados como “caso de policia”.⁶

⁶ A frase “a questão social é um caso de policia” foi atribuída a Washington Luis, presidente da República entre os anos de 1926-1930, que reprimia com violência todo o tipo de reivindicações e mobilizações do operariado. O espancamento, a tortura, a prisão, o confinamento em campos de trabalho forçado e a deportação e a exclusão do mercado de trabalho estavam entre as “formas de controle social” utilizadas durante o seu governo, para a repressão da massa operária e trabalhadores do campo (MUNAKATA, 1981).

Essa forma repressiva de representar e encaminhar as lutas dos trabalhadores e os conflitos entre as classes sociais, nas décadas iniciais do século XX, revela que as noções de direitos e de cidadania fundadas pela modernidade ocidental foram ressignificadas pelos ocupantes de postos de mando no interior do Estado e das Indústrias. Estes, de forma direta, explicitaram suas preocupações com “a questão social do trabalho” e apresentaram suas propostas para enfrentá-la, também nos momentos de organização da legislação pertinente ao trabalho urbano e, principalmente, nas questões referentes ao controle do tempo livre de trabalho da emergente classe operária.

Em se tratando de direitos podemos notar que no Brasil, os obstáculos à cidadania, sobretudo no que diz respeito aos direitos sociais, tiveram suas raízes estabelecidas no período colonial em decorrência “da escravidão, que negava a condição humana, (...) da grande propriedade rural, fechada à ação da lei, (...) e do Estado, comprometido com o poder privado” (CARVALHO, 2001, p.45). Essa herança colonial permeou toda a primeira república, estando presente nas decisões legais e nas atitudes repressivas de patrões e Estado, que se julgaram por muito tempo proprietários, competentes e capazes para definir, conforme os seus interesses, a legislação e as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho e do descanso do operariado brasileiro. Podemos notar nesse período que os direitos civis, fundamentais à liberdade, à propriedade, à igualdade de todos os “cidadãos” perante a lei, e descritos na Carta Constitucional de 1891, foram na prática ignorados.

Deduzimos que o mesmo ocorreu com os outros direitos, os políticos e os sociais. Se observarmos o desenvolvimento industrial no País, no período pós-proclamação da República, notamos que, de maneira geral ele não trouxe melhoria nas condições materiais de vida para a

maioria da população urbana e nem mudanças significativas no campo dos direitos sociais, da cidadania, podemos perceber que “mesmo após a abolição da escravidão, a sociedade brasileira caracterizava-se ainda por desigualdades profundas e pela concentração renda e de poder” (CARVALHO, 2001).

Para carvalho (2001), cidadania é um conceito que varia no tempo e no espaço, pode variar de país para país, avançar ou regredir no tempo de acordo com a possibilidade de participação social e com a tendência política de um Estado. Para ele no Brasil entre os anos de 1822 e o final do século XX os primeiros indícios de cidadania surgem com a abolição da escravidão em 1888 e no final dos anos vinte com o movimento que pôs fim a primeira república.

Ele ainda afirma que com o início do Governo Provisório em 1930, surgem os primeiros avanços no campo dos direitos sociais, “aqueles que garantem a participação na riqueza coletiva de um país e permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantem um mínimo de bem-estar para todos”, neste caso em consonância com os limites e interesses do governo Vargas que nesse período cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e uma ampla legislação de proteção ao trabalhador (que viria a ser cumprida somente após a promulgação da CLT em 1943) e o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Mas diferente dos “direitos sociais” os direitos políticos durante o Governo Provisório e Estado Novo passaram por um longo período de estagnação. Por todo o Governo Vargas (1930-1945) os direitos políticos, que garantem a participação no governo da sociedade, praticamente não existiram. Somente ao final do ano de 1945, com a derrubada de Vargas e com

o chamamento público as eleições diretas, que os brasileiros tiveram a primeira “experiência democrática” no campo dos direitos políticos.

Já os direitos civis, que garantem a vida em sociedade, presentes nas três constituições brasileiras, não tiveram nenhuma ressonância entre a grande parte da população brasileira (CARVALHO, 2001). Mesmo após o ano de 1945 os movimentos sociais enfraquecidos pelos anos de ditadura não ganharam força nem expressão social e o acesso da população em geral, ao trabalho, educação, saúde e ao sistema judiciário ainda era precário.

Para Carvalho (2001),

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e de voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população, (...) a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. (Carvalho, 2001, p.18)

Para o autor, no Brasil houve uma ênfase ao direito social, em detrimento dos outros, promovido de forma superficial e assistencialista e sem a participação direta da população nas reivindicações e nas decisões. Carvalho (2001) situa melhor a questão dos direitos no Brasil fazendo referência a Marshall (1967) e seu exemplo sobre o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, descrevendo a seqüência dos direitos nesse país que se estruturou na seguinte forma,

com base nos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo do seu país. A participação permitiu a eleição de operários do partido trabalhista, que foram responsáveis pela introdução dos direitos sociais. (CARVALHO, 2001, p.11)

Segundo Carvalho (2001), Marshall reconhece uma exceção nessa seqüência, ele aponta que a educação popular concebida como um direito social é fundamental para a expansão dos outros direitos, seguindo o exemplo de países onde a cidadania se desenvolveu rapidamente a educação foi “um pré-requisito para a expansão de outros direitos”, pois ela abriu o caminho para a conquista dos outros direitos.

No Brasil o direito social precedeu os outros, mas as políticas sociais desenvolvidas a partir de 1930 foram restritas a uma pequena parcela da população urbana que podia destinar parte do seu tempo a outras atividades que não o trabalho. Nesse período a população brasileira ainda permanecia distante desses debates, oprimida pelo regime político o que inviabilizava a intervenção nas questões de trabalho que, em geral ocorriam de forma fragmentada e nos interstícios das práticas de vigilância, de controle e repressão exercidas por patrões e pelos aparelhos de Estado. Dessa forma, podemos concluir que a participação do operariado nas decisões concernentes aos seus direitos sociais não foi menos obstaculizada.

Com isso queremos dizer que nem mesmo ao final da década de 1930 e início dos anos de 1940 as promessas de prosperidade e de mudanças sociais que foram postuladas pelos atores envolvidos com a questão social da Primeira República se cumpriram. Embora pareça contraditório, a “concepção liberal” que fundamentou a Constituição de 1891 - elaborada com base no modelo de federalismo e presidencialismo norte-americano que projetava a transformação do Brasil Monárquico em uma República de muitos - privilegiou diretamente os interesses econômicos e políticos das oligarquias estaduais ⁷ e dos chefes do mandonismo local.

⁷ Com o enfraquecimento da atividade agro-exportadora representantes da oligarquias estaduais, especialmente a paulista, passa a investir a partir do final dos anos vinte na atividade industrial, a exemplo de alguns imigrantes que chegaram no Brasil ao final do século XIX com grande capital para investimento na atividade industrial, é o caso das famílias Matarrazzo, Crespi, Lafer, Scarpa, Klabin entre outros. (FAUSTO, 2002).

Uma vez que não cabia ao Estado intervir em assuntos de ordem privada, nesse período o trabalho e os direitos do trabalhador nas esferas da produção e reprodução da força de trabalho eram concebidos como assunto privado. Isso dava às oligarquias liberdade e autonomia para a definição de direitos referentes aos contratos, às formas de pagamento e às condições de trabalho (MUNAKATA, 1981).

Já os trabalhadores, considerados “livres” para aceitarem e cumprirem as condições mínimas propostas nos contratos de trabalho, quando apresentavam suas demandas ou empreendiam manifestações e greves eram reprimidos pelo Estado, que arbitrava sempre a favor do lado mais forte, o patronato. É neste cenário contraditório que a economia nacional fundada na desigualdade social se desenvolve. Segundo Ghiraldelli Jr. (1987), a consolidação dos parques industriais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e principalmente de São Paulo deveu-se exclusivamente à capacidade de articulação política e econômica das oligarquias estaduais, para o autor o modelo federativo descentralizado garantia autonomia para os Estados, permitia aos governadores agirem de acordo com os seus interesses econômicos e pessoais e fazendo com que as relações de trabalho na cidade fossem apenas uma continuidade das antigas relações de trabalho existentes no campo onde todo o tipo de organização e reivindicação era ignorada ou reprimida.

Corroborando com Ghiraldelli Jr. (1987), Andrade & Kosminsk (1996) com base nas formulações teóricas sobre a relação entre Estado e as classes sociais expostas na obra de Henri Lefebvre (1976-1978) afirmam que

o capitalismo avançou ao longo do século XX, sem abolir as antigas relações de exploração-dominação, mas estendendo-as e modificando-as (...) avançando o capitalismo se modificou (criando novos setores, como a informática e os lazeres, entre outros; extensão e reforço do mercado mundial e intensificação do

mercado interno), (...) por uma ação estratégica no âmbito do Estado, as relações de produção se mantiveram ao mesmo tempo que se modificaram: as relações de produção se desenvolveram em relações de dominação sob a ação do Estado. (ANDRADE & KOSMINSK, 1996, P.56)

Apesar das relações de trabalho nos centros urbanos reproduzirem as mesmas relações presentes no período colonial e na primeira República, e mesmo se condições e espaço para negociações, os sindicatos livres e a imprensa operária conseguiram mobilizar o operariado para reivindicar melhores condições de trabalho e também para a criação de representações políticas combativas nas primeiras décadas do século XX, mas essas ações em geral acabavam sendo neutralizadas pela discrepância de forças existentes entre os dois lados.

Assim foram as três primeiras décadas do século XX, sem que as reivindicações por condições mínimas e justas de trabalho ganhassem repercussão no interior do Estado e em meio ao patronato. Entendemos que nesse período o enfoque dado à questão política do “tempo livre” de trabalho dos operários (brasileiros e imigrantes) não deve ter sofrido influências dos debates sobre os direitos sociais - que vão se fundando no mundo europeu ocidental na passagem do século XIX para o XX - mas foi orientada pelo caldo de cultura produzido em torno da denominada “questão social”, tratada como “caso de polícia”, no período.

Mas mesmo com uma política de repressão intensiva, o movimento operário no Brasil adquire dimensões e por muitas vezes quase fugiu ao controle de empresários e do Estado. Giannotti (1986), em sua pesquisa sobre a liberdade sindical no Brasil, observa que a primeira fase do movimento operário, que vai de 1900 até 1930, contou com a participação dos imigrantes europeus de diferentes nacionalidades e correntes político-ideológicas. Havia os representantes

do Anarco-sindicalismo ou Sindicalismo Libertário que influenciaram os operários, estudantes de direito e jornalistas brasileiros.

De influências Francesa e Italiana essa corrente revolucionária defendia que a transformação da sociedade e do modelo capitalista de produção só poderia ser alcançada através da união e luta dos trabalhadores organizados que poderiam utilizar a greve geral como sua principal arma para destruir o Estado e qualquer outra forma de organização político partidária que centralizasse poder, que retirasse ou limitasse a liberdade e capacidade do operário de gerir o seu próprio destino. Eles propagavam a possibilidade de uma sociedade autogestionária, sem a presença do Estado. Sendo assim, para os anarco-sindicalistas, “qualquer tipo de lei que tivesse a intenção de regular a vida do movimento sindical era vista como uma limitação da liberdade” do trabalhador (GIANNOTTI, 1986).

Outros grupos dividiram espaço com os anarco-sindicalistas no movimento operário, quais sejam, as representações sindicais formadas por socialistas reformistas e por sindicalistas cristãos que, com uma postura conservadora e antagônica as outras correntes, eram contrários a qualquer tipo de embate entre operários e patrões. Eles defendiam a harmonia entre as classes para o progresso de todos. Da mesma forma, tanto os socialistas como os anarco-sindicalistas foram duramente combatidos pelo Estado; já os sindicalistas cristãos, admirados pelo Estado e industriais, serviram de inspiração para a elaboração de projeto sindical posteriormente implementado por Vargas, nas décadas de 30 e 40. (GIANNOTTI, 1986)

Visando conter o movimento operário e sua organização sindical, o Estado cria o Ministério do Trabalho, em 1930. O chefe do Governo provisório, Getúlio Vargas, percebe que para a efetivação de seu programa de transformação da Nação, mudanças drásticas deveriam ser

operadas no universo do trabalho. Para tanto, foram criadas algumas estruturas com a finalidade política de afastar os operários das “influências negativas” de diferentes sindicatos autônomos e, ao mesmo tempo, aproximá-los do Estado. (FERREIRA, 1988, p.33)

Como uma medida “saneadora”, o Ministro do Trabalho, Lindolfo Leopoldo Boekel Collor, mediante o Decreto nº 19770, março de 1931, regulamentou a atividade sindical no Brasil, “oferecendo aos trabalhadores um outro tipo de relação com o Estado”; uma relação baseada na colaboração entre as classes.

(...) os sindicatos antes livres, passaram a ser órgãos consultivos do governo federal para problemas econômicos, sociais e trabalhistas. O decreto instituiu, também, o sistema corporativo das categorias profissionais, e a estrutura vertical de sindicatos, federações e confederações, que existem até hoje. A administração sindical antes autônoma passou a ser fiscalizada pelo Ministério do Trabalho. São impostas a unicidade sindical e a conseqüente autorização do Estado para a criação de sindicatos (GIANNOTTI, 1986, p.23).

Criava-se assim os instrumentos de tutela que esmagariam os antigos sindicatos autônomos e construiriam a burocracia sindical, que geraria o corporativismo.⁸ Mas deve-se considerar que entre os anos de 31 e 37 uma série de novos decretos viria afunilar ainda mais o caminho dos sindicatos autônomos e do movimento operário em geral, e também que as poucas leis em benefício dos operários – leis que fizeram por muito tempo parte das reivindicações dos sindicatos livres, como a lei de férias, as que regulamentaram o trabalho da mulher e dos menores e a que fixava em oito horas a jornada de trabalho - fossem concedidas somente aos operários associados dos novos sindicatos oficiais do Estado, que utilizava a contribuição sindical obrigatória e compulsória para oferecer “benefícios trabalhistas” e assim arregimentar novos filiados.

⁸ A imagem que Getúlio Vargas difundiu aos trabalhadores foi aquela de um grande corpo onde todos os membros são úteis e necessários. A idéia de corpo social, de corporativismo torna-se a vigia mestra da estrutura sindical brasileira nascida na década de 30. Neste corpo a cabeça, Estado, rege sozinha todos os membros que juntos trabalham para o progresso nacional (Giannotti, 1986).

Mesmo diante desse quadro as antigas lideranças sindicais prosseguiram sua luta nesse período. Indiferentes à existência dos sindicatos oficiais, os anarco-sindicalistas denunciavam, via imprensa operária, a nova forma de opressão; os comunistas fundavam a sua própria Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros - CGTB, infiltrando-se nos sindicatos oficiais com o objetivo de desestabilizá-los (GIANNOTTI, 1986).

Em contrapartida, o governo de Getúlio Vargas reage sancionando um novo Decreto-Lei em 1934, de nº 24.694, que define o sindicato como órgão de colaboração com o Estado. (GIANNOTTI, 1986). O Decreto-lei tornava ilegal qualquer tipo de negociação direta entre patrões e assalariados e acabava definitivamente com a liberdade sindical. Foi a junção dessas medidas somadas aos recursos do Imposto Sindical obrigatório, criado em oito de julho de 1940, que viabilizaram a política sindical atrelada ao Estado e a instituição do Serviço de Recreação Operária. De acordo com TOTA (1987):

Os sindicatos, tutelados e sob controle do Estado, pretendiam ser atraentes aos trabalhadores para corrigir a tendência à diminuição do número de sindicalizados. Isto explica a transformação dos sindicatos em “entidades recreativas” e assistenciais. (TOTA, 1987, p.31).

Entre o início do Governo Provisório nos anos 30 e a implantação do Estado Novo, em 37, o Brasil passou por um período de muita turbulência política, econômica e social. Giannotti (1986) afirma que mesmo em meio às greves, guerras civis, assembléias constituintes, inúmeros decretos-lei, repressão policial, leis trabalhistas jamais cumpridas, Vargas sobreviveu para finalizar a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, obra iniciada com a Revolução de Trinta que intentou esmagar os sindicatos livres (GIANNOTTI, 1986).

E isso ocorreu em 1º de maio de 1943. A promulgação da CLT consignou-se para o operariado em geral, como o dia em que eles receberam das mãos do presidente Vargas o conjunto de leis que atenderia finalmente as reivindicações acumuladas nas três últimas décadas. Para os setores aliados a política trabalhista fundada por Vargas a Consolidação das Leis do Trabalho, significou a proteção e o amparo legal que o trabalhador tanto necessitava, mas para os setores contrários a política corporativista e autoritária presente em toda a ditadura Vargas, que excluiu da história desse conjunto de leis todos os méritos das conquistas alcançadas pela classe operária brasileira em quatro décadas de reivindicações e lutas, ela unicamente significou o aprisionamento, a derrota e, principalmente, o desmonte das bases de organização do movimento operário brasileiro (MUNAKATA, 1981).

O mesmo autor considera que mesmo com as divergentes opiniões acerca da elaboração e sistematização das leis trabalhistas e de seu “significado” e importância para o operariado brasileiro, podemos constatar que, em nenhum outro período da História do Trabalho do Brasil houveram tantas iniciativas governamentais organizadas para a consolidação de legislações que abarcasse de uma só vez o operário em seu tempo destinado ao trabalho e ainda, no seu tempo livre de trabalho. É fato que, no mesmo ano em que a CLT é promulgada é também elaborada uma legislação com orientações para a organização do tempo livre de trabalho do operariado.

Para a criação dessa legislação o MTIC designou um dos juristas responsáveis pelo processo de elaboração da CLT, Dr. Arnaldo Lopes Sussekind. Naquele momento acreditava-se que a elaboração da legislação destinada ao tempo livre de trabalho, considerado como útil e produtivo se “bem controlado”, deveria ser também incumbência de quem elaborou a legislação

para o tempo de trabalho, pois ambos os temas situavam-se no mesmo campo, o do desenvolvimento industrial.

Se, com a promulgação da CLT foi possível concluir o processo de controle no espaço fabril e a cooptação e conformação da classe operária (considerada contaminada pela ideologia das antigas lideranças sindicais e políticas de viés anarquista e socialista), ao discurso ideológico do Estado fundado em 1937, a legislação destinada ao tempo livre de trabalho veio complementar esse controle, pois atuaria no espaço e tempo que estava fora do domínio do trabalho.

Assim surgem as duas legislações elaboradas pelo mesmo autor. Porém a legislação para o tempo livre foi bem mais restrita em comparação com as inúmeras leis trabalhistas existentes que já circulavam nos centros urbanos e subsidiaram a elaboração da CLT. A escassa literatura acerca do lazer operário produzida nas reuniões da Organização Internacional do Trabalho – OIT ⁹, após o início da década de 1920 demoram ainda algumas décadas para chegar ao conhecimento dos legisladores no Brasil.

Foram esses relatórios da OIT, organizados pelos países desenvolvidos nas décadas de 1920 e 1930, os primeiros documentos com informes sobre as transformações nos centros de capitalismo industrial avançado em “benefício” dos operários. Eles anunciavam uma série orientações sobre a importância da organização do lazer para os operários sindicalizados e sobre o ajustamento do trabalhador e de sua prole e para um uso moral e utilitário do tempo livre.

⁹ A Organização Internacional do Trabalho, OIT foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes. Até hoje, acontece anualmente reuniões para a discussão de normas de proteção ao trabalhador.

Essas discussões, sobre a utilização do tempo livre dos trabalhadores ocupou lugar de destaque na Conferência Internacional do Trabalho, realizada no ano de 1924 em Paris. Nesse evento uma série de recomendações referentes à utilização do lazer dos trabalhadores foram produzidas e difundidas a todos os países membros da OIT.

A partir dessa Conferência foram realizados outros encontros anuais tendo como foco a questão do “lazer operário” em diferentes cidades do mundo capitalista ocidental. Dentre eles podemos destacar o Congresso de Lazer realizado em Liège, na França, em 1930; o Congresso de Recreação Operária levado a efeito em Los Angeles, Estados Unidos, em 1932 e o I Congresso Internacional de Lazer dos Trabalhadores realizado em Bruxelas em junho de 1935. Este último encontro resultou na publicação do livro “Les Loisirs du Travailleur”, em Genève, no ano de 1936. Além desses documentos foram desenvolvidos outros estudos em geral com o apoio da OIT na Europa, eles foram distribuídos para todas as bibliotecas da OIT espalhas pelo mundo e também como acervo das bibliotecas dos Ministérios do Trabalho de inúmeros países.¹⁰

Essa publicação só chega ao Brasil após a participação de um representante do MTIC em 1942, Dr. Arnaldo Sussekind, nas reuniões da OIT em Gêneve que se torna nesse mesmo ano membro da Comissão Internacional de Lazer dos Trabalhadores. Após o seu retorno, Arnaldo Sussenkid influenciado pelos debates ocorridos na OIT e nos estudos contidos no Livro “Les Loisirs du Travailleur” sugere ao então Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, a criação de um órgão responsável pela ordenação do lazer operário. Com a autorização do Ministro ela elabora o projeto que deu origem ao Serviço de Recreação Operária, o SRO.

¹⁰ As referências para essas publicações que subsidiaram as ações do Serviço de Recreação Operária estão disponíveis no Anexo D desta dissertação.

2.1 O Estado Novo e a regulamentação do lazer operário

Em pouco tempo, através da publicação da Portaria nº 68, de 6 de dezembro de 1943, é gestada, no Estado Novo, sete meses após a promulgação da CLT por Getúlio Vargas, a primeira legislação destinada ao lazer operário. Contando com a participação e gestão da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), o “Serviço de Recreação Operária, (...) é instituído com o objetivo de difundir a ideologia do estado através da aplicação do imposto sindical em finalidades culturais e esportiva.

Nessa Portaria, destacamos um trecho do discurso de lançamento do SRO feito pelo Ministro do MTIC, Alexandre Marcondes Filho, transmitido pela Rádio Nacional onde ele considera que (...) “para a melhor consecução dos objetivos visados, faz-se mister a instituição de um órgão que coordene os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos a sua assistência e colaboração (...), compete ao SRO difundir atividades físicas e culturais entre os trabalhadores sindicalizados, facilitando e coordenando os meios de recreação em geral e prestando aos sindicatos a colaboração que for necessária”, o Serviço de Recreação Operária foi criado para exercer atividades nos seguintes setores: no cultural, no escotismo e no esportivo para os operários sindicalizados e sua família.

Toda a difusão desse projeto ideológico Varguista que valorizava e difundia o tempo livre de Trabalho como um tempo útil para a construção de uma nação e de um brasileiro forte, ficou sob a incumbência do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial do Estado, o

DIP.¹¹ Este departamento tornou-se um eficaz veículo para a divulgação das ações e do discurso de Vargas por todo o país. O DIP teve como principal objetivo associar a figura de Vargas ao processo de desenvolvimento econômico, social e ao controle do movimento operário. O objetivo maior do DIP foi fixar a imagem do presidente Vargas como um político carismático, protetor, movido por um grande senso de doação e de devoção aos trabalhadores brasileiros.¹²

A propaganda de promoção da nova ordem nacional era elaborada e difundida pelo DIP através dos meios de comunicação tradicionais da época, o rádio, jornais, revistas e outras publicações oficiais do Estado, inclusive nos livros didáticos, sendo evidenciada nos discursos de abertura e encerramento de todas as atividades cívicas nacionais. Com o apoio da imprensa oficial a imagem do SRO é propalada entre os meios operários, a alusão essa nova instituição era constante nos discursos semanais do Ministro do Trabalho e nos discursos do próprio presidente Vargas. Até mesmo os cartazes e panfletos distribuídos pelos sindicatos e nos festejos do dia do trabalho eram elaborados pelo DIP com a intenção de solidificar a imagem institucional do Ministério do trabalho e consequentemente do SRO.

Para o DIP a necessidade de afirmação dessa nova institucionalidade entre os meios operários estava atrelada apenas a utilização das estratégias eficientes de divulgação. Pois, a cobrança obrigatória e compulsória do imposto sindical e suas finalidades de uso deveriam ser legitimadas junto aos operários com a oferta de “benefícios” assistenciais e recreativos conforme

¹¹ Em 1931 o Governo de Vargas monta um esquema centralizado de propaganda, o Departamento Oficial de Propaganda, o DOP, que é reorganizado em 1934 tornando-se o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e finalmente em 1939 torna-se o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP.

¹² O Mito da doação passou a ser um dos principais instrumentos de cooptação do operariado brasileiro, principalmente depois da instauração do Estado Novo. Durante o Governo Vargas as leis trabalhistas que começavam a ser implantadas tiveram por objetivos controlar o passado combativo dos operários herdeiros do anarco-sindicalismo e reprimir o movimento sindical. (TOTA, 1987, p.12)

constava no decreto de criação do Imposto Sindical, a forma encontrada no período foi a propaganda.

Mas sabemos que para a legitimação de uma institucionalidade, compreendida aqui “como uma estrutura decorrente de necessidades sociais, com o caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de seus códigos de conduta”, esta relacionada com outros fatores. Segundo Berger & Berger (1978) a existência de uma institucionalidade supõe pelo menos dois requisitos: a “existência de significados legítimos”, isto é “autoridade e exterioridade”. Para o autor uma instituição é tão mais legítima à medida que conquista níveis mais elevados de objetividade ou exterioridade. E Martuccelli (2001) referenda tal postura ao assinalar que uma instituição supõe “a existência de significados legítimos nos quais os indivíduos reconhecem uma autoridade e, por outro lado, o caráter de exterioridade de significados cuja legitimidade “não depende de nenhum de nós em particular”.

Compreendemos o SRO como institucionalidade pública estatal que teve por competência atuar no campo do lazer e da cultura do operariado sindicalizado e seus familiares no tempo livre de trabalho. Por isso partimos da premissa que tal atuação se caracterizaria como uma “ação socializadora” ou educadora que teve como objetivo último formar e moldar os indivíduos e contribuir para que os mesmos contassem com arranjos ou quadros de sociabilidade diversos daqueles produzidos em universos social e cultural – família, grupo de pares, vizinhança, comunidade de origem etc - distintos do mundo da produção industrial.

A noção de “ação socializadora” neste trabalho foi tomada a partir das reflexões elaboradas por Dubet (1994), ao considerar que uma das possibilidades de compreensão da “ação socializadora” é aquela que a compreende como ação voluntária que contribui para que os

indivíduos internalizem as normas e valores morais e éticos tomados como válidos para todos, numa ordem social dada. Ao internalizarem as normas ou regras ou valores morais, os indivíduos autonomamente se integram à sociedade, perfazendo um todo internamente diferenciado, porém harmônico. Assim, Dubet enfatiza que tal posição defende que “a socialização é uma subjetivação que gera no ator o domínio de si e da autonomia; (...) ela é a interiorização da sociedade pelo indivíduo.” Deste modo, a educação moderna, como ação socializadora, “tem por função fabricar indivíduos como sujeitos sociais e morais”, pois estes são “morais na medida em que são sociais. A verdadeira moralidade não preexiste ao social, ela não distancia em relação à norma, ela é a interiorização ‘livre’ da norma.” Lembra Dubet (1994), ainda, que tal posição sociológica sobre a socialização ou a educação é moral em função de três motivos: “Ela implica o autodomínio contra os instintos não regulados; (...) ela liga o indivíduo ao grupo e define moralidade pelo altruísmo, e, estabelece o reino da razão concebida como a livre aceitação dos constrangimentos da natureza.” (op. cit: 27)

De maneira a melhor entender e situar a ação socializadora do SRO, a partir de seus diferentes projetos ou atividades formalizadas com o objetivo educar e moldar¹³ o operário sindicalizado e sua família de forma que eles pudessem contar com arranjos sociabilizadores distintos dos universos familiar e territorial de origem. Magnani (1998) em “Festa no Pedaço, emprega a noção de sociabilidade como uma forma de relação baseada na proximidade, no encontro permanente, no convívio e no desenvolvimento de “práticas culturais compartilhadas” que possuem no contexto urbano a qualidade e a capacidade de manter os vínculos de afetividade

¹³ Vargas e os ideólogos do Estado Novo, (...) à luz dos princípios positivistas, entendiam que o progresso seria alcançado pelo desenvolvimento industrial, pelo primado da ciência, pela educação e moral. Para eles a ciência e a indústria assegurariam o progresso, enquanto que a moral e a educação manteriam a ordem. “Ordem e Progresso”, máximas burguesas concebidas numa realidade européia a partir de um capitalismo maduro, (...) foram adaptadas para sua execução numa realidade distinta. (PESAVENTO, 1990, p.17)

existentes entre os membros de grupos sociais, resgatando e valorizando a cultura existente entre eles. Ele utiliza como exemplo as relações de convívio entre membros do universo circense, descreve a grande rede de sociabilidade entre os profissionais do circo e entre os membros das comunidades onde os circos se instalavam.

Mas o aprofundamento da noção de “ação socializadora” edificada pelo SRO através da promoção do lazer pressupõe a compreensão da concepção de lazer que norteou a sua criação e trajetória e de uma concepção de lazer contemporânea com referencial para uma posterior comparação e análise. Como já dissemos anteriormente, a legislação que criou o SRO emerge da necessidade de cooptação do operariado ao novo modelo de sindicato atrelado ao Estado e da necessidade controle do tempo livre de trabalho como forma de garantir o aumento da produção industrial. Essa legislação estava fundamentada nos conceito de lazer desenvolvidos na Europa e América do Norte a partir dos anos de 1920 que compreendia o tempo livre de trabalho do operário como um tempo que deveria ser controlado, moldado e educado. Já nesse período a visão funcionalista do lazer direcionava as programações e norteava toda a produção teórica em diferentes partes do mundo.

Coube ao Estado o papel de organizador desse tempo, sendo soberano nas decisões referentes a escolha das atividades culturais e educativas que os levariam a alcançar seus objetivos. De forma geral, as atividades desenvolvidas pelos operários no tempo livre de trabalho em seu cotidiano operário não coincidiam com aquelas escolhidas pelos legisladores. Nesse período a concepção funcionalista do lazer como atividade útil e de valor social suprime a concepção de ócio “intimamente vinculado à organização da vida cotidiana do mundo pré-capitalista, (...) que se configurava como uma prática social relacionada às necessidades do

homem, em determinada época e conforme organização cultural da sociedade”. (MARCASSA, 2002, p.191)

Mascarenhas (2003) em seu livro intitulado, *Lazer como prática da liberdade*, apresenta algumas reflexões sobre a importância que o lazer vem ganhando no universo acadêmico em função das constantes transformações econômicas e sociais que a atual sociedade vem passando. Diante dessas transformações o autor acredita que ao pensarmos o lazer devemos ultrapassar as orientações de caráter funcionalista que tradicionalmente permearam, no Brasil, os estudos e iniciativas públicas e privadas neste campo. Para o autor, em nosso país, a preocupação com esse tema sempre esteve “associada às relações de poder e interesses de instrumentalização conservadora do chamado tempo livre”. Em seu livro ele propõe a necessidade de “superação das iniciativas funcionalistas presentes em nosso campo, para refletir sobre as possibilidades, e estratégias de trabalho junto aos grupos sociais populares.

Para o autor a visão funcionalista do lazer ganha destaque entre muitos estudiosos da área que trilham novos caminhos para a construção de uma outra conceituação do lazer, coerente com os avanços e transformações a partir da idealização de uma sociedade transformada. Em seu estudo ele afirma que, é nos anos de 1970 o poder público reconhece a necessidade de normatização e orientação dos usos do tempo livre do trabalhador,

já que este aparece configurado como um direito – há, por parte do Estado, um investimento nesta área de maneira que se criassem parâmetros para a organização do lazer que fossem condizentes com os objetivos nacionalistas e desenvolvimentistas do governo militar”. (Pollato, 2004, p.19)

Percebemos no período de implantação do SRO, 1943, a mesma intenção e preocupação em relação ao controle do tempo livre de trabalho, de um lado pelo Estado através das iniciativas do Ministério do Trabalho e de outro pela iniciativa privada que investiu na criação de centros recreativos nas vilas operárias, grêmios e clubes.

Mesmo na década de 1940 as características apontada por Mascarenhas em relação as normalizações surgidas em meados dos anos de 1970 podiam ser percebidas. De acordo com o autor podemos presenciar nesse período,

[...] uma forte carga de ideologização é conferida ao lazer, e os intelectuais do campo não hesitam em anunciá-lo como valioso componente funcional de reequilíbrio da ordem social e moral, reiterando a idéia de que o tempo livre é um período para recomposição individual das condições psicológicas e físicas necessárias ao trabalho [...] (MASCARENHAS, 2003, p.18).

No Brasil, nas décadas iniciais do século XX, buscava-se no lazer recursos para a disciplinarização dos corpos como recurso de promoção da ordem cívica, moral e para a preparação e manutenção da força de trabalho. Essas relações tornam-se evidentes no Brasil por ocasião da transição do modelo de produção de natureza agrário-exportador para o modelo de produção industrial que gerou uma nova demanda: trabalhadores “saudáveis” do ponto de vista físico e moral, adequados as exigências do novo padrão de produção industrial que se instalava em especial na região centro-sul do país. Para isso não bastava que apenas o tempo de trabalho estivesse sob o controle do capital, ainda nesse período o tempo livre de trabalho passa a ser percebido como um prolongamento do tempo do tempo produtivo que já era controlado.

Mascarenhas (2003) identifica no estudo de Melo (1999) acerca do lazer no início do século XX, indícios sobre a preocupação com a formação de profissionais que pudessem atuar nas novas instituições criadas naquele período com o objetivo de atuar no tempo livre de

crianças, adolescentes e adultos para que estes pudessem se enquadrar no modelo de produção vigente naquele período.

Com base nos estudos de Sant'anna (1992), ele identifica na sociologia do lazer do sociólogo francês Joffre Dumazedier, os subsídios teóricos que orientaram a instituição do Serviço Social do Comércio e de intelectuais do campo que o denunciavam,

como valioso componente funcional de reequilíbrio da ordem social e moral, reiterando a idéia de que o tempo livre é um período para a recomposição individual das condições psicológicas e físicas necessárias ao trabalho. (Mascarenhas, 2003, p.18)

Ele ainda destaca dentre os conceitos desenvolvidos por Dumazedier as três principais funções do lazer, “o descanso”, “a diversão” e “o desenvolvimento”, com sendo as principais funções do lazer, observando que as abordagens funcionalistas do lazer derivam desta concepção. Para o autor é somente a partir da década de 1980 que emergem novos estudos e autores sugerindo uma nova forma de conceber o lazer, entre os novos autores, com contribuições e produções relevantes que ultrapassaram os limites de discussões travados no interior do SESC e que avançam para outros espaços, no caso, as universidades.

O autor demonstra em seu estudo que o lazer sempre esteve associado ao atendimento dos interesses privados, respondendo ao “conjunto de demandas colocadas pela esfera produtiva”. Assim sendo, percebemos que a compreensão de tempo livre e de lazer presentes no período de criação do SRO, na década de 1940, estava relacionados com a ascensão do projeto Vargasista fundamentado na necessidade de “regenerar física e moralmente” o operário brasileiro como recurso para a construção de um país rico e forte e, que, mesmo antes da influencia funcionalista

percebida na sociologia do lazer de Dumazedier (1976), podemos considerar que o tempo livre de trabalho destinado às atividades de lazer, era considerado tempo útil e por isso merecia controle e imposição de disciplina presente em atividades e conteúdos distintos das práticas corriqueiras do operariado, com exclusiva finalidade de atender aos interesses privados.

Para Mascarenhas (2000), é necessário contrapor e superar as orientações funcionalistas do lazer, que de nada contribuem para uma intervenção significativa que resista aos princípios da atual sociedade, e que caminhe em direção da construção de uma sociedade mais fraterna, digna e justa. Dessa forma, ele acredita no lazer

[...] como força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, condutas e valores para o convívio entre os homens [...] que, independente da forma conceitual que possa assumir, o lazer deve comportar sempre determinados conteúdos e características que o tornem expressão verdadeira da realidade em que esteja inserido. Neste contexto, este mesmo lazer passa a ser entendido como tempo e lugar de construção de cidadania e exercício da liberdade. (MASCARENHAS, 2000, p.01).

3 O Serviço de Recreação Operária: 1943 a 1954

Os dois próximos capítulos terão como propósito a apresentação da estrutura burocrático-administrativa do Serviço de Recreação Operária. Para isso disporemos de “trechos selecionados” dos diferentes documentos coletados sobre essa instituição, produzidos nas esferas do Poder Executivo encontrados no Arquivo Público Estadual, no Arquivo Nacional (Boletins, Relatórios, Projetos, Manuais, Cartas produzidos pelo MITC) e de documentos de caráter Privado que serão apresentados de forma cronológica para referendar ou esclarecer alguns detalhes e discussões sobre o SRO que não pudemos encontrar nos documentos oficiais.¹⁴

Essas informações retiradas de “trechos” de documentos têm como função principal justificar muitas falas dos dois informantes-chave, Vinicius Ruas e Arnaldo Sussekind, que guardaram esses documentos como “testemunhos originais” de sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em especial pelo Serviço de Recreação Operária.¹⁵

O mesmo tratamento será dado aos relatos orais realizados com informantes-chave nos dias 08 e 10 de 2005, na cidade do Rio de Janeiro e de Itaipú em Niterói.¹⁶ Os “trechos” retirados dos relatos orais contribuirão para uma interpretação do ciclo vital do SRO, pois tanto no relato de Arnaldo Lopes Sussekind como no do Prof. Dr. Vinicius Ruas Ferreira da Silva, encontramos detalhes esquecidos nos documentos oficiais, a valorização de fatos que julgávamos importantes ou talvez sem significado. Uma evidência presente nos dois relatos orais é a importância do Serviço de Recreação Operária na vida de cada um dos entrevistados, pois nos

¹⁴ Para Le Goff (1984) o documento é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente.

¹⁵ Os documentos oficiais elaborados pelos gestores do SRO estão disponíveis nesta dissertação como anexo.

¹⁶ Os relatos completos estão disponíveis nesta dissertação como apêndices.

relatos podemos perceber que mesmo após tantos anos, os dois entrevistados guardam na memória o orgulho de terem participado da criação, das transformações e também do processo de extinção dessa institucionalidade.¹⁷

¹⁷ A entrevista de História oral é como um “documento-monumento”, conforme definido pelo historiador francês Jacques Le Goff. Durante muito tempo pensou-se em “documento” como resíduo imparcial e objetivo do passado, ao qual muitas vezes se atribuía valor de prova. O “monumento”, em contrapartida, teria como característica a intencionalidade, uma vez que é construído para perpetuar a recordação, como é o caso das obras comemorativas de arquitetura e das esculturas colocadas em praça pública. A idéia de “documento-monumento” traz essa intencionalidade para o próprio documento, cuja produção resulta das relações de força que existiram e existem nas sociedades que o produziram. (Alberti, 2005).

3.1 A origem da institucionalidade

Trabalho e Recreação, esse foi o título do primeiro documento oficial lançado pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio no ano de 1945 sobre o Serviço de Recreação Operária. Ele foi elaborado pelo jurista Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, presidente do SRO, era um relatório sobre as atividades iniciais do SRO, desenvolvidas entre 23 de maio de 1944, data de sua instalação e 31 de dezembro de 1945, teve como finalidade “examinar os fundamentos sociais e psico-fisiológicos do novo serviço, a organização e as realizações do SRO” durante esse período. Em seu relato oral Arnaldo Sussenkind se auto intitula o idealizador do SRO e autor dos primeiros documentos e registros oficiais sobre o SRO:

Eu ingressei no Ministério do Trabalho ainda estudante de Direito, em janeiro de 1938, e me formei em 1939. Em 1949, passei a assistente jurídico do Conselho Nacional do Trabalho. Assim, eu dava os pareceres para o Ministro do Trabalho, que era o Waldemar Falcão. O Getúlio cria a Justiça do Trabalho em 1941, o Ministro Falcão me chama, diz que tinha perfil e disse que o Getúlio tinha autorizado a me contratar como Procurador Regional do Trabalho de São Paulo. Eu fui o 1º Procurador Regional do Trabalho do Brasil. Eu ajudei a criar a Justiça do Trabalho junto com o delegado regional do trabalho Luis Mezzavilla. Ajudei a criar a parte material, na Comissão de Organização. Isso teve uma influência importante em tudo isso que você está querendo saber, porque no local que nós escolhemos para a Justiça do Trabalho, no 13º andar, era o escritório do grande advogado, político paulista Alexandre Marcondes Filho, que em janeiro de 1942 é nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, era o nome de então. Ele convida “o Procurador Regional de Trabalho”, não “o Arnaldo Sussekind”, porque ninguém conhecia, para ser assessor dele na pasta trabalhista. Então, eu fui ser assessor do ministro Marcondes Filho, então com 23 anos.

E, como assistente, um ano depois em, em janeiro de 42, ele me designou pra Comissão da CLT. Eu sou o único sobrevivente, porque eu tinha 24 anos na ocasião. Cerca de um ano e meio depois, eu li o livro “Les Loisirs du Travailleur”. Era um relatório que a O.I.T. preparou na Conferência Internacional do Trabalho de 1935, já então sobre os lazeres do trabalhador. E aquilo me inspirou a dar uma idéia ao Ministro Marcondes Filho, que era a de criar um serviço de recreação operária. Naquela ocasião, não existia Sesi nem Sesc, que hoje fazem recreação, e ele concordou com a idéia, pediu que eu fizesse um projeto e eu fiz.

Ele aprovou e a organização foi a seguinte: tinha um presidente, que era eu, que presidia um Conselho Deliberativo, que tinha o Evaristo de Moraes Filho, hoje grande jurista, tinha dois representantes dos empregadores e dois representantes dos empregados. Esse conselho orientava, de modo geral, a organização e o andamento do Serviço de Recreação Operária e eu tive que acumular as funções de assessor da pasta do Trabalho e Presidente do SRO.

O livro *Les Loisir du Travailleur* lançado em 1935, foi amplamente divulgado na Europa e América do Norte ele apresentava uma série de discussões sobre o lazer popular, sobre a educação e socialização da população trabalhadora e sua família pelo lazer. Indicava ainda atividades como o cinema, música, a literatura e a difusão do rádio como forma de educar os trabalhadores e uma série de relatos de experiências de cidades européias que utilizaram essas atividades em seus sindicatos e grêmios operários.

Segundo o depoimento de Arnaldo Lopes Sussekind, assessor do Ministro do Trabalho em 1942, as recomendações e proposituras contidas nos relatórios da OIT e no livro *Les Loisir du Travailleur* só chegaram ao Brasil após a sua participação na Reunião da OIT, em Geneve, Suíça, em 1942, evento que abordou questões relativas à utilização das horas de lazer dos operários. Sussenkind, em depoimento oral, afirma que após ter sido influenciado pelas discussões realizadas no Encontro de Geneve e pelo conteúdo do livro, ao regressar ao Brasil propõe ao Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho a instituição de um órgão dentro do próprio Ministério do Trabalho direcionado para a organização do tempo livre do operário sindicalizado do Brasil.

Com a integral aprovação do projeto pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho, são dados os primeiros passos para a criação do SRO:

Cumpra, portanto, ao Estado abrir o caminho cujo percurso levará, de fato, o trabalhador a gozar os encantos materiais e espirituais da civilização, para que, satisfeito, possa sentir que está realmente integrando nesta civilização, (...) "o operário não pode ser encarado apenas como um produtor de trabalho, nem mesmo basta, para tornar-se destacada a sua atuação, que cumpra os deveres que lhe cabem e, na oficina, encontre rigorosos métodos de higiene e segurança. É necessário que se sinta feliz no ambiente em que vive"

(Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, 10.6.44).

No relatório de atividades elaborado por Sussenkind (1945), *Trabalho e Recreação*, encontramos as justificativas para a interferência do Estado nesse setor, diz o relatório que:

A ação do Estado, contudo, não deve se restringir a satisfação de interesses materiais do operário. Certo que a satisfação desses interesses constituem a condição básica para que o trabalhador possa viver com dignidade e procurar, na coletividade de que é parte, os prazeres que estimulam a existência humana. Todavia, não deve a ação do Estado sofrer limites na dignificação do homem que trabalha, estimulando-lhe e facilitando-lhe o melhor aproveitamento das suas horas de alheamento, afim de que possa refazer o organismo debilitado através de atividades recreativas, e, só assim, sentir a beleza e compreender a razão. É sabido que, não obstante as exigências de repouso operário e de higiene e segurança do trabalho, a máquina impõe ao operário um emprego desproporcional entre a atividade muscular e a nervosa, daí advindo a fadiga, que o leva a procurar distrações com prazeres que lhe são monetariamente baratos. A excessiva divisão do trabalho e a mecanização dos respectivos serviços faz com que a função do operário se resuma na monótona repetição de atos sempre iguais, tornando-se, destarte, imprescindível que ele se entregue à prática de atividades diferentes, culturais ou desportivas, afim de evitar o embrutecimento de sua personalidade, o que viria exterminar seu interesse pela vida. (...) somente o homem bem alimentado e satisfeito adquire o interesse pelo sucesso da empresa que é parte. Emerge desse princípio o dever do Estado em valorizar a Nação, valorizando o homem, garantir-lhe saúde e conforto material e espiritual. Constitui portanto, *dever do Estado evitar que o tédio das horas de repouso conduza o operário aos vícios perniciosos ou a prazeres prejudiciais que estão ao alcance do seu bolso*. Por isto, proporcionando recreação sadia e gratuita àqueles que não estão em condições de encontrá-la com a remuneração do seu trabalho honesto, o Estado estará concorrendo para que o repouso que a lei concede ao trabalhador atinja sua alta finalidade social e biológica. Porque somente com o alimento do espírito e o retemperamento das

energias físicas poderá o operário reabilitar os seus músculos e revigorar seu sistema nervoso. Do contrário, os fenômenos patológicos produzidos pela fadiga concorrerão para destruir seu organismo, torná-lo um eterno exaltado, exterminar-lhe a alegria de viver e de trabalhar, aumentar o número de acidentes, prejudicar a execução do serviço, reduzir o rendimento do trabalho, criando, enfim, uma série de males sociais que tanto afligem aqueles que crêem no surgimento de um mundo melhor.

(Boletim do MTIC nº 132, pg. 110, 1944)

Percebemos aqui a concepção de tempo livre de observada por Mascarenhas (2003) nos estudos sobre lazer que influenciaram por muitas décadas diversos autores e estudos no Brasil e em outros países. Para o autor o tema lazer historicamente, sempre esteve relacionado “as relações de poder e aos interesses de instrumentalização do tempo livre”, ele considera ainda que a concepção de tempo livre presente nas décadas iniciais do século passado estava relacionada com a disciplinarização dos corpos como recurso de promoção da ordem cívica, moral e para a preparação e manutenção da força de trabalho.

Um outro aspecto importante a ser destacado no trecho do Boletim do MTIC diz respeito a questão da “gratuidade” dessas atividades. Sabemos que o financiamento do SRO é parte do Imposto Sindical obrigatório criado em oito de julho de 1940 e cobrado de forma compulsória, até hoje, de todos os trabalhadores com registro na carteira profissional do Brasil.

Mesmo com a utilização dos recursos financeiros de todos os trabalhadores brasileiros, o SRO monta sua estrutura para atender somente os “trabalhadores sindicalizados”, ao novo modelo de sindicato atrelado ao Estado, do Distrito Federal, que na época era no Rio de Janeiro. Segundo o relato oral de Sussekind a estrutura administrativa montada para o atendimento dos operários sindicalizados foi a seguinte:

Eu assumi a Presidência, que contava com um Conselho Deliberativo que tinha o Dr. Evaristo de Moraes Filho, hoje grande jurista, dois representantes dos empregadores e dois representantes dos empregadores indicados pelo Ministério. Esse conselho orientava, de modo geral, a organização e o andamento do Serviço de Recreação Operária e eu tive que acumular as funções de assessor da pasta do Trabalho e Presidente do SRO.

O SRO locado no prédio do MTIC contava como uma ampla estrutura e estava organizado em três divisões, a Divisão de Administração (DA), a Divisão Cultural (DC) e a Divisão de Educação Física e Escotismo (DEFE), as quais juntamente com a Secretaria do Serviço, funcionavam coordenadas e superintendidas por Sussenkind. O setor financeiro, sendo o SRO mantido por uma “pequena parcela” do Fundo Social Sindical, foi atribuído à Comissão do Imposto Sindical (CIS) que tinha como competência controlar o orçamento do SRO e do respectivo quadro de pessoal. Coube a tesouraria da CIS efetivar os pagamentos autorizados pelo SRO, competindo à contabilidade da mencionada Comissão controlar a execução orçamentária deste Serviço, o organograma do SRO elaborado em 1947 demonstra de forma mais clara a estrutura do SRO.

Organograma do SRO:

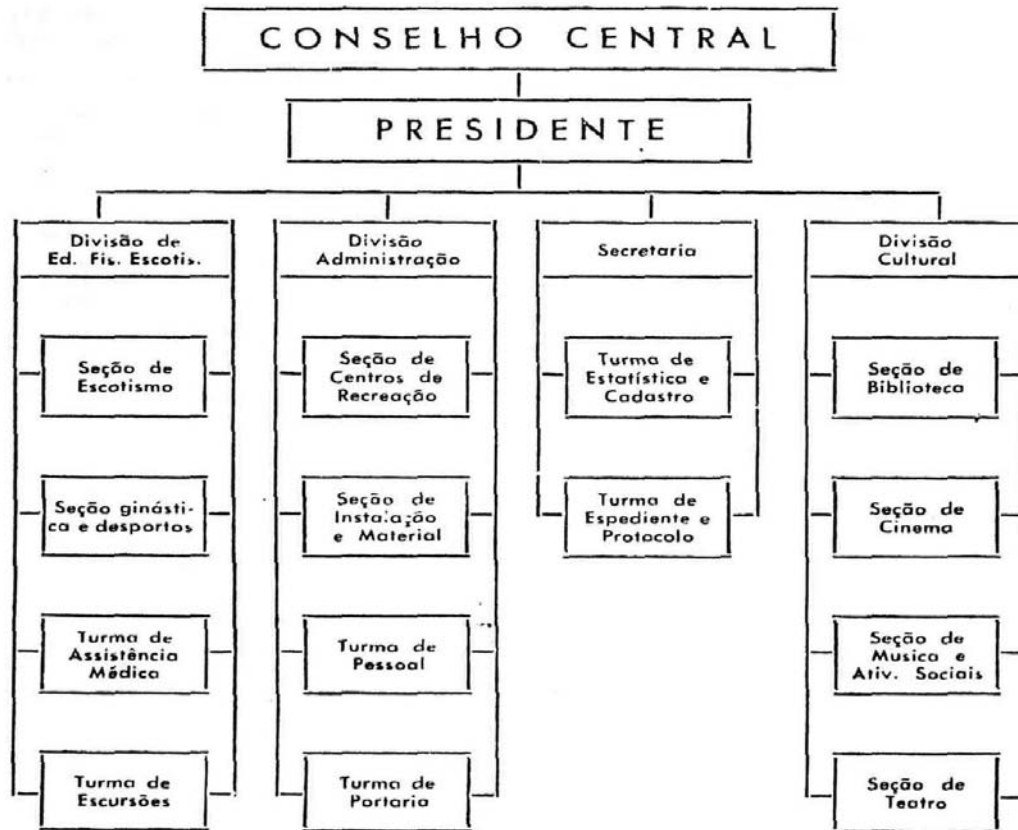


Figura 01: (Sussekind, Arnaldo. Recreação Operária. Rio de Janeiro: Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, 1948)

A Divisão de Educação Física e Escotismo dividia-se em quatro setores: a seção de Escotismo incorporado à união dos escoteiros do Brasil, entidade “inspirada em instituições congêneres existentes na Itália (os Balila e os Avanguardisti) e na Alemanha (a Juventude Hitlerista)”, o escotismo surge seguindo os moldes da extinta Juventude Brasileira que nasceu nos anos anteriores com os mesmos objetivos, mas não se consolidou no Brasil. (CASTELLANI, 1988).

Solenidade de premiação dos escoteiros que mais se destacaram no ano de 1944.



Figura 02: Sussekind, Presidente Getúlio Vargas, Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho e escoteiros do SRO. Arquivo pessoal de Arnaldo Sussekind

O Escotismo gerenciado pelo SRO destinava-se a promoção da educação cívica, moral e física de crianças e jovens de sete a dezoito anos, disciplinando e preparando as novas gerações para o trabalho. Ainda nesse mesmo discurso o Ministro do MTIC ressaltou a importância da formação de novos núcleos de escotismo no país, (...) “com o objetivo de desenvolver o físico das crianças operárias e prepará-las espiritualmente para mais tarde trabalharem pela grandeza do país”. Em 1945 este setor contava com oito associações de escotismo totalizando 358 escoteiros. (Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº113, p.313, 1944).

A seção de Ginástica e Desportos teve como objetivo melhorar o rendimento do trabalhador na fábrica. A saúde física do trabalhador brasileiro mereceu, no Estado Novo, especial atenção em função do projeto de industrialização que estava sendo fomentado. Na época os princípios da educação física no Brasil estavam fundamentados na idéia que a melhoria e aperfeiçoamento da raça poderia ser alcançado através da prática sistemática e orientada da atividade física. Aparentemente a ênfase dada neste período não era simplesmente ao aspecto relacionado a saúde do operário, mas as razões econômicas, visando o preparo para o trabalho e para o aumento da produção industrial. Na tentativa de convencer a população brasileira da necessidade da atividade física para o engrandecimento da nação, o Departamento de Imprensa e Propaganda elaborou e difundiu cartazes com a imagem do Presidente Vargas praticando uma atividade física.



Figura 03: Cartaz de 1944 Getúlio “posa” de atleta. Acervo pessoal de Arnaldo Sussekind

Esta divisão ainda contava com a Turma de Assistência Médica e a Turma de Excursões, a primeira responsável pelo atendimento médico dos operários participantes das atividades ginásticas e dos campeonatos promovidos pelo SRO, a segunda turma organizava as atividades turísticas dos operários nos centros de recreação, em geral eram promovidos visitas a cidades e ilhas próximas do Distrito Federal, em Paquetá e Brocoió. A Divisão de Administração e Secretaria responsabilizava-se por toda a infra-estrutura administrativa do SRO, ocupando-se da organização dos Centros de Recreação existentes em diversos bairros do Distrito Federal, do

quadro de pessoal e dos recursos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades e programações.

A Divisão Cultural influenciada e estimulada pelo Departamento de Imprensa e propaganda, o DIP, teve como objetivos a organização de atividades em prol da recreação dos operários: bibliotecas foram montadas nos Centros de Recreação, aos finais de semana aconteciam as exibições cinematográficas, musicais e teatral de grupos amadores de teatro formados por operários sindicalizados. Essas atividades eram utilizadas como veículo de propaganda pró-sindicalização geral para todos os trabalhadores do SRO, que distribuía os convites dos eventos realizados nos Centros de Recreio aos sindicatos e esses, por sua vez, ao operariado em geral nas indústrias. De acordo com o relato de Arnaldo Sussekind, vários centros de Recreação foram instalados antes do final do Estado Novo:

Nós instalamos o Serviço aqui no Rio, em Centros de Recreação Operária na Gávea, em Bangu, em Olaria, entre outros. Instalamos em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, não chegamos a instalar em outros estados, falta de verba, a verba era pequena. E eu devo dizer que depois que o Getúlio caiu, houve uma Comissão de Inquérito na Câmara dos Deputados e o único dirigente de órgão financiado pelo Imposto Sindical que não foi sequer chamado para dar explicação, fui eu. Todos os outros foram objeto de investigação. Já no período do presidente Dutra, que me manteve no lugar, eu organizei duas olimpíadas com o copatrocínio do “Jornal dos Sports”. Uma olimpíada nacional com representantes dos trabalhadores em nome das empresas, as empresas é que competiam do Brasil inteiro, foi um sucesso. Infelizmente, só houve essas duas olimpíadas.

Cartaz promocional da I Olimpíada Operária do Brasil promovida pelo
Serviço de Recreação Operária



Figura 04: Cartaz da I Olimpíada Operária. Acervo pessoal de Arnaldo Sussekind

Segundo os gestores do SRO as atividades culturais deveriam ser difundidas somente após a preparação ou “educação” dos operários que para eles não possuíam a capacidade de compreendê-las. No relatório elaborado em 1948 por Arnaldo Sussekind:

(...) conforme frizamos, não é somente com o objetivo de restaurar o equilíbrio psico-fisiológico no trabalhador que a recreação deve ser difundida. A recreação é também um poderoso instrumento de educação social. É necessário, porém, distinguir na noção de arte popular duas idéias bem diferentes e que têm gerado confusões. A arte popular pode ser, de um lado, a arte concebida como uma criação popular, a “arte pelo povo”. Por outro lado, a arte posta a serviço do povo e organizada de tal modo que lhe seja compreensível e útil, é a “arte para o povo”. Tomando por base a segunda fórmula, a arte para o povo, devemos examinar como, nas diferentes expressões de arte, o povo, é, em particular o trabalhador, pode ser posto em contacto com as manifestações estéticas que, fazendo parte da cultura moderna, devem também ser dirigidas para o trabalhador. O teatro e a música não convêm ao trabalhador, se ele não foi submetido antes a uma preparação cultural suficiente. E daí o trabalho extraordinário para se conseguir pôr o trabalho brasileiro em contato com a arte, desde que é muito baixo seu nível intelectual. Mostrar ao trabalhador uma sinfonia de Beethoven, uma tragédia de Racine ou uma ópera de Wagner, sem que ele tenha ao menos uma explicação rudimentar sobre o assunto, é criar o tédio e a incompreensão.

É o mesmo que atirai ao alto mar um indivíduo que não sabe nadar. Como não se pode, nas nossas condições atuais, escolher técnicos para esse trabalho prévio, feito em diversos países, Estados Unidos, França e Inglaterra, tem que se partir de baixo para cima. Tem que se acostumar o trabalhador aos espetáculos de música, teatro e cinema, partindo do mais fácil, do mais compreensível e ir aos poucos subindo de nível, numa preparação psicológica que permite o trabalhador ir se habituando e educando o gosto artístico.

(Recreação Operária. Rio de Janeiro, 1948)

A preocupação com a “cultura do operário” aparece em diversos documentos do SRO. Todas as atividades sem nenhuma exceção continham o discurso pró-sindicalização. Nos filmes e peças de teatro não faltavam as histórias valorizando o trabalho, a disciplina, o moral e a necessidade de “colaborar” com o desenvolvimento da nação.

Em relação as atividades físicas promovidas pela Divisão de Educação Física podemos notar no mesmo relatório que:

Através dos exercícios físicos, “o funcionamento de todos os órgãos se processa com mais facilidade. A pessoa tem uma sensação de euforia, de bem estar, de conforto. Sente-se leve, bem disposta, bem humorada”. Terá melhor aptidão para o trabalho e, com isso, ganhará mais saúde, fonte de força, de alegria e de felicidade. É claro que os diferentes exercícios físicos terão de ser adequadamente escolhidos, segundo o bio-tipo e a habilidade de cada trabalhador. Aliás, a recreação consiste justamente em se participar de uma atividade biologicamente necessária e que atenda à preferência, a habilidade e o bio-tipo do participante. Destarte, tanto a ginástica, como os simples passeios, as excursões, os piqueniques, os desportos atléticos ou os grandes jogos desportivos podem ser utilizados na recreação dos trabalhadores que necessitam compensar a inércia física a que diariamente estão obrigados com o exercício dos órgãos e dos músculos e descanso do cérebro e dos nervos.
(Recreação Operária. Rio de Janeiro, 1948)

Arnaldo Sussekind destaca dentre os eventos que realizou no SRO durante o Governo do Presidente Dutra: A Taça Disciplina, torneio de futebol disputado pelos Sindicatos de Energia Elétrica, de Ferroviários, de Carris Urbanos e de Gráficos. Houveram também duas Olimpíadas Operárias, que contou com participantes de todo o Brasil, elas foram organizadas pelo SRO em parceria com o SESI e Conselho Nacional dos Desportos e às Confederações e Federações Desportivas.

As primeiras mudanças no SRO, ainda sob o comando de Arnaldo Sussekind, agora como diretor, ocorrem após o retorno, via eleições, do Presidente Getúlio Vargas em 1951. O Serviço de Recreação Operária passa a chamar Serviço de Recreação e Assistência Cultural, SERAC, a idéia era dar mais ênfase as atividades culturais com objetivo de “aumentar o nível do cultural” do trabalhador brasileiro.

Acreditamos que a intenção presente neste momento foi de utilizar as atividades culturais como mediação para socializar o operário para os “benefícios propiciados” pela sindicalização que possibilitaria uma “vida saudável”. Não podemos esquecer que Vargas estava no poder e que mesmo após quatro anos afastado, ele volta, eleito, dando continuidade a sua política trabalhista. Um outro avanço apontado por Arnaldo Sussekind foi a elaboração em 1952 do Manual de Recreação (Orientação dos Lazer do Trabalhador) elaborado por ele pelos Professores Inezil Penna, chefe do Setor de Educação Física, Marinho e Oswaldo Góes, assistente técnico e membro da Comissão dos Lazer Operários da OIT). Distribuído para todos os sindicatos, o manual apresentava estudos sobre a evolução histórica do lazer, sobre o conceito de recreação e do problema da disciplina e do interesse dentro da recreação e sobre o turismo operário. Ele destaca também a montagem de salas de biblioteca nos sindicatos para “facilitar o acesso” dos operários. Mas com o passar dos dois primeiros anos do Governo Vargas e com a posse de João Goulart para o Ministério do Trabalho em 1953, as mudanças começam ocorrer. Segundo o relato de Arnaldo Sussekind, o Ministro João Goulart, o mantém em seu posto e gosta das alterações propostas mas,

resolve alterar o orçamento, inclusive sem me ouvir. Eu tinha, anteriormente, 30% do orçamento para pessoal, o mínimo necessário e 70% para atividades, então realizava-se muita atividade. Ele inverteu, repassaria 70% para o pessoal e 30% para as atividades. Eu fui a ele e disse que estranhava por dois motivos: primeiro, porque não tinha sido ouvido e, segundo, porque essa inversão, eu não poderia concordar. Ele virou-se para mim e disse: “o senhor está se esquecendo que para o ano nós temos eleições, de maneira que precisamos preparar essa votação”. Aí, eu disse: “está bem, é um direito seu como ministro, mas não conte mais comigo”. E ele respondeu: “Mas o Dr. Getúlio gosta muito do senhor”. Bom, eu sei que gosta, porque eu conheci o Getúlio pessoalmente nas reuniões da Consolidação das Leis de Trabalho, (...) o Getúlio gostava de mim, realmente. Tanto que eu tenho no meu escritório um retrato com dedicatória dele, o que é muito raro.

Aí, eu escrevi uma carta para o Getúlio e o Jango ficou com mais raiva de mim, porque eu não mandei a carta por intermédio dele, eu mandei pela Alzirinha, que era minha amiga, foi contemporânea da faculdade e nesse período de CLT, eu quem tinha que explicar tudo para ele, eu tinha muito contato com ela. Eu não sei o que ele falou ao Jango a respeito. Eu sei que ele agradeceu a minha participação em carta e o Jango ficou com mais ódio de mim porque, possivelmente, o Getúlio deve ter criticado a ação dele, não sei. Então, eu saí do SERAC. Agora, vê o que é o destino: quem extinguiu oficialmente o SRO fui eu, como Ministro do Trabalho do Castelo Branco em 1964.

Presidente Getúlio Vargas e Arnaldo Sussekind em 1943.

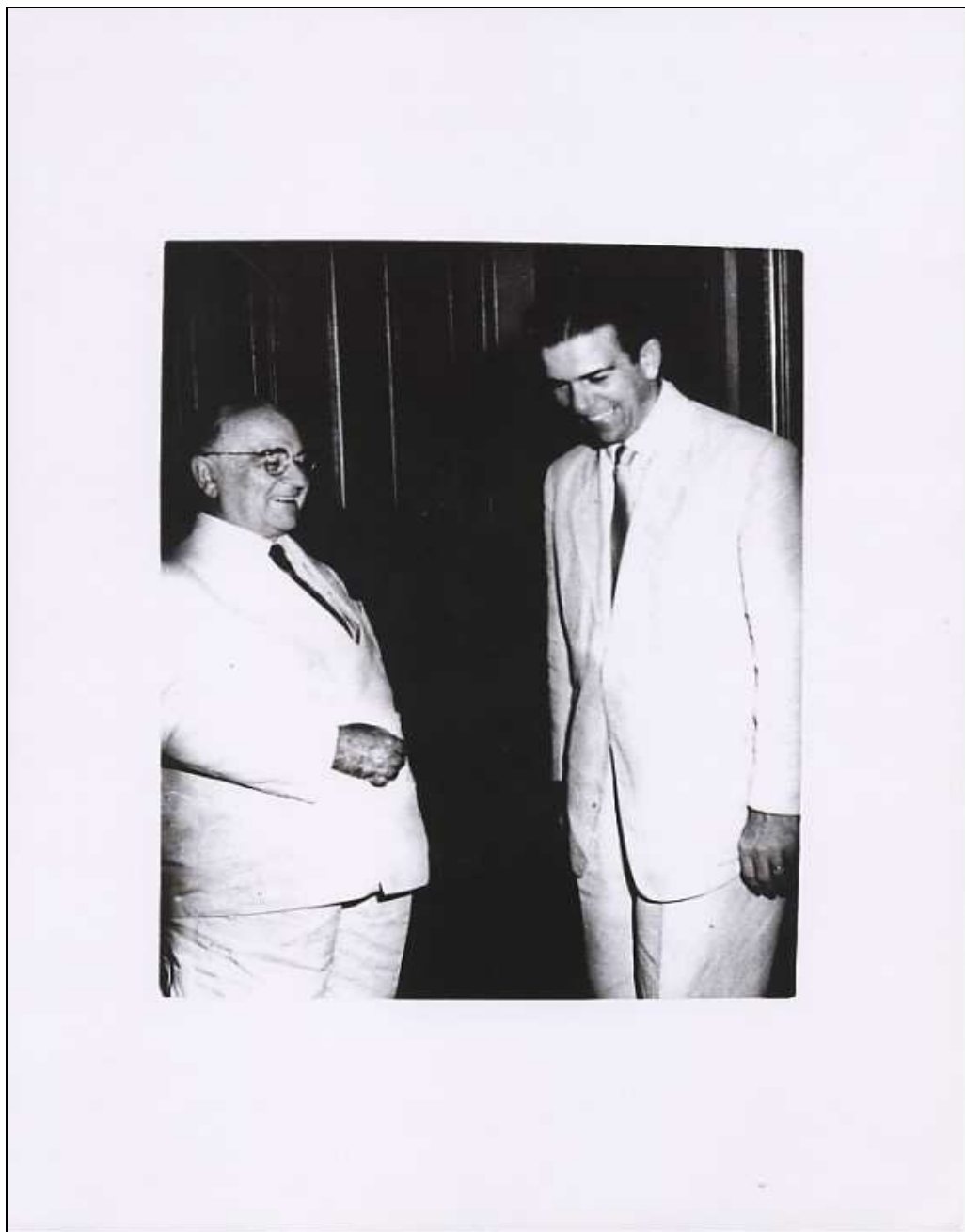


Figura 05: Posse de Arnaldo Sussenkid. Acervo pessoal de Arnaldo Sussekind

Com base nesta fala de Arnaldo Sussenkind, podemos perceber claramente duas velhas práticas ainda constantes no ambiente político. A primeira delas é a utilização de recursos financeiros em finalidades distintas das originais, a segunda são as relações pessoais invadindo o campo da impessoalidade pública, onde prevalecem às relações de amizade e familiaridade, complementada pela postura personalista do entrevistado ao se referir ao SERAC.

Em 08 de dezembro de 1953, Arnaldo Sussekind envia uma carta ao Ministro João Goulart, comunicando o seu afastamento do cargo de diretor do SERAC e de representante da Comissão de Lazeres Operários da Organização Internacional do Trabalho. Retornando ao seu cargo de Procurador na Comissão Nacional de Bem Estar Social. Na carta enviada ao Ministro João Goulart, ele diz desconhecer o sistema que será implantado no SERAC por isso acreditou ser

oportuno manifestar agora a V. Ex^a o meu desejo de não continuar no exercício da função que ora ocupo ou da que lhe venha a corresponder na precipitada reestruturação, (...) desejo ressaltar, finalmente, a fim de evitar, falsas interpretações, que essa minha resolução não constitui uma atitude contra a atual administração do Governo do eminente Getúlio Vargas, a quem sempre emprestei e continuarei a emprestar modesta, mas sincera e leal colaboração.
(CPDOC/FGV. REF: GV REM 1953. 12. 08)

Arnaldo Sussenkind deixa a direção do SERAC. Seus assistentes dão prosseguimento as atividades do SRO até o dia 24 de agosto de 1954, data da morte do Presidente Getúlio Vargas. De agosto de 1954 até janeiro de 1956, em geral as atividades do SERAC, bem como a de todos os outros Ministérios, não seguem o seu curso normal, pois nesse curto período três presidentes assumem o comando da nação, Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos (FAUSTO, 2002).

Somente com a posse do Presidente Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro de 1956 e de seu Vice João Goulart, líder do PTB e nome respeitado no movimento sindical, que a

Comissão do Imposto Sindical ganha novo fôlego e faz com que o SERAC retome as suas funções nos Centros de Recreação, nos sindicatos do Rio de Janeiro e também recupere suas funções iniciais e o seu antigo nome voltando a se chamar Serviço de Recreação Operária.

4 O Serviço de Recreação Operária: 1959-1964

No final do governo de Juscelino Kubitschek e as vésperas das eleições que levaria Jânio Quadros e mais uma vez João Goulart como vice-presidente a da República, o SRO implementa suas atividades junto aos sindicatos e isso gera a necessidade de ampliação do quadro de funcionários. Nesse momento é que o professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva após a conclusão do curso de Educação Física e do seu discurso de formatura que falava da importância da Educação Física e do lazer para o trabalhador brasileiro, recebe o convite de Pascifal Barroso, para ser professor de práticas educativas no Ministério do Trabalho. Segundo o relato de Vinicius Ruas ele trabalhou como professor por alguns anos e se especializando, na prática, em recreação operária e posteriormente tornou-se diretor do SRO indicado por Almino Affonso que era deputado federal nessa época.

Em seu relato ele nos conta que,

ao chegar no SRO, realmente havia os dirigentes que estavam muito ligados ao Ministério do Trabalho e auferiram naturalmente alguma assistência do ministério em relação a seus próprios sindicatos, lutavam para que tivessem mais verba, para cumprir com os destinos do próprio sindicato. Aquilo era a Comissão do Imposto Sindical. Era um serviço do Imposto Sindical, que geria o SRO. E tinha também um corpo docente no SRO, composto por professores e professoras de Educação Física, que era dividido em várias áreas. As áreas principais eram de Educação Física e Esportes, que faziam o lazer através das atividades de cunho artístico como shows no sindicato, cinema, enfim, realmente eu tive uma impressão relativa em termos da organização da recreação operária, mas já com o passar do tempo a gente tinha a impressão de que aquilo podia melhorar sob todos os aspectos. Mas não nós, professores de Educação Física, que aí estávamos para aplicar esportes ou outras coisas, era preciso que se desse ao trabalhador a consciência do que vinha a ser o lazer operário e, naturalmente, o lazer e a recreação. A recreação que deveria ser levada em consideração, uma recreação podia ser utilizada

em desportos e, ao mesmo tempo, podia ser levada para os filhos dos trabalhadores.

Entre os anos de 1953 e 1959, as atividades do SRO estiveram restritas aos operários centros de recreação e sindicatos. O escotismo que foi direcionado as crianças e adolescentes no Estado Novo, no Governo Dutra e no segundo Governo de Vargas, deixa de existir nos governos posteriores. Então, no desenvolvimento de suas atividades como professor, Vinicius percebe o alto grau de pobreza entre os operários e a necessidade de ampliar o atendimento a mais sindicatos e também as suas famílias dos operários, ele relata que nesse período atendia:

um operariado muito pobre, sem grande instrução, em sua maioria vivendo de salário mínimo. Não se tinha uma visão cultural de todas as atividades que o próprio trabalhador podia ter, como eu disse no meu discurso que o operário não tinha condições de arcar com uma família, no seu ócio, na sua folga, no seu lazer, como garantia as leis trabalhistas que já eram bem desenvolvidas. A CLT, as leis trabalhistas para a época eram muito boas, bem reconhecidas pelos próprios trabalhadores, mas que não garantia, não dava nada. E o SRO veio cobrir uma lacuna muito grande. Mas aquilo podia ter uma outra conotação. Estava tudo muito bem organizado, dentro da estrutura da organização a proposta existia, mas na prática não era cumprida. Então, cobria-se aqui e ali, talvez de uma forma assistencialista, devido às insistências das solicitações de alguns deputados que eram denominados, na época, de “pelegos”. Esses eram os pelegos do PTB, eram conhecidíssimos, deputados, vereadores, eles corriam em cima de qualquer verba. Nós não tínhamos verba própria, todas as nossas atividades eram solicitadas para o diretor geral do SRO, da divisão de Educação Física e em seguida para a Comissão do Imposto Sindical e aí eles davam o recurso de acordo com a programação estipulada. Na recreação, não existia dinheiro a rodo para fazer isso ou planificar coisas grandes, então tínhamos que nos valer da imaginação, fruto da experiência de dois anos de trabalho, enfim, para nós aquilo tinha que ter uma conotação diferente daquela que nos foi apresentada.

Segundo o relato do Professor Vinicius, a falta de recursos financeiros inviabilizava a elaboração de programações e a ampliação do atendimento para mais operários. Como as equipes eram formadas por professores de Educação Física os dirigentes achavam que os professores tinham por obrigação colocar em prática os seus conhecimentos de lazer operário. Nosso horário era de manhã e a tarde, os operários estavam trabalhando, nunca estavam lá, então nós criamos os núcleos de bairro e quem aparecia lá eram os filhos dos trabalhadores.

O Professor Vinicius relata ainda que no Rio de Janeiro,

existiam muitos núcleos. Quer dizer, existiam quatro Centos de Recreação Operária, que eram oficiais. Mas nós não podemos nos basear nesses centros de recreação, num determinado momento nós deixamos de funcionar apenas nos Centros para trabalhar também em núcleos residenciais, onde moravam os operários. Quando eu assumi a diretoria do SRO, nós verificamos que os Centros de Recreação não atendiam aos objetivos principais que nós desejávamos. Por exemplo, o Centro da Gávea, Olaria, Bonsucesso, Padre Miguel funcionavam apenas durante o dia e aí estava o problema, iam somente crianças para lá, ficavam ali olhando, os operários não apareciam porque estavam trabalhando. O que se fez então? Nós começamos a criar outras formas, criamos os Núcleos de Recreação Operária, dentro dos conjuntos residenciais, (...) na Gávea era muito interessante, era um terreno onde nós guardávamos o material. A Praia do Pinto, então ficou onde nós trabalhávamos com futebol, levávamos as camisas, criávamos os clubes infantis, juvenis, etc... funcionavam como escolinhas de futebol já naquela época, só não tinha esse nome, mas eram turminhas de futebol, até 17, 18 anos, menores até, e muitos alunos se tornaram grandes atletas de clubes cariocas.

Sobre a criação dos núcleos de bairro criados com a intenção de facilitar o acesso dos operários às programações de lazer, ele nos conta que no Bairro de Olaria, por exemplo,

só existia um lugar pequeno onde nós guardávamos o material. Daquilo ali, os próprios recreantes foram criando atividades mais precisas, que eles gostavam de fazer, futebol, e outras atividades, nesse núcleo de Olaria trabalhava eu, antes de ser diretor, o Ademar Ferreira da Silva, a Maria Estela e uma outra

professora. Aí, fizemos essa pista até que o Ademar se empolgou e conseguia treinar alguns meninos que tinham aptidões físicas para isso e alguns desses alunos ele levou para os clubes que tinha locais apropriados para treinamento, caixas de salto. E eles se tornavam bons atletas (...). Mas existiam ainda outras atividades no outros núcleos. Nós conseguimos uma viatura, um caminhão, onde nós fazíamos o palco do teatro, com o apoio da UNE, que nos ajudou muito nisso. Tinha atores que trabalhavam no Teatro de Arena, o Juca de Oliveira, o Gianfrancesco Guarnieri, eles levavam artistas que trabalhavam gratuitamente para os operários. “A Semente” era uma peça revolucionária, quando eles apresentavam ela era bom, era uma peça que dava identidade às pessoas, dava consciência da realidade brasileira e isso era bom. Trabalhávamos também com leitura, improvisado no caminhão, a maioria era criança, emprestavam o livro e tornavam a devolver.

Após a sua posse como diretor do SRO, Vinicius Ruas começa a idealizar uma nova forma de ação junto aos operários. No início dos anos sessenta o Brasil passava por um período de euforia por parte das alas consideradas de esquerda e de preocupação para os grupos conservadores de “direita”. Com a renúncia de Jânio Quadros e após o fim dos conflitos em torno da posse de João Goulart como vice-presidente, apoiado por forças populares, estudantes, líderes trabalhistas, a movimentação nos sindicatos e no Serviço de Recreação Operária passa é intensificada.

Neste momento Vinicius Ruas começa a estruturar no SRO uma nova forma de relação com os operários a partir da observação que,

os professores de Educação Física faziam uma atividade excelente para eles, mas os operários achavam tudo muito rígido, cheio de regras e não era aquilo que os operários queriam e o que nós fizemos então: começamos a trabalhar na formação dos próprios operários que tinham interesse naquilo, porque tinha técnico de futebol, mas que era operário, então vamos melhorar as condições desses rapazes, porque eles vão ficar ali o dia todo, eles tomavam conta de tudo, eram do

sindicato e nós dávamos essa responsabilidade pra eles e deixávamos eles fazerem os campeonatos deles. Nós, então, orientávamos esses núcleos. Os Núcleos de Recreação poderiam ter alguns professores, mas o nosso número de funcionários era pouco. Então, nós íamos até lá pra ver se estava funcionando direito e supervisionávamos o trabalho destes operários que já tinham feito curso entre nós aqui, nós fazíamos na própria sede do Ministério.

Segundo relato dos entrevistados o curso de capacitação compreendia, curso de lazer, de recreação e de regras dos jogos. Os operários ficavam satisfeitiíssimos, porque eles não sabiam quase nada,

mas aprendiam ali, porque regra de futebol quase todo mundo sabe, Ah!...só os jogadores que não sabem (...), mas os operários sabiam, eles sabiam fazer direitinho, futebol de salão, voleibol e nós designávamos professores para acompanhar eles e era muito bem feito o trabalho dos professores. De maneira que, em função de tudo isso, a gente criou um curso de recreação operária, onde participavam os professores de educação física e estava aberto também aos operários e para quem quisesse participar. Isso foi criado e cada pessoa tinha o direito de fazer o exame, todos tinham que apresentar um trabalho naquele dia, de conferências, de debates sobre lazer operário, ócio, etc.

Em geral esses cursos contavam com a presença de intelectuais que do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, Vinicius os descreve como:

como pessoas de alto nível, haja visto que participava: Josué de Castro, trabalhava sobre a fome, Pedro Calmon, um dos maiores antropólogos do Brasil, Latorre de Faria, Inezil, Valdemar Areno, essas pessoas trabalhavam muito nesse curso e o resultado foi muito bom. Assim as pessoas tinham propostas de como e o que fazer na sua região e ganhavam consciência.

Houve ainda outras propostas inovadoras no SRO implementadas por Vinicius Ruas.

Em seu relato ele destacou as festas e a criação da Rádio Operária.

nós montávamos toda a estrutura do Natal dos operários, uma coisa maravilhosa. Pode ver nas fotografias que estão aí. Nós conseguíamos esses brinquedos, comerciantes que nos apoiava (...) ganhamos um caminhão cheio, bonecas de primeiríssima qualidade, naquela época, 1959, 60, 61, 62,63, nós íamos nas lojas da rua da Alfândega e pedíamos brinquedos, nós fazíamos um Natal muito bom para eles, com doce, presente, sorteio para as crianças, porque não se podia presentear todas as crianças, que eram muitas naqueles núcleos. (...) Tinha também as festas juninas, belíssimas, que esses núcleos organizavam. E nós criamos os campeonatos de quadrilhas, todas as pessoas que trabalhavam no comércio, operários, os sindicalizados, participavam desse campeonato e, por conta própria, faziam as fantasias e aquilo era uma organização feita pelo Ministério do Trabalho. Depois, nós premiávamos, dávamos medalhas, diplomas para os vencedores. Eles mesmos montavam as barraquinhas, faziam tapioca, os bolos juninos, enfim... Era uma confraternização extraordinária que se fazia com o operário brasileiro. (...) Nós tínhamos uma rádio do Ministério do Trabalho e foi criado um programa com o Dias Gomes, que eram os “Calouros Operários”, era às seis horas da tarde...

E sobre as atividades artísticas, cinema, teatro, música ele descreve que as atividades eram o ponto forte do SRO, pois elas acabavam por atrair um grande numero de participantes.

Nós tínhamos dez máquinas de projeção de filmes. Podíamos estar passando em dez lugares diferentes concomitantemente. Os filmes eram bons, a gente fazia uma enquete para saber que filmes eles gostariam de ver. Existia filme de caubói naquela época, eles gostavam muito. Filmes brasileiros eram os campeões. Mas eu gostava de passar “O Encouraçado Potemkin”, filmes japoneses de luta, já existiam, a saga do judô. E todo sábado, passava em algum lugar. Quando nós não tínhamos nada, não se podia fazer nada, passávamos um filme. E era uma audiência extraordinária que era aproveitada pelos políticos, que iam pra lá antes, pediam licença pra falar, de qualquer partido. Mas, naquela época, nós dávamos preferência aos partidos nossos, PTB, não existia o PT, se existisse era lógico, o PC do B, PSB, na época não estavam na legalidade. (...) tinha show do sindicato do fumo, do couro, eles tinham auditórios lindos, repletos de gente e aquilo era

uma alegria pros operários.”Nunca tivemos isso”, “o Ministério do Trabalho lembrou de nós”, o nosso dinheiro do Imposto Sindical esta aí”, eles diziam. Quando eu voltei do exílio eu soube que tinha sido extinta a CIS. Pro meu espanto, o IS era descontado até hoje, eu comecei a pagar como professor de sociologia do esporte.

No relato de Vinicius o SRO pretendia fazer “muito mais” pelos trabalhadores, ele acreditava que o SRO deveria ser levado para outros Estados. Tentaram também aprovar um projeto de criação de “Estados Operários”, segundo ele a idéia era fazer:

estádios operários no Brasil todo, era um projeto do Roland Corbusier, que deve estar lá nos arquivos da Câmara. E isso empolgou o sindicato na época, empolgou todo mundo, os deputados, o Roland Corbusier era deputado, mas infelizmente não foi adiante. Em seguida, veio o golpe de 64 e não tivemos oportunidade de concluir isso.

Com a emergência do Golpe Militar de 1964, o Professor Vinicius, exonerado do Ministério do Trabalho deixa o país neste mesmo ano só retornando em 1970, sendo reintegrado à Universidade do Rio de Janeiro.

Foi nos primeiros dias de abril de 1964 em meio aos inúmeros decretos, exonerações e cassações, o Presidente Castelo Branco empossa provisoriamente o Dr. Arnaldo Sussenkid, como Ministro do Trabalho. Ele foi o responsável pela elaboração do Decreto Lei que extinguiu a Comissão do Imposto Sindical, e as atividades geridas por ele, dentre elas o Serviço de Recreação Operária.

Considerações Finais

Este estudo teve como propósito original à realização de uma pesquisa de viés histórico sobre o Serviço de Recreação Operária, o SRO, instituição criada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (M.T.I.C.) durante o Estado Novo em dezembro de 1943 e extinta dias após o golpe militar de 1964.

Acreditávamos que com o levantamento diferentes fontes de informações sobre o ciclo vital do SRO e com os depoimentos de profissionais que nele atuaram, conseguiríamos recursos para reconstruir os vinte e um anos de trajetória dessa institucionalidade e ainda responder a questão central da pesquisa que foi ter a compreensão dos motivos e interesses que levaram o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio a instituir o SRO bem como os seus objetivos, missão e as estratégias que utilizou para a promoção do lazer entre o operariado durante os vinte um anos de sua existencia.

A nossa suposição inicial era que o SRO havia sido criado a partir da necessidade do Estado Novo, de atuar no tempo livre do operário e de sua família, promovendo a sua socialização, através do desenvolvimento de atividades recreativas saudáveis e úteis ao novo modelo de produção industrial vigente naquele período e que essa necessidade tivesse perdurado até o período de sua extinção em 1964.

A partir da análise dos documentos e dos relatos começamos a perceber que o conceito de lazer que nortearam as ações do SRO durante todo o seu ciclo vital limitava-se a uma compreensão funcionalista do lazer. Isso pode ser percebido nos diversos estudos realizados nas

três primeiras décadas do século XX, que fundamentaram o projeto de criação do SRO e principalmente nos três documentos oficiais da instituição. Em geral eles abordavam a preocupação com a formação física e moral do operário no sentido de auxiliar para a manutenção da mão de obra como garantia da produção industrial, isso ocorreu de forma intensa até o final dos anos de 1950. Mas dentro dessa questão percebemos motivos anteriores e outros complementares a essa intenção.

Se observarmos as portarias de criação do SRO, encontramos a origem de seu financiamento, o Imposto Sindical obrigatório. Parte desse imposto criado em oito de julho de 1940, deveria ser, segundo o decreto de criação, “destinado para finalidades recreativas e assistenciais”, ou seja, ele foi proposto para sustentar e atender as necessidades surgidas com a implantação do novo modelo sindical atrelado ao Estado. Esse recurso era gerido pela Comissão do Imposto Sindical, que era composta por representantes dos novos sindicatos escolhidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O Imposto Sindical passou a ser cobrado a partir de 1940, mas somente no início de 1944, já nos anos finais do Estado Novo, que ele começa a ser direcionado para as finalidades “recreativas” propostas no decreto de fundação.

O SRO financiado pelo imposto obrigatório e compulsório descontado de todos os trabalhadores do Brasil com carteira assinada, restringia o seu atendimento a apenas os “operários sindicalizados” nos sindicatos regidos pelo Estado. Em nenhum momento os gestores do SRO demonstraram em seus documentos e nos seus relatos a preocupação com a oferta das atividades e programações de lazer recreação para toda a classe operária que era contribuinte.

Nos três documentos oficiais do SRO encontramos alusões à “conquista do lazer pela classe operária”. Em especial no relatório “*Trabalho e Lazer*”, ganham destaque às questões que

discutem o lazer enquanto um “direito social do operário”. Nesses mesmos documentos oficiais, em nenhum momento encontramos qualquer menção sobre a ampliação ou fim da restrição do uso do imposto sindical apenas para os operários sindicalizados. Se retornarmos ao conceito de direito social definido por Carvalho (1999) como “aqueles que garantem a participação na riqueza coletiva de um país e permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantem um mínimo de bem-estar para todos”, podemos perceber que os benefícios promovidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio através das ações do SRO, privilegiavam apenas os operários sindicalizados da região centro sul do país, em especial os residentes no antigo Distrito federal, local onde se encontravam 90% dos Centros de Recreação e núcleos Operários.

Em nenhum dos documentos oficiais e nem nos relatos orais encontramos dados que apontasse para o fato do SRO ter nascido com base em reivindicações dos operários sindicalizados ou não. Distante disso o que pudemos perceber na pesquisa bibliográfica (Decca, 1987) e no relato de Vinicius Ruas é que, o lazer operário, sempre esteve relacionado às práticas sociais tradicionais, atividades desenvolvidas de forma espontânea, baseada nos valores culturais dos operários e que, estas atividades em geral eram consideradas viciosas e perigosas ao modelo de produção industrial vigente nas cinco primeiras décadas do século passado. Em geral os documentos os documentos do SRO propalavam o “uso sadio” do tempo livre de trabalho do operário e que as atividades desenvolvidas nesse tempo deveriam ser geridas por “profissionais especialistas e em locais apropriados”.

A última afirmação sobre o Serviço de Recreação Operária é ele não sobreviveu como uma institucionalidade, mas foi capaz de produzir elementos para gerar o novo. Indícios

encontrados nesta pesquisa, em especial no relato de Sussekind e no Manual de Recreação Operária de 1952, apontam para a criação de instituições com o mesmo princípio nos anos posteriores ao da criação do SRO. É o caso do Serviço Social da Indústria, o SESI e do Serviço Social do Comércio o SESC.

Em fim, reconhecemos que o Serviço de Recreação Operária em seu ciclo vital não esteve preso durante toda a sua existência, as suas concepções originais de criação, ele apresentou em especial, nos anos de 1960, alguns avanços devido a interferência de profissionais com uma visão de sociedade diferenciada dos gestores das décadas anteriores. Talvez a presença de profissionais dos ISEB e estudantes da UNE na capacitação das lideranças operárias, a criação de núcleos de operários de bairro, foram alguns dos fatores que fizeram com que o SRO não sobrevivesse ao Golpe Militar de 1964.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Historias dentro da Historia**. In: Pinsky, C.B. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- AZANHA, José Mário Pires. "**Pesquisa educacional: algumas questões**" In AZANHA, J.M.P. Educação: temas polêmicos, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- AZEVEDO, Célia Maria. **Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Ser Forte para fazer a nação forte**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- BERGER, Peter L. & BERGER, Brigitte. **Socialização: como ser um membro da sociedade**. In: FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro, LTC, 1978.
- BRÊTAS, Ângela. **Aspectos da política econômico-social do estado novo e a criação do serviço de recreação operária: primeiras aproximações**. Rio de Janeiro, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa, Portugal, Instituto Piaget, 1994.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.
- FERREIRA, Acácio. **O lazer operário: um estudo de organização social das cidades**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio**. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. **Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**. Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jun. 2003.
- GUIRALDELLI JR., Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1987.
- GIANNOTTI, Vitto. **A liberdade sindical no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus, 1986.
- LIMA, Magali Alonso. **O corpo no espaço e no tempo. A educação Física no Estado Novo. (1937-1945)**. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1980.
- MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- MARINHO, Inezil Penna. **Educação física, recreação e jogos**. Rio de Janeiro: Tipografia Batista e Souza, 1957.
- Martins, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- MARTUCCELLI, Danilo. **Gramáticas do indivíduo**.
- MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- MUNAKATA, Kazumi. **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MELO, Victor. **Animação cultural no Brasil: um panorama**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.
- OLIVEIRA, Lucia L. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SAVIANI, Demerval. **Concepção de mestrado centrada na idéia de monografia de base**. Educação Brasileira, nº 27, Brasília, 1991.
- SAVIANI, Demerval. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SUSSEKIND, Arnaldo Lopes; MARINHO, Inezil Penna; GÓES, Oswaldo. **Manual de recreação (orientação dos lazeres do trabalhador)**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Serviço de Recreação e Assistência Cultural, 1952.

SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Trabalho e Recreação**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Serviço de Recreação Operária, 1948.

SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Recreação Operária**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Serviço de Recreação Operária, 1946.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, São Paulo: 1987.

VERONEZ, Luiz Fernando. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a constituição de 1988**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade Estadual de Campinas, SP, 2005.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Significados de lazer e recreação no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ANEXO A - MANUAL DE RECREAÇÃO - (Orientação dos Lazerers do Trabalhador) - 1952**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO****C. I. S.****SERVIÇO DE RECREAÇÃO E ASSISTÊNCIA CULTURAL.****MANUAL DE RECREAÇÃO****(Orientação dos Lazerers do Trabalhador)****Arnaldo Sussekind / Inezil Penna Marinho / Oswaldo Góes****Rio de Janeiro****1952**

Atendendo a que ao Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) cumpre, não apenas realizar, mas também estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e prestar assistência técnica às entidades que realizam atividades de natureza recreativa destinadas aos trabalhadores - resolveu o Conselho Técnico deste Órgão determinar a publicação deste Manual, que foi elaborado pelos professores Arnaldo Lopes Sussekind (Diretor do SERAC e membro da Comissão de Lazerers Operários da Organização Internacional do Trabalho), Inezil Penna Marinho (Chefe do Setor de Educação Física e Turismo e Catedrático de Metodologia da Educação Física e dos Desportos da Universidade do Brasil) e Oswaldo Góes (Assistente Técnico do SERAC e membro da Comissão de Lazerers Operários da O.I.T.).

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DA RECREAÇÃO DO TRABALHADOR EVOLUÇÃO HISTÓRICA E OBJETIVO

A - A recreação na antiguidade.

A preocupação de estimular e proporcionar ao trabalhador a adequada utilização das suas horas de lazer constitui problema que só há pouco tempo vem prendendo a atenção das Nações civilizadas. É certo que desde a antiguidade países existiram que estimularam e facilitaram a recreação dos respectivos povos; mas os jogos e diversões que organizavam não tinham em mira o trabalhador e sua família.

A utilização de tal repouso do homem que trabalha - tempo decorrido entre duas jornadas de trabalho e férias anuais - com intuito educativo ou compensador da energia, só começou a ser preconizada depois da Guerra de 1914/18.

Já no Médio Império Egípcio, contam as crônicas de Senusrit que alguns obreiros, após o trabalho, costumavam reunir-se para dançar ou exercitar o corpo. A dança também aparece entre os babilônios, assírios e hebreus. Os cretenses, possuidores de mais alta cultura, manifestaram o desejo de alternar os atos de utilidade com os de diversão. Nos seus monumentos mais antigos encontramos atitudes que não correspondem a um fim utilitário e constituem elemento de recreação, sobretudo no concernente à dança, que é, como se vê, antiga como a própria civilização. O exercício do corpo também é preocupação antiga e praticada como distração. Baixos relevos mostram que 4.000 anos a.C. os egípcios se exercitavam em jogos atléticos, tais como corridas, saltos, lutas, etc. As leis de Manu, na Índia, faziam da ginástica uma obrigação religiosa. Na China, 2.800 anos a.C. nasceu uma seita religiosa criando o "Cong-Fu", tendo como base o desenvolvimento da ginástica e a cura pela hidroterapia. Foi na Grécia, porém, que, pela primeira vez na História, os exercícios físicos e os jogos atléticos se converteram em instituição, em algo que, incorporando-se aos costumes e à vida nacional, adquiriu um significado educativo, estético e religioso. Paralelamente, a preocupação com as cousas do espírito desenvolveu sobremodo o teatro, a música, e a dança, que foram aproveitados nos lazes dos cidadãos.

Assim, a harmoniosa aspiração de desenvolver conjuntamente o corpo e a mente surgiu pela primeira vez na Grécia. "Mens sana in corpore sano" foi ditame romano, mas com a decadência do Império perdeu o sentido. Ressurgiu na Idade Média, na época dos torneios e com a criação das Universidades; intensificou-se no Renascimento; desapareceu novamente em plena modernidade, com a ociosidade cortezã; retornou no século XVIII, timidamente, para florescer e se expandir em nossos dias.

B - A revolução francesa e a libertação do trabalhador.

Todavia, se a idéia de ocupar algum tempo do dia comum de todos com a diversão é antiga, a de utilizar o lazer do trabalhador com a recreação, com a finalidade de desenvolver sua educação e aumentar-lhe a resistência física, teria de condicionar-se à liberação social do trabalhador, caracterizada, na história do trabalho humano, pelo advento da legislação intervencionista de proteção ao trabalho.

A liberdade do trabalho e a igualdade de todos perante a lei nasceu com a vitória da Revolução Francesa. Na Antiguidade, a maior parte do trabalho era escravo e este não tinha personalidade jurídica; era apenas coisa móvel ou semovente, propriedade absoluta do senhor, que tinha até o direito de matá-lo.

A servidão medieval tinha a relação do trabalho fundada no direito do proprietário da terra. Com o Feudalismo, além do servo da gleba, apareceu o trabalhador que possuía um ofício, desenvolvendo-se em consequência, no Renascimento, a pequena indústria manufatureira.

Disseminaram-se as corporações de ofício, e as feiras surgiram por toda a Europa, acompanhando os caminhos de peregrinação. Os descobrimentos marítimos abriram nova fase para o comércio. A mercancia tomou vulto e, com o decorrer dos tempos modernos, surgiram novas formas de trabalho. O trabalhador começou a deixar de ser puro instrumento de produção, desenvolvendo-se a iniciativa privada. A fundação das Companhias de Comércio possibilitou maiores negócios. Ampliando-se, pois, o campo de trabalho, complicaram-se as relações de trabalho. A Europa, riquíssima economicamente, tornou-se palco das grandes lutas sociais. Chegou-se assim à Revolução Francesa.

C — Reação à escravidão econômica.

Se a Revolução Francesa emancipou o trabalhador, tirando-o da indigna condição de meio de produção e objeto de direito para a do agente de produção e sujeito de direito, se a Declaração dos Direitos do Homem armou nova ordem jurídica, pouco mais tarde o aparecimento da máquina e a Revolução Industrial, assim como a cada vez maior acumulação de capitais, criaram novos problemas, agravando-se a ordem econômica. A máquina substituiu o braçohumano e reduziram-se os salários. O desemprego generalizou-se e as condições de trabalho passaram a ser as piores. O trabalhador passara de uma escravidão à outra: escravo de um novo sistema econômico.

No entanto, o trabalhador já formara uma consciência do seu valor e da necessidade de se unirem em sindicatos. Apareceram então as primeiras reivindicações e os reclamos do operariado por um tratamento social mais justo. O trabalho longo, cansativo, gerando a fadiga, desequilibrando o sistema nervoso, desgastando a resistência muscular, impedia o trabalhador de gozar dos prazeres que a civilização propiciava, de desenvolver sua instrução, de aperfeiçoar seus predicados técnicos. O século atual veio encontrar o homem que trabalha na luta contra os baixos salários, contra os horários de trabalho, clamando por melhor tratamento social e pela proteção do Estado, que ele ajudava a enriquecer.

Já em pleno século XIX, entretanto, começara a reação, não apenas do proletariado, mas dos mais eminentes economistas e estudiosos, contra a insuportável e degradante exploração do trabalho humano. Saint-Simon, Kourier, Owen, Louis Blanc, Marx e o Papa Leão XIII, representando escolas sociais e econômicas dos mais diversos matizes e objetivos, eram unânimes, contudo, na condenação do sistema então vigente.

A partir de 1830, as "trade unions" organizadas por Owen iniciaram o movimento operário em favor de melhores condições de trabalho, objetivando, sobretudo, a fixação do dia de trabalho em oito horas. Nessa época, as longas jornadas de trabalho e, como corolário, a crescente massa de desempregados, começaram a impressionar e inquietar alguns parlamentares ingleses. A Rainha Elizabeth já havia promulgado a "lei pelos pobres" que, só em 1832, exigiu do orçamento inglês mais de sete milhões de libras para que não morressem os indigentes desempregados. Na França e na Alemanha, por sua vez, o movimento operário organizava-se e começava a difundir as idéias socialistas que advogavam, entre outras coisas, a intervenção do Estado nas relações entre patrões e operários, para que estes não se tornassem escravos do poder econômico daqueles.

E, pelas ruas, os trabalhadores traduziam numa canção as suas inspirações concernentes ao direito de trabalhar, divertir, repousar e ganhar o suficiente para viver:

"eight hours to work,
eight hours to play,
eight hours to sleep,
eight shillings a day"

Essa canção consagrava, portanto, numa expressiva quadra, as razões defendidas por Owen no seu programa reformista: "a jornada de oito horas é justa porque garante aos fracos e aos fortes o direito à vida; porque com a maquinaria moderna o trabalho é mais árduo e mais penoso; porque oito horas são bastantes para enriquecer os patrões; porque, finalmente, os operários, têm, como estes últimos, o direito à saúde e à alegria de viver".

D — Desenvolvimento da legislação atinente ao repouso do trabalhador.

Afinal, em 1847, o Parlamento Inglês, sob a direção do Ashley, aprova a primeira lei do mundo contemporâneo estipulando em dez horas a jornada máxima de trabalho.

A verdade, porém, é que até o Tratado de Versalhes, de 1919, as poucas leis de proteção do trabalho não visavam restaurar no trabalhador sua dignidade de pessoa humana; eram leis cedidas pelo Estado ante a pressão do operariado.

Já com o Tratado de Versalhes, foi solenemente afirmado que o trabalho não mais poderia ser considerado mercadoria, razão pela qual o operário deixara de ser um objeto susceptível de aluguel, para construir-se em colaborador de uma atividade econômica, integrado na unidade jurídica da empresa.

E a legislação de cada país deveria intervir nas relações de trabalho, a fim de limitar a vontade do economicamente mais forte com medidas de proteção ao trabalhador que as partes contratantes não poderiam revogar. Conforme assinalou o saudoso mestre Oliveira Viana, "sob a ação da nova política social, o trabalhador moderno vive em outro clima moral, em outro ambiente social, com outra decência, outra nobreza, outra consciência do seu valor humano". (As novas diretrizes da política social, páginas 14 e 15). O Direito, que fundava a ordem jurídica na propriedade, passou a ter um fundamento correlato: o trabalho. Socializando-se e humanizando-se, passou a garantir a iniciativa e a vontade do indivíduo até onde possam pôr em perigo os alicerces econômicos e sociais do regime democrático que seus postulados caracterizam.

Tendo por fim dignificar o trabalho humano, integrando o operário na sociedade, não só como construtor dos seus alicerces, mas também como partícipe dos seus encantos, desenvolveu-se, num crescendo incessante, a legislação de proteção ao trabalho, tutelando os interesses dos operários em todos os setores de sua vida.

Dentre os preceitos legislativos que se universalizaram e interessam diretamente ao assunto ventilado neste Manual, cumpre destacar a limitação da jornada de trabalho, a obrigatoriedade do repouso semanal e as férias anuais do trabalhador.

Embora alguns países, como o Uruguai, a Suécia, o Equador, a Finlândia e o México, tivessem adotado, a partir de 1915, a duração máxima de oito horas para o trabalho em geral, certo é que somente após o término da primeira grande guerra e, sobretudo depois do Tratado de Versalhes e da 1ª Conferência Internacional do Trabalho (Washington - 1919), foi a jornada de oito horas de trabalho imposta por lei na maioria dos países. E, como assinalou David Morse, atual Diretor da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), ao recordar os trinta e um anos de trabalho contínuo desse organismo, "a jornada de oito horas, ao menos para os trabalhadores manuais, já não mais se discute e, salvo casos especiais, a redução das horas de trabalho se aplica atualmente ao total do trabalho durante a semana ou ao número de dias de trabalho, excetuando-se a jornada do sábado, que com frequência se reduz a seis ou quatro horas, para proporcionar assim um meio dia mais de descanso". "As jornadas de trabalho inferiores a oito horas já se

aplicam a trabalhos especialmente insalubres, penosos ou perigosos, a trabalhos efetuados à noite e também à categorias especiais de trabalhadores, tais como empregados de escritórios que, em muitos países, não trabalham mais que seis ou sete horas por dia. (Informe n. I da 32ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, página 81).

O repouso semanal constitui tradição de índole religiosa e, até a revolução industrial, que correspondeu ao advento da máquina, foi observado com esse caráter. Todavia, a febre da grande produção e dos lucros fáceis, gerada pelo aprimoramento da máquina e pela conquista de novos mercados, forçou os trabalhadores (era grande o número de desempregados) a aceitarem as piores condições de trabalho, inclusive a abolição do descanso semanal.

A reação da Igreja e de diversos Congressos e Uniões Sindicais foi enorme; contudo, somente em 1891 foi sancionada na Alemanha, a primeira lei tornando obrigatório o repouso nos domingos e feriados para os industriários. Esse exemplo foi logo seguido pela Áustria (1895), Bulgária (1896), Espanha (1909), Dinamarca (1904), Bélgica (1905 - 1.º país que estendeu o repouso semanal obrigatório aos comerciários), Argentina (1905), Suíça (1905), França (1906) e, aos poucos, por quase todos os países. Depois do Tratado de Versalhes e da Conferência Internacional de 1921 generalizou-se ainda mais a adoção de repouso semanal, já agora, como acentuou Mário de La Cueva, "encarado como instrumento indispensável ao combate à fadiga física e intelectual e como condição imprescindível à vida da família do operário e da coletividade de que é parte", (*Derecho Mexicano del Trabajo*, Vol. I, pág. 515).

O pagamento de salário do dia de descanso semanal, afora a praxe observada por algumas empresas, sobretudo no concernente aos empregados mensalistas, foi consagrado pela primeira vez em lei, como obrigação patronal, pela China, em 1919. Sete anos depois, o México introduziu essa obrigação na sua legislação (Lei de 18 de fevereiro de 1906), tendo a Índia legislado sobre o assunto em 1942 e a Colômbia em 1945. Todavia, somente depois da última guerra mundial foi esse direito outorgado aos trabalhadores de diversas nações cabendo observar que são os países da América Latina que figuram na vanguarda da difusão desse princípio de Justiça Social (México, Colômbia, Equador, Costa Rica, Guatemala, Venezuela, Chile, Peru e Brasil).

A universalização do direito a férias anuais remuneradas é também uma decorrência da filosofia social consubstanciada no Tratado de Versalhes. Basta que se recorde que em 1919 coube à Áustria adotar a primeira lei concedendo o direito a férias a todos os trabalhadores da indústria e do comércio; que em 1925 o número de países que seguiram o exemplo austríaco elevava-se a cinco; em 1930 a sete; em 1935 a quatorze; em 1939 a vinte e três e em 1948 a quarenta.

E, conforme registrou Edward Phelan, quando Diretor Geral da O.I.T., no seu relatório de 1945, deve ser ressaltada a tendência de ser estendido o direito a férias remuneradas a um número cada vez maior de trabalhadores e de ser fixada a duração dessas férias em um mínimo de duas semanas. Outrossim, estão desaparecendo completamente a distinção entre empregados e trabalhadores manuais, no pertinente ao direito a férias, sendo que também os trabalhadores contratados por tempo determinado, os domésticos e os que trabalham a domicílio começam a ser beneficiados pelo repouso anual remunerado. Assinale-se, ainda, que, em 1936, a 19ª. sessão da Conferência Internacional do Trabalho, presidida pelo saudoso brasileiro Waldemar Falcão, aprovou a Convenção n.º 52 e a Recomendação n.º 47, ambas atinentes às férias anuais remuneradas.

E - Utilização das horas de lazer do trabalhador.

Com a universalização do direito do trabalhador aos repouso diários, semanais e anuais, um problema novo foi posto em foco: qual o melhor modo de se preencher as horas de lazer do

trabalhador, de forma a se conseguir melhormente a restauração do equilíbrio biológico e integrá-lo, cada vez mais, na comunidade de que é parte.

Dois objetivos foram então fixados como possíveis de serem alcançados na solução do problema: educação e recreação. Verificou-se a importância que poderia advir para o trabalhador se, através da recreação bem dirigida e da educação do espírito e do corpo, conseguisse maior adaptação social ao seu grupo, elevando-lhe o nível de vida, desenvolvendo-lhe o cabedal de conhecimentos, dando-lhes maior conforto espiritual, preparando-o para o trabalho, enrijecendo-lhe o corpo, predispondo-o à alegria e criando-lhe novos hábitos morais. O problema foi assim compreendido por diversos países que, após a primeira grande guerra, procuraram resolvê-lo, tais como a França, a Bélgica, a Itália, a Suécia a Polônia, Portugal, a Alemanha, a Dinamarca, a Grécia, etc.

F - Contribuição da O.I.T. para a difusão da recreação do trabalhador.

Na sua primeira sessão realizada em Washington, em 1919 a Conferência Internacional do Trabalho adotou uma convenção tendente a limitar em 8 horas o trabalho diário e em 48 horas semanais o trabalho nos estabelecimentos industriais. Tinha-se em mira garantir aos trabalhadores, além das necessárias horas de sono, um espaço de tempo suficiente para que pudessem fazer o que melhor lhes distraísse. Assim o indicou claramente Mr. Barnes, delegado governamental da Grã-Bretanha à Conferência e um dos fundadores da Organização Internacional do Trabalho, na seguinte declaração feita quando da abertura do conclave:

“Admite-se geralmente que o trabalhador tem direito aos lazes ... que ele tem o direito de se recrear, de completar sua educação e de se ocupar de seus deveres em relação à sua família e à sociedade ... Não se trata apenas de estabelecer uma lei ou uma regra instituindo uma jornada teórica de 8 horas ou um salário suplementar para as horas extraordinárias de trabalho. Discutimos neste momento os meios de garantir certos lazes aos trabalhadores e não aumentar seus salários”.

A Organização Internacional do Trabalho tratou, portanto, do problema dos lazes e dos meios para a sua ocupação, desde a sua primeira demonstração de vitalidade. Os frutos iniciais não se fizeram esperar. Em diversos países os efeitos da redução de jornada de trabalho levaram a interessantes resultados. Na França, por exemplo, estudos efetuados em 1920, 1921 e 1922 revelaram que esta redução repercutiu de modo feliz em relação ao bem estar social dos operários. As condições de vida melhoraram com a tendência da população laboriosa de se estabelecer nos subúrbios da grande cidade. Aumentou o número de parques e jardins, desenvolveram-se as distrações ao ar livre, enquanto os cursos de bibliotecas populares passaram a ter maior frequência. Em outros países, como na Alemanha, a Grã Bretanha, a Dinamarca e a Suécia, o sistema estabelecido para a educação dos trabalhadores conseguiu um impressionante - progresso círculos dramáticos, bibliotecas, programas de cultura física, obtiveram resultados de uma amplitude até então desconhecida.

Já em 1924, a Conferência Internacional do Trabalho adotava uma recomendação concernente à utilização dos lazes do trabalhador, da qual eram pontos capitais: preservação dos lazes, utilização dos lazes como meio de higiene social, criação de instituições para utilização dos lazes em que fossem desenvolvidos os jogos familiares, círculos de palestras sobre assuntos domésticos, prática de esportes para o desenvolvimento físico, instrução primária através de cursos de continuidade e educação extra-escolar através do teatro, do cinema e da música e, enquanto diversas instituições eram criadas, outras já existentes desenvolviam suas atividades.

As recomendações da citada Conferência exerceram grande influência na realização do Congresso Internacional de Lazer Operários, reunido em Liège em 1930, o qual sugeriu fosse criada uma Comissão Permanente junto à Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, a fim de encorajar e coordenar os empreendimentos dos diferentes países com o fim de assegurar aos trabalhadores todas as formas de educação popular e uma judiciosa e saudável utilização das horas de lazeres-

Com a morte de Albert Thomas, coube a direção da O.I.T. a Harold Butler, que continuou a obra do seu antecessor, convocando as principais organizações de recreação operária para participarem das reuniões preparatórias da constituição da "Comissão Internacional de Lazer dos Trabalhadores", cujos estatutos provisórios foram redigidos na reunião de 29 de junho de 1934. E já em setembro do mesmo ano, o Conselho de Administração da O.I.T., por proposta do representante governamental italiano Micheli, resolveu inscrever na ordem do dia dos seus trabalhos a questão dos lazeres operários, daí resultando a criação, em abril de 1935, de um Comitê destinado a estudar o problema e apresentar proposições para uma futura sessão. Em outubro de 1938, esse Comitê reuniu-se em Londres a fim de estudar os meios de se facilitar aos trabalhadores o emprego de suas férias remuneradas, bem como a conveniência da instituição de campos de férias para jovens trabalhadores.

A superveniência da última guerra (1939 a 1945) retardou o normal desenvolvimento das atividades da O.I.T. Todavia, sua ação anterior já havia consagrado universalmente a idéia de que ao Estado moderno competia facilitar a utilização, pelos trabalhadores, das suas horas de lazer. Por isto mesmo, antes do findar da guerra, a Conferência Internacional do Trabalho em 1944 aprovou e difundiu pelo mundo a Carta de Filadélfia, que reconheceu essa necessidade e proclamou:

"Todo ser humano, independente de raça, credo ou sexo, tem direito ao bem-estar material e espiritual" (Item II, alínea a), devendo a "Organização Internacional do Trabalho" incentivar em todas as nações do mundo o estabelecimento de medidas com o fim de garantir a todos alimentação adequada, habitação, recreio e cultura" (item III, alínea I).

Por sua vez, a 4.^a Conferência dos Estados da América, Membros da O.I.T., realizada em Montevidéu, em abril de 1949, e a 2.^a Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1949, aprovaram importantes resoluções sobre o mesmo assunto. Da resolução de Montevidéu consta o seguinte parágrafo:

"Encarregar a O.I.T. de proceder a um estudo, de caráter essencialmente prático, sobre a experiência adquirida nos diversos países da América no que concerne à possibilidade de se fornecer ao trabalhador e suas famílias os meios adequados que lhes permitam uma plena utilização de seus repousos".

Em Genebra aprovou-se que a O.I.T. deveria preparar um informe contendo, de um lado, os métodos indicados para permitir ao trabalhador a se beneficiar plenamente com as suas férias, o seu repouso semanal e os seus lazeres em geral, tendo em vista o seu desenvolvimento físico, a elevação do seu nível cultural e de vida e, por outro lado, os métodos segundo os quais o Estado, as instituições de assistência social, as organizações de trabalhadores e os empregadores, deveriam contribuir para facilitar a melhor organização dos lazeres do operário.

Em maio de 1949 reuniu-se em Genebra a Comissão de Lazer Operários, sendo então adotada a seguinte resolução:

I "A Conferência de Técnicos em recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, convocada pelo Conselho de Administração, reunida em Genebra na sua 2.^a sessão, de 31 de outubro a 3 de novembro de 1949, tomando conhecimento, de

um lado, das resoluções concernentes aos lazeres dos trabalhadores adotadas pela 4ª sessão da Conferência dos Estados da América membros da Organização Internacional do Trabalho (Montevideu, 1949) e pela 32ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 1949) e, por outro lado, os informes submetidos a seu exame pela O.I.T., adota, neste dia 3 de novembro de 1949, a seguinte resolução:

1. Declara que os informes fornecidos pela O.I.T. constituem base apropriada para elaboração de estudos sobre o melhor meio a serem ocupadas as horas de lazer do trabalhador.

2. Solicita ao Conselho de Administração de encarregar a O.I.T. da completação de tais informes, devendo os membros do Comitê de Correspondência fornecer à O.I.T. todas as informações úteis.

3. Solicita igualmente ao Conselho de Administração de dar a esses informes a mais larga publicidade.

II “A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, interessada em desenvolver em todos os países a utilização racional dos lazeres e consciente da importância dessa utilização e da necessidade de difundir a recreação em todo o mundo, resolve”:

1. A Conferência solicita ao Conselho de Administração dar em suas publicações larga difusão às informações concernentes à utilização dos lazeres do trabalhador.

2. Confia em que a O.I.T. continuará o estudo do problema dos lazeres em todos os seus aspectos.

III A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, depois de ter discutido o informe nº I concernente à situação atual e aos problemas os mais importantes em matéria de utilização dos lazeres e desejando fornecer ao Conselho de Administração da O.I.T. a mais eficaz ajuda nesse domínio, resolve:

1. A Conferência solicita do Conselho de Administração encarregar a O.I.T. de proceder a estudos detalhados sobre as seguintes questões que poderão entrar na ordem do dia das próximas sessões da reunião de técnicos:

- Educação dos trabalhadores, seja do ponto de vista de sua cultura geral, de seu aperfeiçoamento técnico ou de suas relações profissionais;
- Formação de organizadores e de animadores em recreação;
- Turismo popular especialmente no plano internacional;
- Organização de manifestações artísticas, nacionais e internacionais;
- Recreação dos trabalhadores rurais;
- Organização da recreação nas empresas;
- Desenvolvimento dos jogos e dos esportes nos planos nacional e internacional;
- Meios de utilização dos lazeres no sentido de contribuir para a prevenção das doenças, em particular das doenças profissionais.

A ordem na qual são enumeradas as questões acima não discrimina a sua importância: caberá ao Conselho de Administração, segundo as necessidades e as circunstâncias estabelecer uma ordem de prioridade.

2. A Conferência exprime o desejo de que o Conselho de Administração, na primeira ocasião oportuna, torne o Comitê de Correspondência para os problemas concernentes aos lazeres do trabalhador mais representativo do ponto de vista geográfico.

3. Verificando-se que a questão da utilização dos lazeres interessa sob certos aspectos, não só à O.I.T., mas também às Nações Unidas e muitas outras instituições especializadas, a

Conferência solicita do Conselho de Administração examinar, com o órgão administrativo de coordenação, a questão das responsabilidades respectivas e da cooperação nesse campo.

IV "A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, depois de ter procedido a uma troca de pontos de vista aprofundada sobre diversos aspectos da organização e utilização dos lazeres dos trabalhadores, considerando entre outras coisas que essa utilização pela recreação:

- a) corresponde a um desejo geral e a uma necessidade universal;
- b) contribui para o desenvolvimento da personalidade do homem do ponto de vista físico, intelectual, espiritual, social, e moral;
- c) que são necessários ao desenvolvimento do bem estar do povo assim como à saúde e à educação;

Considerando também o valor preventivo de uma boa ocupação dos lazeres, a Conferência sugere que os programas de organização dos lazeres devem se inspirar nos seguintes princípios:

- 1. Todas as medidas de organização dos lazeres, quaisquer que sejam seus promotores devem salvaguardar a liberdade integral de cada um.
- 2. A organização dos lazeres deve partir essencialmente da iniciativa dos interessados ou dos grupos, consistindo o trabalho do Estado em coordenar, estimular e apoiar estas iniciativas, reservando-se o controle delas pelo direito que lhe dá a sua manutenção.
- 3. A organização dos lazeres, ou seja, a recreação deve ser adaptada às condições do meio geográfico, psicológico, social e cultural, assim como à situação individual do trabalhador.
- 4. A recreação deve procurar desenvolver a vida familiar.
- 5. A organização dos lazeres deve levar em conta o fato de que os lazeres organizados sob uma base coletiva oferecem vantajosas possibilidades para a criação de um espírito social e o desenvolvimento do bem-estar.
- 6. A organização dos lazeres deve ser estreitamente coordenada com as medidas tomadas em favor da saúde, da educação e do bem-estar dos trabalhadores.

V "A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, depois de ter discutido o 2.º informe e considerando que os princípios gerais adotados no que concerne à utilização dos lazeres dos trabalhadores são aplicáveis aos jovens trabalhadores do mesmo modo que aos trabalhadores adultos, sugere:

- 1. A utilização dos lazeres para os adolescentes depende dos seguintes fatores:
 - a) condições favoráveis de trabalho e de vida;
 - b) liberdade do indivíduo;
 - c) direção adequada por pessoas qualificadas.
- 2. A organização de facilidades relativas à utilização dos lazeres dos adolescentes deve ter por fim o desenvolvimento da personalidade e o sentido de sua responsabilidade como membros da coletividade.
- 3. Os poderes públicos devem prever locais e meios apropriados principalmente nos planos de reconstrução e de urbanismo, assim como encorajar as organizações que se ocupam da utilização dos lazeres dos adolescentes.
- 4. É conveniente a utilização na maior escala possível de informações entre os diversos países, notadamente no que concerne aos programas e atividades dos quais podem participar os jovens de um e outro sexo, seja individualmente, seja em grupos.

5. É conveniente uma atenção particular às necessidades de certas categorias de adolescentes tais como os "chômeurs", os trabalhadores rurais, etc.

6. Deve ser reconhecido o direito dos adolescentes de colaborar com os adultos na elaboração e realização de programas de utilização dos lazes".

G — Conceito de recreação do trabalhador.

Considera-se, pois, recreação do trabalhador, à utilização adequada das suas horas de lazer, compreendendo-se por lazer o período entre duas jornadas consecutivas de trabalho e os repousos obrigatórios, isto é, o descanso semanal e as férias anuais. Seu conceito corresponde, então, a um processo educativo, físico moral e intelectual. De um ponto de vista geral, a educação serve para desenvolver as aptidões do indivíduo normal, para ampliar seu entendimento, estimular sua imaginação criadora e ajudá-lo a melhor compreender o mundo que o cerca. Tal conceito deve ser também aplicado à educação do trabalhador. Os meios empregados para possibilitar essa educação é que devem ser diferentes dos da educação formal, da simples instrução mediante rígidos currículos. A educação do trabalhador prevê a compreensão dos problemas nacionais e internacionais, da literatura e da arte em geral, do desenvolvimento científico moderno, de tudo enfim que contribua para o seu crescimento espiritual e físico e ainda o conhecimento da legislação do trabalho e do sindicalismo. Consiste, pois, a educação do trabalhador em capacitá-lo para a vida da comunidade em geral e para a vida sindical em particular.

A recreação tem relevante papel nessa educação. Utilizando o livro, os cursos, a música, o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, os esportes e a ginástica, torna-se ela o melhor meio para se conseguir o alevantamento do nível educacional e social do trabalhador. Assim também pensou o III Seminário Regional de Assuntos Sociais promovido pela União Panamericana, reunido na cidade de Porto Alegre em maio de 1951, quando a sua mesa redonda de educação do trabalhador aprovou como conclusão que "a melhor motivação para o desenvolvimento cultural e social do trabalhador é o emprego da recreação, que deve ter sempre o sentido educativo e procurar a participação do trabalhador em todas as atividades". Também Mr. Harold Meyer, reconhecido como grande especialista no assunto, presidente do "North Carolina Recreation Comission" e que presidiu a referida Conferência de Técnicos em Lazeres Operários, ao fixar os objetivos da recreação do trabalhador, acentuou:

"A organização dos lazes é um desejo elementar e uma necessidade essencial da vida do homem que trabalha: contribui para o desenvolvimento físico, intelectual e social do trabalhador; tem importância capital no bem estar, na saúde e na educação do trabalhador."

A melhoria do nível educacional do trabalhador, sua maior integração social, seu equilíbrio biológico, são, portanto, os três grandes objetivos da recreação.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES RECREATIVAS DE NATUREZA FÍSICA

A - Considerações gerais.

Neste título estamos pretendendo colocar as atividades físicas que podem ser usadas sob forma de recreação, isto é, correspondendo às imperiosas necessidades físicas e psíquicas do indivíduo considerado em si, e sociais, considerado em grupo. Indispensável se torna, portanto, bem conhecer as finalidades e os conceitos de cada forma de trabalho para aplicá-la consciente e adequadamente, segundo cada caso. Sem pretender ir a detalhes técnicos, útil será uma visão

panorâmica do assunto, dando, destarte, aos dirigentes dos serviços de recreação uma perfeita idéia sobre como orientar as atividades físicas e, sobretudo, precisar a orientação metodológica do programa a cumprir.

Para o estudo das finalidades das atividades físicas, poderemos dividi-las em dois grandes grupos: sintéticas e analíticas. Entre as primeiras, numa ordem de complexidade crescente, devemos incluir as aplicações (exercícios naturais), os contestes, os jogos, os brinquedos cantados, as acrobacias, os desportos e as danças. Entre as últimas, estão as diferentes espécies de ginástica: formativa, de compensação, de conservação, corretiva, de solo, rítmica e com aparelhos.

B — Atividades sintéticas

1 - Aplicações - Esta denominação é originária do Método Francês (Règlement Général d'Education Physique), que dela se vale para indicar os exercícios naturais reunidos nos seguintes grupos, mais conhecidos por famílias: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar e atacar e defender-se, figurando fora do quadro da sessão de educação física, a família de nadar. Hébert, em seu Moderno Método Natural, acrescentou mais duas famílias: o equilíbrio e o quadrupedismo. Segundo o Método Francês, as aplicações "têm por fim aperfeiçoar, pondo em ação de modo o mais econômico possível, todos os meios físicos de que o homem dispõe, os quais ele desenvolveu pelos exercícios educativos e pelos assouplissements (flexionamentos)". As aplicações representam excelente atividade física para as crianças, confundindo-se com a sua atividade normal e atuando de maneira decisiva sobre as grandes funções de seu organismo, notadamente a respiração e a circulação. Também para os adolescentes e mesmo para os adultos, estes até certo limite de idade, as aplicações traduzem excelente forma de trabalho físico.

2 - Contestes - Os contestes, de origem caracteristicamente americana, são comparações de habilidades dentro de limites especiais. Qualquer prova de habilidade pode ser chamada de teste, mas para termos um conteste é preciso naturalmente haver oponentes. Os contestes diferem dos jogos por estes três pontos significativos: 1º) Em um conteste não há interferência com o competidor na qualidade de oponente, enquanto no jogo existe uma constante interferência com seus planos e jogadas. 2º) A estratégia e os logros não têm lugar num conteste, enquanto nos jogos há uma infinidade de situações inesperadas, estratégias e logros - tudo faz parte do jogo para eliminar um competidor e confundí-lo ao máximo. 3º) Um conteste apresenta poucas situações onde o jogador deva solicitar sua iniciativa de como mover-se, enquanto no jogo existem muitas oportunidades e emergências que requerem iniciativa.

Os contestes poderão ser praticados com quaisquer dos exercícios físicos fundamentais e a corrida de revezamento é o exemplo típico do conteste. Esta forma de atividade física - o conteste-pode ser largamente aplicada entre as crianças e os adolescentes, explorando o espírito competitivo, que existe normalmente no homem, e estimulando as energias morais que, mais tarde, poderão ser traços predominantes no caráter de cada qual.

3 - Jogos - Consoante o Método Francês, "o jogo não é senão a regulamentação mais ou menos metódica dos movimentos instintivos, que todo ser vivo é levado a executar espontaneamente, quando impulsionado pela necessidade do exercício".

O jogo é um fenômeno de derivação pela ficção. Claparède diz que o jogo, psicológica e fisiologicamente, como toda atividade espontânea de um ser vivo, não é mais que uma manifestação da tendência de todo o indivíduo para desdobrar, para afirmar a sua personalidade.

"Livre procura de objetos fictícios. Tal é o caráter próprio da atividade lúdica. O domínio do jogo é o paraíso do **como se**."

Karl Groos diz que "o período de infância é o período da atividade lúdica por excelência". E acrescenta: "As esferas da vida seria estão constantemente sob a pressão dos fins reais. Tudo que realizamos é sempre para o futuro, tal como o horizonte daquele que avança apressado na imensidade".

Aproveitaremos agora a oportunidade, nestas considerações de ordem geral que estamos fazendo sobre o jogo, para inserir algumas transcrições de trabalhos do Dr. Nicanor Miranda, Diretor da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, que não tem poupado esforços na defesa do jogo organizado como verdadeiro e excelente fator educacional.

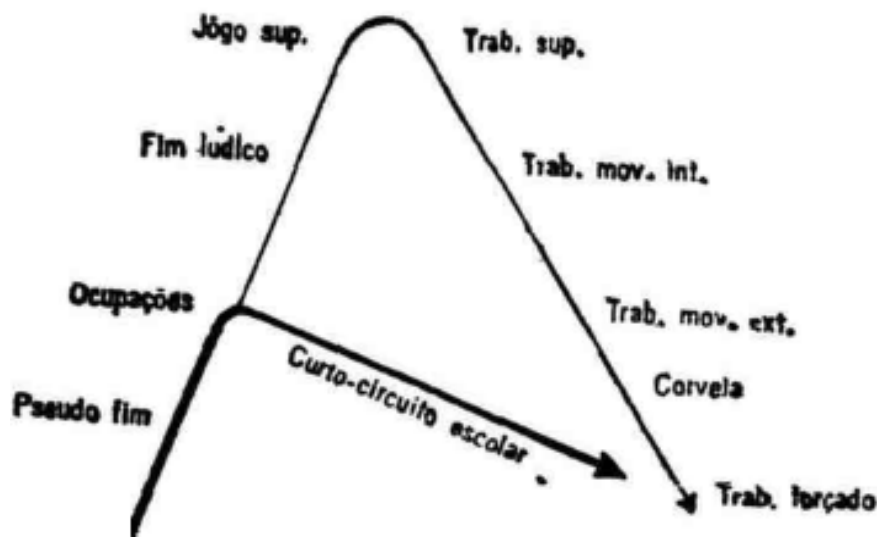
"O jogo organizado constitui o melhor método para incutir princípios, normas e estabelecer padrões morais. A formação do caráter não decorre do jogo em si, mas resulta, surge, por meio, ou através do jogo. A conduta revelada no jogo organizado transfere-se para outras atividades de sorte que, se pode dizer sem receio de errar, o comportamento da criança no jogo organizado é idêntico ao seu comportamento social em toda e qualquer outra atividade.

Os jogos motores devem ser selecionados com uma tríplice finalidade, a. saber, aumentar a resistência orgânica, fortalecer a vontade e formar o caráter, tudo para o fim último de proporcionar eficiência social à criança, tornando-a mais tarde um ser valioso à coletividade. A prática do jogo motor organizado constitui dessa maneira um verdadeiro laboratório de construção do caráter, de ação moral e de pensamento".

E o Dr. Nicanor Miranda termina por esta forma as suas considerações: "Há na educação física, ao lado de fatos conhecidos e conclusões já estabelecidas, inúmeros preconceitos que entravam o progresso desses ramos da ciência, verdades que permanecem ainda vagamente esboçadas, dados que apenas de longe se entrevem, inúmeras impressões que não se prestam à análise. Só podem ver bem, panorâmicamente, aqueles cujo espírito observador e imaginativo seja alentado pelo amor às idéias e pela paixão da pesquisa científica".

Não existe entre o jogo e o trabalho uma fronteira absoluta

Claparède representa pela seguinte curva, a evolução do jogo ao trabalho:



Evolução do jogo ao trabalho, A linha mais grossa figura o curto-circuito escolar, atalho pelo qual o menino é bruscamente conduzido do domínio do jogo inferior ao do trabalho forçado.

1 - O ponto de partida está representado pelo jogo primitivo, o jogo na sua mais pura forma, como simples atividade, sem nenhum fim consciente que a predetermine;

2 - Segue-se o jogo com pseudo-finalidade, em que o fim não é senão um pretexto para a atividade;

3 - A ocupação é uma fase intermediária entre o jogo e o trabalho, em que o fim está mais ou menos distanciado da própria atividade;

4 - A atividade com motivo lúdico se apresenta com fim nitidamente percebido, ao qual se subordinam meios que, em si, podem nada ter de lúdico;

5 - O jogo superior é o derradeiro estágio do ramo ascendente da curva e está muito próximo do trabalho superior e aqui a própria atividade é tão agradável como o fim intentado;

6 - O trabalho superior é o tipo mais perfeito de trabalho, no qual a própria execução é tão interessante como o trabalho obtido;

7--O trabalho de móveis intrínsecos é aquele no qual a atividade, ainda que em si mesma desinteressante, produz imediatamente o resultado desejado;

8 - O trabalho de móveis extrínsecos pode condicionar-se a dois fins: o fim mediato do próprio trabalho e o fim que o trabalhador procura; é o trabalho na sua mais generalizada forma; aqui as pessoas trabalham não pelo resultado mesmo que a sua atividade produza, mas por um resultado mais distante, para ganhar a vida, economizar um capital, servir à pátria ou defender um ideal que lhe seja muito caro;

9 - A corveia é o estágio em que o trabalhador já não pode emprestar, por uma fixação de seu espírito, um interesse ao trabalho de móveis extrínsecos;

10 - O trabalho forçado é o derradeiro estágio do trabalho, é o fim do ramo descendente da curva, é aquele em que o trabalho, sem interesse é penoso por si mesmo, não se acha sustentado sequer pela visão longínqua de um lucro ou de uma satisfação íntima, mas deve ser realizado independentemente de qualquer motivo.

4 - Brinquedos cantados — Em última análise não passam de um tipo elementar de jogo e melhor se aplicam às crianças de pouca idade, sobre as quais o ritmo das canções ou da música exercem notável influência, facilitando-lhes muitos movimentos que seriam difíceis ou penosos se, por acaso, não fossem auxiliados pela música.

Contribuem sobremodo para desenvolver na criança qualidades sociais e facilitar a florescência da sua personalidade, além de excelente estímulo para cultivar o espírito de iniciativa e o desembaraço, quando as crianças devem desempenhar papéis destacados das demais. Inicialmente, com frequência, só o fazem, depois de grande relutância, mas em breve se acostumam e são as primeiras a solicitar tal situação. As rodas são muito apreciadas pelas crianças e, quase sempre, têm por centro motivos regionais que, por esse modo, contribuem para que a criança assimile, com maior facilidade, certas tradições ou costumes peculiares ao grupo em que vive.

5 - Acrobacias — As acrobacias compreendem exercícios que os americanos designam pelas palavras "stunts", "tumblings" e "pyramids". É inegável que a palavra acrobacia tem em nossa língua um significado próprio, característico e melhor seria a designação de tais exercícios por outra palavra qualquer, que infelizmente ainda não foi lançada. As acrobacias são atividades individuais ou coletivas que visam, sobretudo, ao desenvolvimento da destreza, representada pela velocidade, agilidade e habilidade, e do equilíbrio. As acrobacias poderão ser graduadas segundo a intensidade e a complexidade do exercício. É interessante assinalar que, na graduação, a complexidade ou dificuldade apresenta escala de maior amplitude do que a intensidade. As acrobacias elementares estão representadas no Método Francês por muitas formas de atividades, que se encontram sob diferentes denominações. Representam atividades que apaixonam,

sobretudo, os adolescentes, porque muitos dos exercícios exigem audácia e sangue frio. No Exército e na Aeronáutica, em nosso país, as acrobacias são empregadas em larga escala, constituindo uma das atividades que mais concorrem para o suscitamento das qualidades morais que deve o soldado apresentar. As acrobacias são também conhecidas em seu conjunto pela denominação, aliás imprópria, de ginástica acrobática.

6 - Desportos — Os desportos representam a forma de atividade física que melhor corresponde às necessidades do adolescente e do adulto. Traduzem exercícios físicos que se realizam, individual ou coletivamente, segundo regras pré-estabelecidas e aceitas internacionalmente. Inúmeras classificações podem ser apresentadas para os desportos, segundo o aspecto social, a idade, o sexo, as valências físicas, o esforço exigido, o grau de coordenação neuro-muscular, os valores bio-psico-sociais, o meio físico em que seja praticado, o número de participantes, etc. Os desportos poderão ser encarados como agente educacional, elemento de recreação, meio de competição ou recurso profissional; em cada um desses casos apresenta características próprias que o identificam.

“Os desportos já não se confinam nas divisas de suas próprias fronteiras além das quais não deva ir a iniciativa privada. Prolongam-se, ramificam-se no meio da vida, no alvoreço dos interesses coletivos e necessitam de leito próprio, por onde possam prosseguir, sem atropelar o curso dos outros caminhos, de cujo conjunto a vida social subtrai a expressão e a beleza de cada momento”¹⁸.

Influência dos desportos na Educação Física – Rousseau ¹⁹ na sua obra "Émile ou de l'Education", afirmou: “Cultivai a inteligência dos vossos alunos, mas cultivai, antes de tudo o seu físico, porque é ele que vai orientar o desenvolvimento intelectual. Fazei primeiro o vosso aluno são e forte, para que possais vê-lo inteligente e sábio”.

Geralmente, nos indivíduos que gozam de pouca saúde nota-se que é o estado físico quem comanda o seu espírito, subordinando-se este inteiramente aos constantes caprichos daquele. O corpo, e assim pensava Rousseau, deve portar-se como o servo obediente do espírito para que o homem possa concretizar os seus sonhos e realizar todas as suas aspirações. O espírito é o comandante que determina as grandes ações e o corpo o exército que as realiza; e qualquer um dos dois, sem o concurso do outro, jamais poderá atingir o objetivo colimado.

“Comparem-se, outrossim, os estados d'alma de dois indivíduos, um fraco e mole, outro musculoso e bem exercitado em educação física; nos últimos as fibras musculares tonificadas e sempre em iminência de contração provocam um sentimento de força, de leveza, de otimismo que o primeiro não conhece”. ²⁰(3)

Os grandes pintores e escultores sempre que pretenderam encarnar o indivíduo derrotado, moralmente aniquilado, representaram-no de ombros caídos, braços ao longo do corpo, fronte baixa e olhos fixos no chão; ao contrário, o espírito superior era representado pela fronte altiva, ombros na linha horizontal, braços em gestos simbólicos e olhar firme e decidido.

Os gregos, aos quais não se pode negar o adiantado grau de civilização que alcançaram, amavam o belo e todos os seus deuses, inclusive Athene, a Minerva dos Romanos, que

¹⁸ Lira Filho, J. - A Função Social dos Desportos - Irmãos Pongetti - Rio, 1941, pgs. 10 e 111.

¹⁹Rousseau, J. J. - Émile ou l'Education - Nouvelle Edition - Garnier Paris

²⁰ Rociou, J.V. - Educação do Caráter — Civilização Brasileira S.A. - Rio, 1936.

representava a Inteligência, a deusa da Razão, eles a tinham concebido sob as mais lindas formas. Apolo, o Phoebus dos latinos, que simbolizava as Artes e as Letras, era apresentado como o tipo mais perfeito de beleza masculina.

Dentro do próprio quadro das atividades físicas, os desportos, se mostram muito superiores aos exercícios formais, conhecidos genericamente por ginástica e classificados impropriamente pelo Regulamento Geral de Educação Física n.º 7 sob a denominação de flexionamentos. Os exercícios analíticos, de efeitos morfológicos por excelência, são indicados para a correção de pequenos defeitos, desvios da normalidade e ainda como exercícios de compensação para os indivíduos obrigados a permanecer por muito tempo em uma mesma posição ou que trabalham, solicitando apenas certas sinergias musculares. São todos exercícios artificiais, inventados pelo homem e utilizados quase sempre pelos jovens que desejam obter musculatura cheia de relevos ou pelos adultos que procuram reduzir a dilatação de seu abdômen, proveniente da flacidez da parede abdominal. Mas não são esses exercícios que ativam as grandes funções, que emprestam maior resistência ao organismo, isto é, que proporcionam o treinamento orgânico, que desenvolvem a aptidão física, que aumentam a coordenação do sistema neuromuscular, que ensinam o homem a utilizar as suas forças inteligentemente. Estes são os exercícios sintéticos, de efeitos acentuadamente fisiológicos, que, muitas vezes, não desenvolvendo grande musculatura, proporcionam, no entanto, ao indivíduo excelente resistência orgânica.

O alcance dos desportos como meio de educação física, poderá ser resumido em três princípios fundamentais:

I - Exigir dos organismos dos indivíduos submetidos a tal regime de trabalhos físicos esforços cujo grau de intensidade aumente paulatinamente, sem provocar, por esta forma, grandes reações orgânicas, sempre de efeitos prejudiciais sobre a saúde;

II - Consequentemente, obter a maior resistência orgânica dos indivíduos, de modo que estes possam suportar trabalhos de qualquer natureza, aos quais não resistiriam em outras circunstâncias;

III - Desenvolver a capacidade física pelo aumento sucessivo da complexidade dos exercícios, de tal sorte que um indivíduo de aptidão inferior possa sobrepujar outro de maior aptidão, pelo uso mais inteligente de suas forças.

É de grande importância ressaltar que, enquanto os exercícios analíticos proporcionam quase exclusivamente o desenvolvimento corporal, os desportos possibilitam o treinamento orgânico, isto é, a adaptação do organismo a grandes esforços.

O uso das práticas desportivas como meio educacional deve ser feito com grande cautela, a fim de que não se exijam dos organismos ainda na fase de sua evolução esforços demasiados que a venham perturbar. Aqui deverão sempre os desportos ser adaptados ao valor físico dos educandos, adaptação esta que se processará mediante a redução do tempo de duração da prática e das dimensões dos campos ou provas. Não deverá também ser esquecido, e isto é fundamental, que os educandos participem das práticas desportivas sempre em igualdade de condições, quer sob o ponto de vista físico, quer sob o técnico.

Dentre as qualidades de ordem física que os desportos, utilizados como meio educacional, podem despertar, destacam-se, além da saúde de um modo geral, o vigor, a força, a resistência, a destreza, a flexibilidade articular, a velocidade, a acuidade sensorial, a coordenação de movimentos, a independência das contrações musculares e a harmonia das forças e das proporções.

7 - Danças - As danças, em todas as épocas da história e para todos os povos, representaram sempre as manifestações do estado de espírito, traduzidas por meio de uma série de gestos e movimentos acompanhados de música ou canto.

C - Atividades analíticas

1 - Ginástica formativa - Sob esta denominação estão colocados os exercícios analíticos originários do método sueco - primeiramente o ortodoxo e agora o moderno - e, segundo os idealizadores do sistema, se destinam pelas suas características educativas, a "formar" a criança e o adolescente. Esta denominação está bastante divulgada na Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, México e outros países da América Latina. Trata-se, pois, mais de uma convenção sobre o que entender por ginástica, quando esta se aplica a crianças e adolescentes. Em última análise, a ginástica formativa ou educativa é constituída de exercícios artificiais, formais ou construídos, que pretendem "educar" ou "formar" o organismo, e com este o ser humano, por partes ao invés de considerá-lo um todo complexo.

2 - Ginástica de compensação — A ginástica de compensação tem por objetivo impedir que se instalem vícios de postura em face da posição em que o indivíduo é obrigado a permanecer durante o desempenho de sua atividade habitual. Usa exercícios que proporcionem atividade às sinergias musculares pouco solicitadas e relaxamento às que trabalhem demasiadamente. E o tipo de ginástica indicado para os que desempenham atividades industriais, comerciais ou burocráticas, segundo a posição em que permanecem durante o trabalho ou os movimentos que realizam repetida e automaticamente.

3 - Ginástica de conservação — A ginástica de conservação, também denominada de manutenção, tem por fim assegurar o equilíbrio morfo-fisiológico alcançado pelo indivíduo, permitindo-lhe, destarte, que a sua forma e as suas funções permaneçam estáveis, liste tipo de ginástica está previsto no "Método Francês" e se destina aos dias de chuva, quando é impossível utilizar o campo e realizar o trabalho ao ar livre, devendo o mesmo ser levado a efeito em recinto coberto - o ginásio ou galpão.

4 - Ginástica Corretiva - - A ginástica corretiva tem por finalidade o restabelecimento do equilíbrio do antagonismo muscular e utiliza exercícios específicos, que vizem a encurtar os músculos que estão alongados ou alongar os que estão encurtados. E importante ressaltar que os efeitos destes exercícios só se poderão fazer sentir com um elevado número de repetições, devendo o exercício ser o mesmo, praticado diariamente, a fim de que possa atuar sempre da mesma forma, sobre o músculo visado, levando-o à posição correia que desejamos. A ação desses exercícios, segundo interessantes observações e experiências levadas a efeito por C. H. McCloy e reveladas no Terceiro Congresso Panamericano de Educação Física, e muito precária e quase ineficiente. Essa forma de ginástica, para ser aplicada conscientemente, deverá ter um caráter rigorosamente individual e resultar de prescrição médica segundo cada caso.

5 - Ginástica de solo — Apresenta características especiais, perfeitamente definidas pelos exercícios que emprega, incluindo pequenas marchas, saltos e paradas. Nos campeonatos de ginástica, as atividades deste gênero compreendem uma parte do programa obrigatório. A ginástica de solo destina-se à classe dos ginastas, isto é, aqueles que se tornam exímios praticantes de ginástica e se apresentam em condições de competir.

6 - Ginástica rítmica — Cabe aqui ponderar que, em princípio, toda ginástica é rítmica, embora se pretenda com tal denominação identificar um determinado tipo de ginástica feminina.

O idealizador do sistema conhecido pela denominação de Ginástica Rítmica foi Jacques Dalcroze, professor de música do Conservatório de Genebra, que também ensinava solfejo e estética. Dalcroze partiu da marcha, como exercício elementar, e criou, depois, séries de

exercícios com os quais objetivava desenvolver e aprimorar o sentido auditivo de suas alunas. Assim, Dalcroze denominou ginástica rítmica ao conjunto de tais exercícios, encarando-os sob um ponto de vista particular: o sentido musical.

Entre nós, a Prof. Lya Bastian Meyer fez uma adaptação da ginástica rítmica às características do Método Francês, publicando o seu trabalho em um volume sob o título "Ginástica Rítmica".

7 - Ginástica de Aparelhos — A ginástica com aparelhos difere da ginástica de aparelhos, classificada entre as atividades desportivas, e a ginástica em aparelhos que pode ser a mais variada e na qual o aparelho considerado é fixo. A ginástica com aparelhos caracteriza-se pelo uso de exercícios como emprego de pequenos aparelhos portáteis, tais como maçãs, halteres, pesos, marombas, bastões, etc.

D — Conceito de recreação na educação física

Todas as formas sintéticas de trabalho físico podem ser usadas na recreação, caracterizando-se sempre pelos seus móveis intrínsecos, enquanto as formas analíticas (ginástica) devem ser empregadas utilizando móveis extrínsecos, sabido que a recreação é a atividade, por intermédio de agente mental ou físico, a que o indivíduo é levado por seu próprio interesse e com o desenvolvimento da qual encontra o prazer que lhe proporciona um estado de euforia.

O conceito moderno de recreação tem um conteúdo sociológico que não pode ser desconhecido. Nos países em que o problema foi suscitado, a recreação surge com um sentido novo, verdadeiramente social. Assim, Recreation e Leisure nos Estados Unidos, Freizeit e Erholung na Alemanha, Loisirs na França, Dopolavoro na Itália são palavras impregnadas de um sentido social ou político-social. Integrada na recreação, assume a educação física um novo sentido, mais amplo, mais agradável, mais positivo, contribuindo para tornar o povo mais feliz.

Na recreação de natureza física, o agente não se preocupa apenas em satisfazer às necessidades puramente físicas, contemplando também as de ordem psíquica e social.

Os jogos e os desportos, devidamente orientados, estimulam e desenvolvem o espírito de cooperação e ajustam o indivíduo aos padrões de cultura. Diz Nicanor Miranda²¹ (1), diretor por muitos anos da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, idealizador dos Clubes de Menores Operários e Clubes de Moças Operárias da capital paulista:

“Esse trabalho de conformização ou ajustamento tem sido bem considerado nos Estados Unidos, mormente, em certas zonas ou distritos de cidades industriais conhecidos pelo nome de "slums", isto é, bairros pobres, miseráveis, pois é aí que se formam os bandos (gangs), aí é que brota a delinquência infantil e juvenil, aí é que proliferam os criminosos adultos.

A finalidade social da recreação não era reconhecida antigamente. Há um século, os parques eram construídos e instalados com o único objetivo de embelezar a cidade. Era uma concepção urbanística, incipiente e primitiva. O urbanismo social moderno caracteriza-se pela adaptação do meio ambiente às necessidades do homem. E não se poderá negar, em sua consciência, que os lazeres e a recreação ocupam também o seu posto importante no quadro das necessidades vitais do homem. Os parques de outrora não tinham superintendência nem serviço organizado, mas apenas vigilância policial. A supressão desta e a criação de serviços que

²¹ N. Miranda-"A Educação Física nos Estados Unidos" in "Harmonia entre o corpo e o espírito"-Rio 1945-Pgs. 23 a 25.

promovam e estimulem facilidades e meios para uma vida mais intensa da comunidade, durante as horas de lazer, começou por transformar e revolucionar as velhas concepções exclusivamente urbanísticas. Embelezar a cidade, adornando-a com jardins, praças, parques, avenidas com canteiros, viadutos, túneis, é, sem dúvida, uma atribuição capital para as administrações dos municípios. Uma bela cidade deve ter, segundo palavras de Neumeyer, "harmonia, simetria, equilíbrio e atração na sua estrutura física; mas jamais poderá ser realmente bela sem as harmoniosas relações 'que devem existir entre os componentes de sua população e a alegria e felicidade que devem brotar de tal vida. A Recreação comunal oferece oportunidades insuperáveis para o fortalecimento das relações humanas, para amizades nobres e alegre companheirismo".

Claro e translúcido se apresenta o panorama da recreação nos Estados Unidos desde o começo do século XX. Os parques de jogos que antigamente não passavam de simples áreas arborizadas, com aparelhos instalados pelo campo, que não mantinham serviço organizado, transformaram-se em uma vasta rede de centros de recreação. Em muitos deles, artísticas paisagens e preciosos recantos, juntamente com um equipamento completo, possibilitaram a execução de um extenso programa de atividades culturais, próprias a todas as idades e a ambos os sexos. A administração dos serviços começou a ser feita em moldes absolutamente democráticos, custeando-se com impostos todas as despesas. As escolas e instituições outras incluíram os jogos motores no seu programa. Inúmeros esportes continuaram a ser praticados, tornando-se alguns extremamente populares. O movimento se difundiu por todo o país, nos centros industriais, nas grandes cidades e na zona rural, circunstância que merece consideração e análise. E assim foi que, comparado com o de outros países adiantados, o movimento da recreação nos Estados Unidos se tornou algo realmente espantoso.

E — O problema da disciplina e do interesse dentro da recreação

A disciplina através dos tempos - Conceito moderno de disciplina — Entre o educando e o educador sempre existiu, através do tempo e do espaço, um conflito entre a disciplina por este pretendida e a liberdade por aquele invocada.

Podemos conceituar a disciplina como consistindo na ordenação permanente interior ou exterior de um ou vários indivíduos em um sistema objetivo ou normativo de exigências.

Os mestres dos tempos antigos são representados empunhando a fêrula, como também os nossos se caracterizaram pelo uso da palmatória. Pinturas achadas em Pompéia e Herculano mostram-nos algumas cenas comuns das escolas de então: o mestre açoitando o aluno seguro este por vários de seus colegas. Muita gente hoje não acreditará que o sinete da escola gratuita de gramática, fundada pelo rei Eduardo VI, em 1552, representava o mestre vergastando na sala de aula um dos alunos, com a seguinte legenda: "Quem poupa a vara odeia a criança". Na História da Educação de Paul Monroe, reproduzido de "The Little Grammarian" (Boston, 1819) encontramos uma interessante gravura, que representa o mestre açoitando um aluno, enquanto outro, sentado num banco, assiste à cena impassivelmente. Verbos é a epígrafe da gravura, enquanto a legenda explica: "Ativo. Passivo. Neutro. Combinação da escola disciplinar com o método realista". O verbo ativo está representado pelo professor que bate, o passivo pelo aluno que apanha e o neutro pelo seu colega que assiste. Dificilmente encontraremos coisa mais eloquente.

A disciplina da escola tradicional era uma consequência do "magister dixit": a sala de aula exigia silêncio, porque o professor ou dava a lição ou a tomava; os alunos não se podiam mover, pois a imobilização do aluno era o que caracterizava a disciplina. Talvez esse conceito disciplinar fosse mais consequência do próprio ensino, do que imposição de qualquer outro fator. Aqueles

que quebrassem a disciplina sofriam castigos diversos que iam do açoite à imobilização durante grandes espaços de tempo, de pé ou de joelhos, com os braços estendidos horizontal ou verticalmente. Dizer dos recalcamentos que tais práticas acarretavam, afigura-se-nos desnecessário. Na Inglaterra, no célebre Colégio de Eton, os alunos da 6ª série tinham os demais como seus criados e gozavam do direito de lhes aplicar castigos corporais pelas faltas cometidas.

Colocado em ponto diametralmente oposto ao dos castigos figuram os prêmios. Estes serviam para que o aluno estudasse, enquanto aqueles para que se comportasse bem. Atualmente os castigos estão desaparecendo, mas os prêmios perduram. E a consequência é esta: os alunos passam a estudar não para adquirir conhecimentos e desenvolver capacidade, mas exclusivamente para conquistar os prêmios dos quais se envaidecem.

O homem é bom por natureza; a sociedade é que o torna mau, disse Rousseau. Ora, se a sociedade for sincera nos seus propósitos, não precisará contrariar a natureza e, então, teremos o homem sempre bom. A influência de Rousseau, Froebbel e Pestalozzi sobre a compreensão da liberdade de movimentos de que precisa a criança para o seu desenvolvimento físico e mental pela escola nova foi bastante acentuada. Aqui não se pretende, como muita gente ainda pensa, que a criança faça o que quer, mas que queira o que faz. A criança que faz o que quer não é livre, mas escrava dos seus desejos, dos seus caprichos. A escola nova consultando o interesse do aluno, pode obter a sua disciplina por outra forma; o aluno não precisa estar imóvel, levanta-se livremente para ir buscar o de que precisa; as carteiras não são fixas como na escola tradicional, pois foram substituídas por mesas e cadeiras. O interesse é a base da disciplina na escola nova. A escola ativa é uma oficina e cada aluno um artífice. E na oficina há disciplina sem haver imobilidade. Podemos representar esquematicamente as diferenças fundamentais entre a disciplina na escola tradicional e na escola ativa da seguinte forma:

scola Tradicional	Escola Nova
Subordinação	Autonomia
Coerção	Liberdade
Imobilidade	Mobilidade
Automatismo	Iniciativa própria
Disciplina artificial	Disciplina natural
Disciplina de fora para dentro	Disciplina de dentro para fora
Atenção artificial, comandada	Atenção natural, espontânea
Obrigações	Interesse

Cumpre, no entanto, assinalar, observa com grande propriedade o Prof. Lourenço Filho, que a liberdade é meio em educação e não fim.

I - A disciplina dentro do conceito funcional de Claparède. Motivação extrínseca e intrínseca. - Há um velho provérbio que diz: "Não se pode obrigar a beber a um asno que não tenha sede". Não se pode obrigar um indivíduo a ouvir ou a trabalhar, sem lhe haver despertado um interesse, o desejo de saber ou de agir. Suscitar o interesse é o problema sobre o qual repousa toda e qualquer atividade escolar.

Claparède nos ensina que há duas espécies de meios para estimular o interesse:

I - Os meios extrínsecos, que apelam para móveis estranhos ao próprio trabalho que se tem de executar e que lançam o indivíduo fora de si mesmo, a bem dizer: tais são os prêmios, os castigos, a emulação, a necessidade de passar nos exames, etc.

II - Os meios intrínsecos, que consistem em pôr o aluno numa situação tal que sinta a necessidade, o desejo de executar a tarefa determinada.

A escola tradicional sempre se valeu dos meios extrínsecos para alcançar os seus objetivos e ainda hoje deles se utiliza. Dentro da recreação a disciplina deverá estar

fundamentalmente baseada no interesse, isto é, nas necessidades físicas, psíquicas e sociais do indivíduo.

Quais os fundamentos psico-biológicos do interesse?

O interesse - como tão propriamente afirma Claparède - é a mola real de todas as nossas ações, de todos os nossos pensamentos, o que lhes dá orientação adaptadas às necessidades do momento.

“ Dizemos que uma coisa nos interessa quando ela nos importa no momento em que a consideramos ou quando corresponde a uma necessidade física ou intelectual: a alimentação interessa ao homem faminto, porque lhe convém conhecê-la. O termo "Interesse" exprime recíproca entre o sujeito e objeto. Em si, um objeto nunca é interessante; seu interesse depende sempre da disposição psico-fisiológica "do indivíduo que o considera. O objeto não interessa, com efeito, senão quando o sujeito se acha disposto a ser interessado por ele; por outro lado, o sujeito não sente interesse em presença de um objeto se este não lhe é vantajoso de qualquer maneira. Nesta dualidade de fatores, que o fenômeno do interesse implica, se depreende que o vocábulo aplica-se tanto ao objeto que interessa, como ao estado psíquico despertado no sujeito pelo objeto que lhe importa”.

O interesse psicológico coincide quase sempre com o interesse biológico; dizemos quase sempre porque há casos anômalos em que o interesse psicológico pode até opor-se ao interesse biológico. Este último caso se verifica quando há uma dissolução parcial dos instintos no homem. É o caso por exemplo, dos cocainômanos, morfinômanos, alcoólatras, fumadores de ópio e outros viciados, que se sentem irresistivelmente inclinados à cocaína, morfina, álcool, e ópio, muito embora a absorção desses tóxicos contrarie direta e profundamente o interesse biológico pessoal. A regra, no indivíduo normal, é a equivalência dos interesses psicológico e biológico, assegurada e mantida uma concordância quase absoluta entre eles.

O interesse é pois um sintoma de necessidade, psicológica ou biológica, ou ainda, o que é a regra, a conjugação e a manifestação das necessidades de ordem psicológica e biológica.

" Se tratarmos de determinar a lei geral que rege a sucessão dos interesses, isto é, as linhas diretoras de sua evolução, da dispersão à unidade, verificaremos que esta progressão segue:

- do simples para o complexo
- do concreto para o abstrato;
- da receptividade passiva para a espontaneidade;
- da indeterminação para a especialização;
- da subjetividade para a objetividade;
- do imediato para o mediato no tempo e no espaço.

2 - A disciplina nos exercícios físicos - Nas evoluções - A disciplina se identifica com a atenção prestada à execução das figuras a representar. Sabemos que há evoluções simples, mas também há as bastante complexas, constituindo verdadeiros trabalhos artísticos, usados, sobretudo, nas demonstrações, como ocorreu, por exemplo na Segunda Língiada. A disciplina aqui se traduz pelo porte, pela execução e pelo silêncio.

Na ginástica — Da mesma forma que nas evoluções, neste tipo de trabalho a atitude, a formação, a execução sincrônica e o silêncio caracterizam o que se possa entender por disciplina: esta, porém, só poderá advir quando o aluno for capaz de, conscientemente, dominar todos os seus impulsos, colocar sob o domínio da vontade, debaixo de auto-controle emocional todos os seus movimentos. O conceito de disciplina nas evoluções e na ginástica é muito distinto do que aparece nos jogos e desportos.

Nos jogos e nos desportos - A disciplina se caracteriza não pelo sincronismo da execução, silêncio ou imobilidade, mas pelo respeito às regras e ao adversário, pelo domínio de si mesmo

em todas as fases, pela sublimação das manifestações egoísticas, pelo sacrifício do interesse pessoal em benefício do grupo. O espírito de iniciativa possibilita que o praticante participe das jogadas independentemente de ordem do professor, segundo as necessidades que se apresentem.

Nas aplicações - Sem o rigor observado nas evoluções e na ginástica, mas sem a liberdade de iniciativa que existe nos jogos a disciplina impõe que cada qual obedeça à ordem de execução, sem que possa realizar o exercício antes do companheiro que o precede, embora lhe permita liberdade de movimentos que nas evoluções e na ginástica não se faculta. As expansões de alegria devem ser livres e o silêncio não é característica de disciplina, embora a conversa não seja indicada.

Nas excursões - É onde a disciplina se torna mais flexível, limitando-se às normas de boa educação e ao respeito devido aos direitos dos outros, assim como ao acatamento às instruções, recomendações e conselhos dos dirigentes e responsáveis pela atividade.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES RECREATIVAS DE NATUREZA CULTURAL

A — Biblioteca.

O livro é o mais direto veículo de cultura. Incentivar o hábito da leitura é concorrer para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, é aumentar-lhe a experiência social, é criar novos hábitos morais, dar-lhe maior eficiência técnica, aumentando-lhe os conhecimentos e aprimorando-lhe o espírito.

Desse modo a leitura é uma das melhores formas de ocupação dos lazeres. Saber ler é importante e necessário. A alfabetização, o ensino primário, obrigatório e gratuito, é dever do Estado para com o povo. Mas, saber ler apenas, não é suficiente. Aquilo que o trabalhador aprendeu nos bancos de escola não lhe será útil sem a complementação de noções novas que poderá buscar nos livros e nos cursos de educação de adultos. O essencial é saber ler bem, saber escolher a leitura, distinguir o verdadeiro do falso, a simples hipótese da verdade demonstrada. A Biblioteca é hoje considerada como o melhor instrumento de educação e de orientação intelectual.

Existem, no entanto, os mais variados tipos de Biblioteca. Algumas são especializadas em determinados assuntos, outras só atendem a pessoas de cultura superior, pelo seu alto nível, outras são apenas técnicas e ainda outras adaptadas à leitura infantil, etc. Todas elas são importantes. Para o trabalhador, porém, torna-se necessária a criação de um tipo especial de Biblioteca que chamaremos de "Biblioteca de grau médio", eclética, dosada para servir um tipo especial de leitor, apresentando características de utilidade, de educação e de recreação. Além de conter livros de pura ficção, cuidadosamente escolhidos, conterá ela também livros técnicos dirigidos às diversas profissões, livros didáticos, livros sobre ciências sociais (história, geografia, sociologia, economia, política) de fácil leitura, sintéticos e objetivos, e livros infantis. Ao lado de uma Biblioteca desse tipo deverá estar sempre à disposição do leitor trabalhador revistas sobre os mais variados assuntos e periódicos selecionados.

A ocupação do lazer deve ter sempre uma finalidade educativa, razão pela qual uma Biblioteca para trabalhadores terá não só que recrear como educar. Tal objetivo supõe, desde logo, orientação adequada, pondo-se à disposição do trabalhador não só elementos de pura distração, necessários ao descanso da mente, mas também o livro como instrumento de estudo e de cogitação.

Há que se ter então cuidados especiais com as Bibliotecas operárias. Diversas medidas tornam-se necessárias. Uma "Biblioteca de tipo médio", com o sentido de ocupação de lazers, deve pautar suas atividades em sete condições essenciais:

- a) Instalação em lugar adequado, com alteração e claridade suficientes, estantes apropriadas e local confortável para leitura;
- b) Um mínimo de mil volumes com fichários simples e de fácil consulta,
- c) Ser acessível aos membros da comunidade em que está instalada;
- d) Empréstimos gratuitos;
- e) Possuir orientadores de leitura e "clubes de leitura" orientada;
- f) Renovação periódica dos volumes;
- g) Ser dirigida por bibliotecário que possua aptidões (simpatia pessoal, tratamento gentil, acuidade psicológica), possuidores de curso especializado ou de cultura superior.

Outro tipo de Biblioteca é também aconselhável: a Biblioteca circulante, também chamada itinerante. Eclética, liberta de todo dogmatismo, deve ser composta de séries de cem volumes, acondicionados em caixas especiais, colocadas temporariamente à disposição dos operários nas fábricas ou empresas comerciais. Seu conteúdo constará de um terço de livros de literatura geral, outro terço de livros técnicos e o último terço de obras de síntese didática ou de caráter social. As caixas fazem rodízio pelos locais de trabalho, possibilitando assim constante renovação.

Indo ao encontro do trabalhador, as Bibliotecas circulantes permitem-lhe a leitura a domicílio com um mínimo de desperdício de tempo. Deve ela ficar na fábrica aos cuidados de um trabalhador, preferentemente escolhido por seus companheiros e instruído pelo bibliotecário que terá a seu cargo a orientação do grupo de Bibliotecas.

B — Artes populares

I — Considerações gerais.

Uma das finalidades da recreação é o enriquecimento da personalidade intelectual do indivíduo, através da cultura vulgarizada e das artes populares. É necessário porém distinguir na noção de arte popular duas idéias diferentes e que têm gerado confusões. A arte popular pode ser, de um lado, a arte concebida como uma criação popular, a "arte pelo povo". Por outro lado, a arte posta a serviço do povo e organizada de tal modo que lhe seja compreensível e útil, é a "arte para o povo".

"Tomando por base a segunda fórmula — a arte para o povo - devemos examinar como, nas diferentes expressões de arte o povo e em particular o trabalhador pode ser posto em contacto com as manifestações estáticas que, fazendo parte da cultura moderna, devem também ser dirigidas para o trabalhador. O teatro e a música não convêm ao trabalhador, se ele não foi submetido antes a uma preparação cultural suficiente. E daí o trabalho extraordinário para se conseguir pôr o trabalhador brasileiro em contacto com a arte, desde que é muito baixo seu nível intelectual. Mostrar ao trabalhador uma sinfonia de Beethoven, uma tragédia de Racine ou uma ópera de Wagner, sem que ele tenha ao menos uma explicação rudimentar sobre o assunto, é criar o tédio e a incompreensão. É o mesmo que atirar ao alto mar um indivíduo que não sabe nadar... Como não se pode, nas nossas condições atuais, escolher técnicos para esse trabalho prévio, feito em diversos países, (Estados Unidos, França e Inglaterra), tem que se partir de baixo para cima. Tem que se acostumar o trabalhador aos espetáculos de música, teatro e cinema, partindo do mais

fácil, do mais compreensível e ir aos poucos subindo de nível, numa preparação que o permite ir se habituando e educando o gosto artístico. Aliás é necessário, no entanto, o cuidado de não realizar espetáculos medíocres, sob o pretexto de que esses são os únicos que os trabalhadores podem gostar. O cuidado está em separar o joio do trigo.

2 - Música

É fato incontroverso a influência que exerce a música na formação cultural de um povo. Sob certos aspectos a música revela mesmo o nível de cultura de um povo. E arte eminentemente popular. E se através da música de classe se revela o sentido artístico das elites, através da música popular, percebemos o sentimento do povo, seus anseios, seus problemas, enquanto a música folclórica lembra as raízes históricas e sociais. Eminentemente emocional, torna-se a música um dos mais agradáveis modos de se ocupar os lazeres do trabalhador, empregando-se hoje até na eliminação da fadiga produzida pelo trabalho. Experiências realizadas nos modernos núcleos de recreação dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Bélgica, atestam os efeitos benéficos da música sobre o organismo e o espírito de homem que trabalha, cooperando no equilíbrio do sistema nervoso. Na Inglaterra e nos Estados Unidos tem sido ela utilizada nos próprios locais de trabalho e, durante a última guerra, com o fim de elevar o nível da produção pelo combate à fadiga. Quando a BBC de Londres lançou o programa "Música Enquanto Trabalha", chefes e operários foram unânimes em afirmar que a música não só auxiliava a afastar preocupações acarretadas pela guerra, como também estimulava uma percentagem produtiva maior. As estatísticas acusaram, em alguns casos, um acréscimo espontâneo de 30% na produção. E o que de início foi apenas um recurso de emergência, tomou agora o caráter de medida definitiva, graças ao salutar efeito que exerce no ânimo do operário e na produção". (Júlio Rosen, Diário de Notícias, Rio, 25/5/945).

Já dissemos que a música é arte popular por excelência. Torna-se aceitável pois colocarmos sua prática no primeiro plano de todo aperfeiçoamento artístico verdadeiramente popular. Muitos acreditam, infelizmente, que não se pode levar ao trabalhador senão a música mais fácil, por todos entendida, que não demande nenhum esforço de compreensão, que não seja senão um agradável passatempo. Por outro lado acredita-se na eficácia uma arte social cujas diversas manifestações servem apenas para restringir o campo de ação da arte musical, que, por essência, é ilimitado e não deve servir à concepções sociológicas ou filosóficas.

É necessário, antes de tudo, afirmar àqueles a quem cabe a educação do povo e do trabalhador que não há, quando se trata de ocupação de lazer, duas espécies de música: "a grande" para os iniciados e a "pequena" para o vulgo; que a música, se a queremos na sua completa expressão de liberdade, não é um instrumento ao serviço de concepções filosóficas ou políticas, que toda a obra de arte verdadeira, venha de onde vier, religiosa ou profana, é social por excelência, desde que eleva o espírito, faz vibrar o coração, reconforta a alma e, conseqüentemente, embeleza a vida. O essencial é saber dosar a música, estar no meio termo, saber escolher, educar divertindo, recrear enfim.

Seguindo o pensamento de C. Depasse, há diversas formas de se aproveitar os lazeres do trabalhador pela música. Todas estão, porém, condicionadas ao tipo de ação: passiva, quando o trabalhador apenas assiste as diversas manifestações musicais, tais como a realização de concertos sinfônicos, exibição de solistas, espetáculos de música popular, exibição de música folclórica etc.; ativa, quando se procura a participação direta do trabalhador, quando é ele próprio que se apresenta aos seus companheiros, seja como executante de instrumentos, seja como cantor, seja integrando conjuntos instrumentais ou orfeônicos. O coro orfeônico, por exemplo, possui um extraordinário poder educativo, em vista da disciplina que se faz imprescindível, do sentido de

colaboração mútua, visando a perfeição do conjunto. Essa participação ativa tem, inclusive, quando trabalhadores se exibem para seus companheiros, um grande sentido emulativo, concorrendo ao mesmo tempo para a formação de uma consciência coletiva no que se refere a arte musical.

Outras atividades podem ser usadas na recreação do trabalhador: a criação de "clubes de músicas", a exemplo dos "glee clubs" americanos, nos Centros de Recreação, em que, em torno de compositores ou concertistas, peças escolhidas, trechos marcantes de certas músicas, são feitas palestras, fornecidos conselhos, indicados os melhores caminhos para a compreensão de todos os tipos de música. Para isso torna-se necessária a instalação nos Centros de Recreação de boas vitrolas e discotecas escolhidas, em que existam discos de todas as espécies, assim como aparelhos de rádio, que são hoje o mais fácil elemento de difusão da música.

3 - Teatro.

O Teatro deixou modernamente de ser um luxo, um divertimento para ricos, para tornar-se um grande instrumento de educação e recreio. Arte popular, e das mais antigas, "o palco é uma tribuna que diverte e semeia, a um só tempo, fecundos conceitos e lições, necessários à compreensão dos mais variados problemas sociais". (Sussekind, A. "Trabalho e Recreação" Rio, 1946).

O teatro é arte difícil. É aquela talvez que maior influência pode exercer, já que o espectador joga com os dois sentidos mais acurados e que melhor imprimem no cérebro humano os estímulos externos: a visão e a audição. A sua dificuldade provém não só do conjunto de técnicas de que se serve para a realização dos espetáculos como da receptividade e compreensão dos espectadores. A compreensão do bom teatro depende também da qualidade do espectador e não apenas do valor artístico dos elencos ou da peça encenada. Há necessidade então, no que se refere ao espectador, de uma espécie de iniciação. Não podemos, sob pena de causar confusão, oferecer a uma platéia não preparada, peças que envolvam problemas incomuns, capazes de serem compreendidas por pequeno número. Por outro lado, benéfica é a influência que o teatro exerce quando há perfeita adequação entre o trabalho levado ao palco e a compreensão do público. O essencial portanto será oferecer ao trabalhador espetáculos que o ajude a compreender melhor seus próprios problemas ou os problemas comuns a toda sociedade ou ainda dramatizações em torno daqueles fatos que são comuns a todos os homens.

O que se disse em relação à música deve ser repetido em relação ao teatro. Há duas maneiras de se interessar o trabalhador na recreação teatral. A primeira é passiva: faz-se as platéias operárias assistir bons elencos profissionais representando bons originais. A segunda é ativa: o próprio trabalhador reúne-se em elencos amadores representando para seus companheiros. Essa participação ativa tem grande sentido educativo e ajuda o crescimento de maior experiência individual ao mesmo tempo que amplia vocações. É portanto recomendável a criação de elencos de trabalhadores nos Centros de Recreação, nos sindicatos e nas fábricas, treinados por pessoa habilitada, encenando peças de pouca dificuldade, cujo nível irá subindo aos poucos e que envolvam argumentos que toquem de perto os problemas da comunidade e os seus próprios.

Há outros tipos de teatro hoje largamente usados na recreação do trabalhador. Um deles é o teatro radiofonizado, espécie de coqueluche momentânea, que há alguns anos vem mais deservindo o povo que o servindo e isso em consequência da má qualidade das novelas. Desde que se procure dar maior sentido artístico a esse tipo de teatro, empregando-se melhor literatura, torna-se aconselhável o uso do teatro radiofonizado na recreação.

Outra face interessante é o Teatro de Marionetes para crianças. Cultivado há séculos na Europa, principalmente na Itália, na Espanha e Alemanha, é hoje utilizado até com sentido pedagógico. Altamente educativo, desenvolve na criança, através o jogo dramático, hábitos de curiosidade mental, ensina-lhe a distinguir entre o bem e o mal, o belo e o feio.

Também o teatro infantil, constituído pelos menores filhos de trabalhadores, com a formação de elencos nos Centros de Recreação, ajuda a desenvolver certas aptidões nas crianças, criando o bom gosto, habituando à disciplina e ao trabalho em conjunto.

4 - Cinema.

O cinema é um dos grandes meios de elevação intelectual das massas e de sua recreação para todos aqueles que o duro labor cotidiano cumprido pelo braço ou pela mente, na fábrica ou no campo, no escritório ou no balcão, sentem necessidade de ocupar seus lazes em alguma coisa que os faça esquecer a realidade da luta diária. Daí ser hoje o cinema a mais popular diversão, aquela que é procurada mais assiduamente pelo povo, pelo homem que trabalha. Razão pela qual, em qualquer programa de recreação, deve ter o cinema importância acentuada.

A fim de saber-se em que medida e de que maneira deveria ser usado o cinema na ocupação dos lazes do trabalhador, o Instituto Internacional de Cinema Educativo, fez, há alguns anos, através da Organização Internacional do Trabalho, um interessantíssimo inquérito. Seus resultados demonstraram que a utilização do cinema nos lazes do trabalhador traz uma apreciável contribuição à instrução post-escolar, ao ensino profissional e à educação política e social.

Numerosas organizações políticas, cívicas, religiosas, sindicais e econômicas vêm se servindo largamente do cinema, nos países civilizados, para propaganda de suas idéias no meio da classe trabalhadora. Os Estados Unidos colocam-se em primeiro plano no que concerne à propagação do cinema nos meios operários. Os Departamentos de Agricultura, do Comércio e da Indústria, asseguram diretamente a produção de filmes educativos, emprestando gratuitamente cópias, em grande número, a todas as organizações econômicas e sindicais que as solicitam. Na Bélgica, existe uma organização de caráter particular, que se ocupa particularmente da utilização do cinema nos lazes do trabalhador. Na França inúmeras associações se ocupam em expandir os filmes educativos nas classes laboriosas. Está em primeiro plano a organização privada chamada "O Cinema no campo", reconhecida de utilidade pública e gozando dos lazes dos poderes públicos. Ao contrário do que se faz na América, onde o cinema educativo é desenvolvido sobretudo nas cidades, principalmente junto as fábricas e nos centros de recreação, na França é ele mais utilizado nos meios rurais. Os "Foyers Ruraux" levam-no a todas as províncias.

Na Inglaterra o emprego do cinema é bastante desenvolvido sendo quase sempre empregado não só como meio de recreação mas também de educação social e de ensino profissional. O mesmo acontece na Itália, na Suécia, na Alemanha e na Suíça.

Em resumo, pode-se dizer que o cinema é em todos os países parte preponderante na recreação e na educação social das classes trabalhadoras. Elemento de expansão cultural, pela sua força de sugestão, é necessário, no entanto, o cuidado com os efeitos que pode causar, de modo a disciplinar o seu emprego com o sentido de causar o melhor bem possível e evitar qualquer mal. O bom deve ser alegre mas deve ser também puro. Tudo se resume pois, em saber seleccionar os filmes de modo a que causem o bem e promovam alegria. Para tal seleção é evidente que, em se tratando de filmes recreativos, deverão eles guardar um fundo moral e, sempre que possível, ajudar a experiência social do trabalhador. Quanto aos filmes educativos devem ter sentido geral e conter ensinamentos úteis sobre alimentação, habitação, vestuário, higiene, saúde, prevenção de

acidentes, etc. No que se refere aos filmes técnicos os assuntos versados devem se dirigir a grupos de uma mesma profissão.

O cinema utilizado como meio de distração e de educação das massas trabalhadoras se impõe ainda como elemento destacado na difusão de informações e nas manifestações da arte e do pensamento moderno.

e um modo geral, os programas de cinema devem ter sentido eclético, de modo a distrair, educar e instruir tecnicamente.

5 - Rádio

A radiodifusão modernamente, ao lado da imprensa, é o maior elemento de informação com que conta o povo. Em menos de vinte anos tornou-se imprescindível à vida e à sociedade. Presta a radiodifusão os mais variados serviços à coletividade: instrui, educa, informa, diverte, tornando-se assim, excelente elemento de recreação para o trabalhador. O seu maior valor, no entanto, é o de reforçar os laços que unem os elementos de uma mesma nacionalidade. A extrema complexidade da vida moderna tende a criar nos indivíduos certo isolamento. Nossa existência se desenvolve geralmente em quadros estreitamente limitados. Tudo que ajuda a desenvolver em nós a simpatia humana, que faz aproximar os homens uns dos outros, torna-se de grande importância para o futuro da civilização. Esse o grande papel do rádio.

Para darmos uma idéia da influência educativa da radiodifusão, examinemos a ação que ela exerce sobre os espíritos. Todos os países civilizados vêm se esforçando com ardor para utilizar todos os recursos que a radiodifusão oferece como um novo meio de educação popular. Na Inglaterra, por exemplo, a radiodifusão escolar, considerada como uma parte integrante da vida e das atividades escolares, ocupam largo campo, pondo as crianças em contacto direto com a vida moderna, fornecendo-lhes conhecimentos os mais úteis sobre problemas que lhes vão influenciar a formação de futuros cidadãos. Em diversos países utiliza-se o rádio em cursos regulares, de conhecimentos gerais, de especialidades técnicas ou de índole artística, para ouvintes adultos. Também são comuns nos Estados Unidos as programações que tratam de questões domésticas, de educação das crianças, de higiene e alimentação. São feitas palestras sobre agricultura e horticultura dirigidas as comunidades rurais, com interessantíssimos programas sobre a ciência moderna, sobre música, sobre teatro, sobre cinema, e sobre livros. Tais programas, geralmente emitidos durante o dia, recebem cuidadoso roteiro e se distinguem das emissões recreativas que têm lugar geralmente durante a noite. Uns como outros, não só fornecem novos meios de distração como fazem crescer o interesse por ramos especiais de atividade, enriquecendo os lazes e abrindo maiores possibilidades educativas aos ouvintes. Na Inglaterra, onde nos parecem melhor desenvolvidos os serviços de rádio-difusão popular, chegou-se a criar clubes de rádio-ouvintes desempregados onde são ouvidas programações convenientes e úteis que os encorajam e fazem nascer um novo sentimento de utilidade à comunidade, criando um espírito de colaboração que os afasta do ostracismo social.

Na maioria dos países civilizados da Europa, ao lado de serviços especiais de rádio-difusão, há normalmente a preocupação de elevar cada vez mais o nível das programações musicais e de teatro, de modo a melhorar gradativamente o bom gosto do público e familiarizá-lo com a boa arte.

O rádio é empregado com proveito na utilização dos lazes do trabalhador, tanto mediante programas dirigidos às camadas populares, como os que citamos acima e aqueles em que são situados problemas de interesse específico do trabalhador, envolvendo a legislação do trabalho e da previdência, aspectos do sindicalismo, problemas de educação social do trabalhador, etc.

Infelizmente no Brasil, predomina no rádio, devido talvez a sua intensa comercialização, o aspecto puramente de diversão, sem o sentido de educação popular, excetuando alguns programas de emissoras oficiais. Não existe a preocupação de se aproveitar a rádio-difusão como elemento de cultura, de educação do povo, de aprimoramento da comunidade. Apesar disso, é raro o lar em que não encontramos aparelhos receptores, o que demonstra a grande aceitação que a radiodifusão tem, principalmente nas classes menos favorecidas. A colocação de aparelhos, pois, nos Centros de Recreação, nas residências construídas por instituições de previdência, etc, torna-se interessante, com o intuito de distrair os trabalhadores, seja mediante os programas musicados, seja com as transmissões esportivas ou de informá-los mediante os noticiários.

6 - Televisão.

A reprodução mecânica dos meios de expressão desenvolveu-se extraordinariamente nos últimos anos e trouxe grande progresso à cultura geral, intelectual e artística das massas, através da imprensa, do cinema, da gramofonia e da radiofonia. A última grande conquista nesse ramo é a televisão. Utilizada como meio de recreação e de educação das massas, aproveitada na ocupação dos lazes do trabalhador, será de grande alcance na difusão de informações e na manifestação das artes populares e do pensamento. Aparentada ao cinema, reproduzindo imagens e sons, tem sobre ele a vantagem de sua colocação nos lares. O alto custo da aparelhagem, no entanto, ainda não permitiu, no Brasil, maior expansão da televisão, impedindo que o povo, em geral, goze do mais moderno meio de divulgação artística. As transmissões e programas televisionados vêm sofrendo do mesmo mal que o rádio. Deixa-se geralmente de lado o sentido cultural ou educativo. Não há a preocupação de equilibrar as necessidades econômicas da publicidade com um melhor nível artístico. No entanto, as transmissões de caráter esportivo, jogos de futebol, basquetebol, assim como as de filmes de longa metragem, são de grande agrado do público trabalhador, razão pela qual é aconselhável a colocação de aparelhos nos Centros de Recreação, nos grandes refeitórios de fábricas, etc.

CAPÍTULO IV TURISMO OPERÁRIO

A — Considerações gerais

O turismo operário ainda não teve no Brasil o desenvolvimento alcançado em outros países, sobretudo nos da Europa. Embora os Serviços brasileiros venham realizando numerosas excursões de trabalhadores, através de passeios ao mar, ao campo e às montanhas, de visitas a museus e centros culturais de intercâmbio artístico e desportivo certo é que o turismo operário ainda não tem no Brasil a amplitude que lhe deu o Conselho de Turismo e Férias da Grã-Bretanha, o "Folke Ferie" da Dinamarca, a Comissão de Descanso e Férias da Polônia ou os Centros de Operários da Grécia.

As excursões e passeios de domingo têm sido bastante difundidos pelos Serviços brasileiros, sendo mesmo uma das formas de recreação preferida pelos trabalhadores, conforme se pode inferir do inquérito que o S.R.O. empreendeu em 1945.

Todavia, é pelo repouso prolongado, mudança de ambiente e recreação adequada que o trabalhador pode recuperar com eficiência as energias despendidas no trabalho, acalmar os seus nervos, retemperar seu espírito e revigorar os seus músculos.

Isto, porém, só é possível realizar-se, eficientemente, com o aproveitamento das férias anuais a que tem direito o trabalhador.

B - Excursões

Fora do quadro das atividades físicas em outro capítulo apresentado, figuram as excursões, atividades que, do ponto de vista social, são extraordinariamente vantajosas, pois oferecem oportunidades para que os trabalhadores e suas famílias aumentem o círculo de relações, desenvolvam o sentimento gregário e encontrem a higiene mental que tão necessária se torna àqueles que labutam diariamente. Outra grande vantagem está na possibilidade de atender a elevado número de pessoas, principalmente nos passeios marítimos, como os que o SERAC tem levado a efeito, proporcionando a visita a ilhas da baía de Guanabara - Brocoió, Paquetá e Flores - excursões essas que têm reunido 1.000, 1.500 e até 2.000 participantes. As excursões devem objetivar não apenas o passeio, como a permanência de algumas horas em local aprazível - parque, bosque, ilha ou praia - no qual os participantes tenham comodidade para realizar as suas refeições, encontrem água para beber (previsão que não deve ser esquecida) e ainda possam tomar parte em jogos, brincadeiras e atividades desportivas. Assim, quando uma excursão é programada, deverão ser considerados os seguintes elementos:

- a) número de participantes (limite previsto);
- b) local de destino;
- c) natureza do transporte;
- d) hora e local de reunião para a partida;
- e) programa de atividades no local de destino;
- f) hora e local de reunião para o regresso;
- g) pessoal para as diferentes tarefas;
- h) material indispensável (incluir maleta de serviços de urgência).

As excursões deverão ser marcadas com razoável antecedência de modo a permitir que todas as medidas sejam tomadas com o tempo necessário.

O bom desenvolvimento da excursão, a par de cuidadosa preparação, requer ainda:

- a) — direção única;
- b) — bons auxiliares imediatos;
- c) — vigilância contínua;
- d) — boa execução do programa de atividades, procurando interessar os excursionistas;
- e) — ordem de regresso (lugares numerados ou filas para embarque).

Não será demais ressaltar que as excursões representam atividade das mais recomendáveis para a ocupação dos lazes do trabalhador, proporcionando-lhe, em domingos ou feriados, a excelente oportunidade de oferecer à sua família, o que até então figurava como exclusivo das classes mais abastadas.

C — Colônias de férias

As férias anuais foram instituídas evidentemente para preservar a saúde do trabalhador, qualquer que ele seja, proporcionando-lhe o período de repouso indispensável à recuperação do organismo.

O trabalho diário, necessário ao homem para torná-lo útil à comunidade em que vive, poderá levá-lo ao esgotamento físico ou mental, se não dispuser de um período consagrado à restauração geral de suas forças, da mesma forma que uma máquina também precisa ser revista e reajustada após certo período de atividade.

No gozo de férias o trabalhador modifica o panorama de suas atividades diárias e sua vida se desenrola em ritmo diferente, possibilitando-lhe a realização de muitas coisas que lhe proporcionam bem-estar físico e espiritual, sensação de felicidade, verdadeiro estado de euforia.

As colônias de férias surgem como solução satisfatória para, de forma racional e econômica, resolver tão importante problema. Proporcionam não apenas descanso para o corpo, mas, e sobretudo, derivativo para o espírito. Nelas há exercícios físicos, jogos, atividades artísticas e Culturais, alimentação sadia e adequada, a par de rigorosa assistência médica.

Diz o Dr. Waldemar Areno, catedrático de Higiene da Universidade do Brasil:

“O gozo do sadio repouso em coletividades organizadas e criteriosamente conduzidas, é medida de grande alcance para os que individualmente não possam usufruir tais proventos. As colônias de férias são organizações de saúde, de higiene nos seus vários aspectos, são atividades de assistência social, são escolas de civismo e ambiente favorável ao conagraçamento dos indivíduos”.

Entre nós, infelizmente, é diminuto o número de colônias de férias em atividade e as que existem, algumas nos Estados, esmeradamente organizadas e dirigidas, se destinam exclusivamente aos escolares. Mas, não só os escolares merecem esse oferecimento que é um benefício; para eles a necessidade é vital, os argumentos são mais fortes, porque a criança deve merecer do higienista os maiores cuidados e desvelos, atendendo serem as crianças sadias os futuros homens úteis da Pátria.

No entretanto, todos os indivíduos no período de vida ativa, devem usufruir desse direito e as colônias de férias atingiriam assim os indivíduos das várias idades e sexos e, conforme já referimos, nas diversas atividades profissionais.

Seria necessário, então, organizar colônias para as várias classes trabalhistas, dirigidas pelo listado ou de iniciativa particular, como aliás já conhecemos algumas em florescente funcionamento, outras em esboço e arquitetadas para o dia de amanhã.

Numa terra como a nossa, onde avultam convidativos os locais apazíveis e os mais encantadores, nas ilhas e nas montanhas, é de admirar, como não se aceite e se cultive ao máximo essa oferta, essa generosa oferta da natureza.

As instalações das colônias deviam naturalmente obedecer a um plano adrede discutido e aprovado, compreendendo atividades recreativas e desportivas, sociais e cívicas, no mais saudável e higiênico regime de vida, dirigido e orientado em programas diários.

Sabemos de organizações de empresas e companhias que possuem instalações próprias para conceder aos seus empregados o gozo verdadeiro das férias, mediante contribuição módica, razoável e proporcional aos vencimentos de cada um.

É na verdade um processo inteligente de conseguir dos auxiliares um rendimento maior, melhor capacidade de trabalho eufórico e eficiente, reflexo do repouso do espírito e do retempero do corpo, conseguidos durante o período de férias, criteriosamente utilizado.

As colônias de férias poderão ser montanhas ou marítimas, destinando-se às primeiras preferentemente àqueles que vivem à beira-mar, enquanto estas últimas são indicadas aos que habitam o interior.

Para a instalação de uma colônia de férias, o primeiro ponto a considerar é a escolha do local, depois a finalidade a que se destina — colônia infantil, colônia para trabalhadores, colônia exclusivamente feminina, masculina ou mista — em seguida a capacidade e o regime de funcionamento. Em face desses dados, pode ser feito o orçamento de despesa para a construção e para o funcionamento da colônia, com previsão de pessoal administrativo e técnico para a manutenção das atividades.

No Uruguai e na Argentina as colônias de férias para crianças e para trabalhadores estão bastante disseminadas, traduzindo a grande preocupação de seus governos em encarar o problema como de grande importância para a recuperação do escolar e do operário.

Aqui no Brasil somente agora o assunto está começando a merecer especial atenção dos poderes públicos e, certamente, muito breve poderemos contar com boas colônias de férias para os trabalhadores brasileiros.

1 - Importância do clima

Podemos entender por clima, o conjunto de condições atmosféricas que caracterizam uma dada região, pela influência que exercem sobre os seres organizados.

As circunstâncias que podem caracterizar um clima são muito numerosas, mas devemos considerar como principais a temperatura do ar, a pressão atmosférica, os ventos, o estado higrométrico do ar, a quantidade de chuva, a luz, a eletricidade, a serenidade do céu e natureza do solo. Todas essas circunstâncias estão relacionadas entre si, sendo a temperatura o elemento predominante dum clima.

Fontenelle, em seu "Compêndio de Higiene", aprecia a influência do clima sobre os seres vivos, assim se referindo:

“ É o clima a expressão mais acentuada dessas influências exteriores aos seres vivos. Com ele varia o calor, que aquece ou resfria o organismo; varia a pressão, que lhe modifica os fluidos, na dinâmica e na composição; varia o grau higrométrico, que lhe altera as possibilidades de equilíbrio térmico com o ambiente; varia o vento; varia a chuva; variam a luminosidade, a eletricidade e a radio-atividade do ar, modificando, por forma já sabida, as diferentes funções.”

Estudando a ação dos diferentes tipos de clima, diz:

“ Independentemente da questão de latitude, poderemos, sob o ponto de vista da ação fisiológica, salientar dois tipos de clima — o de altitude e o marítimo - que por suas influências sobre o organismo humano muito interessam à higiene. É assim que os "climas de altitude", caracterizados pela baixa pressão atmosférica, pelo abundante isolamento, pelo reduzido grau higrométrico e pela baixa global da temperatura, com sua grande diferença ao sol e à sombra e suas variações extensas e bruscas, determinam acentuada estimulação sobre a respiração, sobre a circulação, sobre as funções cutâneas, sobre a nutrição e sobre o sistema nervoso. Daí o serem indicados para os anêmicos, para os enfraquecidos, para os fatigados e para os tuberculosos moços, apiréticos, ou com pouca febre e pequenas lesões, devendo ser proscritos para os indivíduos idosos, escleróticos, cardíacos, artríticos e nervosos. A ação do clima da altitude é principalmente devida à estimulação causada pelo maior poder refrigerante do ar, fazendo aumentar a perda térmica, o que produz incremento do metabolismo e acentuação do tono vital. Quanto aos "climas marítimos", por sua grande luminosidade, regularidade térmica e frequência de ventos, assim como, talvez, pela presença, embora pequena, de iodo, de bromo, e de cloreto de sódio, em sua atmosfera, são indicados para os tuberculosos ganglionares, ou com lesões ósseas e cutâneas, e para os deprimidos e convalescentes, mas não convindo, entretanto, aos nervosos, tuberculosos febris e indivíduos portadores de dermatoses.”

E no item em que aprecia as relações entre clima e saúde, escreve:

“ É muito fácil de compreender o efeito do clima sobre a saúde, depois de conhecermos principalmente a ação do calor, da umidade, da movimentação e da luminosidade do ar, assim como os inconvenientes do ar confinado, sendo este, como é, o clima dos ambientes limitados. Partindo do princípio que o homem é uma máquina para produzir trabalho, a melhor saúde é a que permite a maior quantidade de trabalho, da melhor qualidade, pelo mais longo período de tempo. Lembremos, desde logo, que a maior eficiência humana é atingida quando o organismo se encontra no estado de conforto, pelo que teve o meteorologista australiano Griffith Taylor a idéia

de definir os climas pela temperatura sensível combinada com a umidade relativa, levando à construção de um diagrama especial - o climograma - que permite, à simples inspeção da figura, inferir as mais importantes influências do clima de cada lugar sobre o homem, principalmente sobre sua capacidade de trabalho.

2 — Requisitos fundamentais para a instalação

Para a instalação de uma colônia de férias, deveremos considerar os seguintes elementos fundamentais:

a) - Finalidade - Inicialmente é preciso saber se a instituição será colônia infantil (escolar ou não) juvenil (só para moças ou só para rapazes), para trabalhadores acompanhados ou não de suas famílias. Esta indicação é indispensável para a disposição do prédio e a construção das instalações complementares.

b) - Escolha do local - Antes do precedê-la, estabelecem-se as considerações preliminares sobre a natureza do clima que se deseja: em consequência, se a colônia será montanhosa ou marítima.

c) - Capacidade - Determinada a finalidade e escolhido o local, é indispensável prever a capacidade do estabelecimento admitindo ou não dormitórios com grande número de camas.

d) - Recursos financeiros e projeto - Existe uma interdependência entre as possibilidades orçamentárias e o projeto, pois este deverá cingir-se àquelas. Em alguns casos, o projeto poderá ser feito antes para determinar, em seguida, a verba a ser pedida ou votada.

e) - Construção - A construção da colônia deverá obedecer a todas imposições da Higiene, sobretudo no que diz respeito à aeração, insolação e iluminação. O terreno deverá ser preparado (drenado) de modo a não encontrar umidade. Os locais desportivos, as áreas para jogos e outras atividades ao ar livre desempenham papel importante na vida da colônia.

f) Móveis e utensílios - Também estes devem merecer cuidado na escolha; a simplicidade e a facilidade de limpeza impõem-se como condição primordial.

3 - Atividades

O programa de atividades de uma colônia depende, fundamentalmente de sua natureza. Deverá contemplar atividades físicas e mentais, aquelas preferentemente pelas primeiras horas da manhã e as últimas da tarde e estas à tarde e à noite.

Dentre as atividades físicas indicadas, que permitem a organização de um bom programa, figuram:

- a) passeios e excursões;
- b) jogos de natureza diversa, inclusive desportivos;
- c) exercícios naturais;
- d) natação;
- f) desportos;
- g) atividades rítmicas.

As atividades de natureza mental mais indicados são:

- a) jogos de salão (xadrez, damas, gamão, etc.);
- b) leitura (preferentemente de ficção);
- c) exercícios mentais (charadas, quebra-cabeças, brincadeiras de provérbios, adivinhação, etc.).

Consoante o tipo de colônia, poderão ser organizadas atividades sociais e artísticas, como reuniões dançantes, recitais, audições musicais, etc.

- Condições de Funcionamento

As colônias de férias poderão ter funcionamento intermitente ou continuado. No primeiro caso, por exemplo, estão as Colônias de Vacaciones do Uruguai, que só funcionam na primavera e verão; no segundo caso estão as colônias infantis de São Paulo, que recebem mensalmente, pelo espaço de 20 dias, escolares de diferentes regiões. As crianças do litoral se destinam às colônias montanhesas, dentre as quais a de Campos de Jordão é a mais importante, enquanto as crianças do interior são encaminhadas às colônias marítimas, em Santos (Colônia Infantil Álvaro Guião). O intervalo de 10 dias, entre a partida de um grupo e a chegada de outro, destina-se à limpeza e preparação das instalações.

A previsão do pessoal administrativo e técnico deverá ser função da capacidade e características da colônia de férias.

D — Acampamentos

1 - Finalidade

Os acampamentos objetivam proporcionar uma vida mais natural, colocando em jogo as possibilidades do indivíduo para vencer dificuldades desconhecidas na confortável vida das cidades. Poderíamos dividir os acampamentos em três tipos:

- a) militares;
- b) para-militares;
- c) recreativos.

Os primeiros são realizados por tropas militares em operações ou em manobras, isto é, em campanha ou treinamento.

Os acampamentos para-militares são levados a efeito por instituições com vida regular, que os consideram dentro de suas atividades normais, tal como ocorre com o escotismo ou organizações juvenis (Juventude Portuguesa e outrora a Juventude Hitlerista, os Balilas, etc.).

Os acampamentos recreativos são os que mais dizem respeito a este ponto. Podem ser promovidos pelas escolas, pelos serviços de Educação Física ou Recreação, por clubes ou outras associações. Entre nós, as "Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Secundário", prevêm a realização de acampamentos, que parecem não ter encontrado grande aceitação. A Associação Cristã de Moços tem promovido anualmente um acampamento para rapazes e o Serviço de Recreação e Assistência Cultural do Ministério do Trabalho tem limitado os seus acampamentos às tropas escoteiras que mantém.

O movimento a favor dos acampamentos nasceu no século passado. Chaves Mendes, em seu "Manual Prático de Campismo", edição de 1942, faz um breve relato histórico dos acampamentos:

“O primeiro acampamento que conhecemos foi na América, realizado pelos esposos Gumn, em 1861, por conseguinte há já 81 anos!

Em 1878, promoveram-se acampamentos nos Estados Unidos, de estudantes de ambos os sexos acompanhados por professoras. Mais acampamentos: um por Ernest Balch, em 1881, e outro dirigido por Summer Duddly, em 1885.

É Holding que, vindo da América, em breve os espalha na Inglaterra, fundando depois, em 1901, o "Camping Club of Great Britain and Ireland", considerado o Clube campista de maior categoria em todo o mundo.”

Diz-nos a "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", 5º v. pág. 645: .

“... levou o Campismo a todo o Mundo, criando por toda a parte o gosto pela sua prática, fazendo com que os educadores de muitos países (Suíça, França, Suécia, Estados Unidos da

América, etc.) o estudassem a fundo e o adotassem nas suas escolas como um dos mais eficientes meios de educação dos seus alunos.

O Campismo atrai pela Terra milhares e milhares de adeptos fervorosos de todas as classes sociais, desde o operário aos vultos de maior categoria.

Em 1932 organiza-se a "International Federation of Camping Club" que conta ao presente mais de 35 Clubes de 16 países da Europa.

Têm-se promovido anualmente grandes Congressos Internacionais de Campismo: o 1.º foi na Inglaterra, em 1933, depois, em anos consecutivos na França, Bélgica, Catalunha, Alemanha, Itália e Suíça.

Na Grã-Bretanha há o tradicional costume do "week-end" (fim de semana), em que as cidades se despovoam e quem pode vai para os campos.

O Campismo já representa uma grande necessidade impreterível na vida moderna. “

2 - Equipamento

É evidente que a complexidade do equipamento depende sobretudo da distância e da natureza do local escolhido para acampar; esses dois fatores deverão ser relacionados com o grau de treinamento e as características gerais do grupo a que a atividade se destina.

Nenhum acampamento deverá ser realizado em local em que não exista nascente ou água corrente sob qualquer forma; as barracas não deverão ser armadas em matas cerradas nem em regiões de pedras soltas e cascalho, pois os répteis e aracnídeos constituem sempre uma ameaça à tranquilidade do acampamento. Frequentemente os acampamentos são realizados em locais já conhecidos, devidamente preparados. Assim, no Parque Nacional de Itatiaia existe um excelente local próprio para acampamento, muito utilizado pelas organizações escoteiras. Os rapazes que passaram pelo C.P.O.R. estão bem lembrados de Gericinó, outro local usado para acampamentos militares. A Quinta da Boa Vista e o campo da Praia do Russel têm sido impropriamente usados para acampamentos.

O equipamento para os acampamentos poderá ser dividido em individual e geral. No primeiro caso estão os objetos próprios a cada qual e no último os de uso comum.

a) - Equipamento individual

O vestuário deverá ser amplo, deixando os movimentos livres, com as seguintes características: resistente, capaz de preservar das intempéries e de cor pouco propensa a sujar-se. Os objetos de uso individual mais indicados são: canivete ou facincha de mato, apito, cantil, mochila, bernal ou sacola, utensílios para alimentação (talheres, prato, etc.) e para higiene pessoal (escova de dentes, pente, aparelho de barbear, etc.), manta e, pelo menos, uma muda completa de roupa.

b) - Equipamento geral

Aqui incluem-se as barracas, utensílios de cozinha, mantimentos, facões de mato, pás, machado, maleta de socorros de urgência, lanpeões, provisão de água (se for o caso), etc.

Chaves Mendes afirma que para fazer "camping" pedestre é necessário possuir:

- Tenda canadiana (em tecido leve e resistente)

Altura 1,10 m - Largura 1,10 m - Comprimento 1,90 m.

- Saco alpino.

- Duas marmitas de alumínio ou cantina.

- Um prato de alumínio.

- Um cantil

- Garfo-colher e canivete (4-5 peças.)

- Fogão-lamparina (a álcool, gasolina ou petróleo).

- Pano "chão de tenda"(qualquer pano impermeabilizado com óleo de linhaça).
- Cobertor leve e quente (ou saco de dormir).
- Alguns jornais (produzem considerável aquecimento).
- Espírito prático e iniciativa.

As barracas deverão estar em local alto e dispostas de tal forma que, em caso de chuva, não exista a possibilidade de correr água para dentro das mesmas.

3 - Atividades

O programa geral de atividades no acampamento depende, sobretudo, da sua natureza. Se for militar, as manobras são o objetivo; se for para-militar depende do programa a cumprir pela organização.

Quando se trata de acampamentos recreativos ou destinados a férias, as atividades poderão ser de natureza física ou mental e, ainda, frequentemente artísticas.

a) físicas - passeios e excursões a pontos pitorescos próximos ao local do acampamento; banhos de mar, rio, lago ou açude, se FOR o caso: jogos desportivos.

b) mentais - jogos de xadrez, danças, gamão, etc., leitura, quebra-cabeças, charadas e adivinhações.

c) artísticas - números de música, canto, declamação, teatro ligeiro.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS DA RECREAÇÃO DO TRABALHADOR: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E OBJETIVOS

- A — A recreação na antiguidade
- B — A revolução francesa e a libertação do trabalhador
- C — Reação à escravidão econômica
- D — Desenvolvimento da legislação atinente ao repouso do trabalhador
- E — Utilização das horas de lazer do trabalhador
- F — Contribuição do O.I.T. para a difusão da recreação do trabalhador
- G — Conceito de recreação do trabalhador

CAPÍTULO II - ATIVIDADES RECREATIVAS DE NATUREZA FÍSICA

- A — Considerações gerais
- B — Atividades sintéticas
 - 1 — Aplicações
 - 2 — Contestes
 - 3 — Jogos
 - 4 — Brinquedos cantados
 - 5 — Acrobacias
 - 6 — Desportos
 - Influencia dos desportos na Educação Física.
 - 7 — Danças
- C — Atividades analíticas
 - 1 — Ginástica formativa
 - 2 — Ginástica de compensação
 - 3 — Ginástica de conservação
 - 4 — Ginástica corretiva

- 5 — Ginástica de solo
- 6 — Ginástica rítmica.
- 7 — Ginástica de aparelhos

D -- Conceito de recreação na Educação Física

E -- O problema da disciplina e do interesse dentro da recreação

- 1 - A disciplina dentro do conceito funcional de Claparede. Motivação extrínseca e motivação intrínseca.
- 2 - A disciplina nos exercícios.
 - Nas evoluções.
 - Na ginástica
 - Nos jogos e nos desportos
 - Nas aplicações
 - Nas excursões

CAPÍTULO III - ATIVIDADES RECREATIVAS DE NATUREZA CULTURAL

A — Biblioteca

B — Artes populares

- 1 — Considerações gerais
- 2 — Música
- 3 — Teatro
- 4 — Cinema
- 5 — Rádio
- 6 — Televisão

CAPÍTULO IV - TURISMO OPERÁRIO

A — Considerações gerais

B — Excursões

C — Colônias de férias

- 1 — Importância do clima
- 2 — Requisitos fundamentais para a instalação
 - a) — Finalidade
 - b) — Escolha do local
 - c) — Capacidade
 - d) — Recursos financeiros e projeto
 - e) — Construção) — Móveis e utensílios
- 3 — Atividades
- 4 — Condições de funcionamento

D — Acampamentos

- 1 — Finalidades
- 2 — Equipamento
 - a) — Equipamento individual
 - b) — Equipamento geral
- 3 — Atividades
 - a) — físicas
 - b) --- mentais
 - c) — artísticas

APÊNDICE A – Relato oral completo de Dr. Arnaldo Lopes Sussekind

Relato 01: Dr. Arnaldo Lopes Sussekind Rio de Janeiro, 10 de maio de 2005.

Bom, eu sou carioca. Nasci em 1917, portanto, estou com 88 anos no momento. Meu pai era desembargador e teve muita influência pela sua atuação nas circunstâncias de eu resolver estudar Direito. E a minha origem, quer dizer, a origem dos Sussekind aqui no Brasil é alemã. Meu avô paterno era um químico de Dresden, Alemanha, amigo do Dunnemann, que veio fundar uma fábrica de charutos na Bahia e pediu a ele para acompanhá-lo como químico, para ajudar a fazer essa instalação.

Ele veio com a promessa de ficar de 5, 6 meses. Aí, aconteceu que ele conheceu uma baiana que falava alemão, era descendente de alemães, Maria Hasselmann, e não deu outra, não voltou mais. Toda família Sussekind vem daí, o primeiro filho dele nasceu na Bahia e o meu pai nasceu aqui no Rio. Essa é a origem.

Eu ingressei no Ministério do Trabalho ainda estudante de Direito, em janeiro de 1938, e me formei em 1939. Em 1949, passei a assistente jurídico do Conselho Nacional do Trabalho. Assim, eu dava os pareceres para o Ministro do Trabalho, que era o Waldemar Falcão, decidir processos, que naquele tempo existia, não havia ainda Justiça do Trabalho, que a Juntas de Conciliação juramentou, o Conselho Nacional do Trabalho decidiu e o Ministro, com uma penada, podia reformar. E eu dava o parecer e o Ministro passou a me conhecer. O Getúlio cria a Justiça do Trabalho em 1941, o Falcão me chama, como eles chamavam, tinha os meus méritos, e disse que o Getúlio tinha autorizado a me contratar como Procurador Regional do Trabalho de São Paulo.

Eu fui o 1º Procurador Regional do Trabalho. Eu ajudei a criar a Justiça do Trabalho junto com o Delegado Regional do Trabalho Luis Mezavilla. Ajudei a criar a parte material, na Comissão de Organização. Isso teve uma influência importante em tudo isso que você está querendo saber, porque no local que nós escolhemos para a Justiça do Trabalho, no 13º andar, era o escritório do grande advogado e político paulista Alexandre Marcondes Filho, que em janeiro de 1942 é nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ele era o nome de então. Ele convida “o Procurador Regional de Trabalho”, não “o Arnaldo Sussekind”, porque ninguém me conhecia, para ser assessor dele na pasta trabalhista. Então, eu fui ser assessor do ministro Marcondes Filho, então com 23 anos, porque naquele tempo era possível se formar com 21 anos.

E, como assistente, um ano depois em, em janeiro de 42, ele me designou pra Comissão da CLT. Eu sou o único sobrevivente, porque eu tinha 24 anos na ocasião. Cerca de um ano e meio depois, eu li um livro “título em francês”. Era um relatório que a O.I.T. preparou para a Conferência Internacional do Trabalho de 1936, já então sobre os lazeres do trabalhador. E aquilo me inspirou a dar uma idéia ao Ministro Marcondes Filho, que era a de criar um serviço de recreação operária. Naquela ocasião, não existia SESI nem SESC, que hoje fazem recreação, e ele concordou com a idéia, pediu que eu fizesse um projeto e eu fiz.

Ele aprovou e a organização era a seguinte: tinha um presidente, que era eu, que presidia um Conselho Deliberativo, que tinha o Evaristo de Moraes Filho, hoje grande jurista, tinha dois representantes dos empregadores e dois representantes dos empregados. Esse conselho

orientava, de modo geral, a organização e o andamento do Serviço de Recreação Operária e eu tive que acumular as funções de assessor da pasta do Trabalho e Presidente do SRO.

E naquele tempo, o Ministério do Trabalho, como ainda tinha poucos ministérios, acho que eram nove, fazia trabalho, previdência, indústria, comércio, propriedade industrial e imigração. Para cada um desses temas, ele tinha um assessor e um ou dois auxiliares. Um dos meus auxiliares foi ser Ministro da Educação do Jânio Quadros, Senador pelo Rio, que era o Brito Tinoco. O SRO era financiado com uma parte do Imposto Sindical. Havia a Comissão do Imposto Sindical e uma parte dessa receita era destinada ao orçamento aprovado para o SRO.

Nós instalamos o Serviço aqui no Rio, em Centros de Recreação Operária na Gávea, em Bangu, em Olaria, entre outros. Instalamos em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, não chegamos a instalar em outros estados. Falta de verba, a verba era pequena. E eu devo dizer que depois que o Getúlio caiu, houve uma Comissão de Inquérito na Câmara dos Deputados e o único dirigente de órgão financiado pelo Imposto Sindical que não foi sequer chamado para dar explicação, fui eu. Todos os outros foram objeto de investigação. Já no período presidente Dutra, que me manteve no lugar, eu organizei duas olimpíadas com o co-patrocínio do “Jornal dos Sports”. Uma olimpíada nacional com representantes dos trabalhadores em nome das empresas, as empresas é que competiam do Brasil inteiro, foi um sucesso. Infelizmente, só houve essas duas olimpíadas.

Mais tarde, quando o Jango assumiu o governo, eu propus a ampliação do SRO, transformando-o em SERAT. Até porque eu tinha três divisões no SRO: Divisão Administrativa, Divisão de Educação Física e a Divisão Cultural, sendo que a Divisão Cultural distribuía bibliotecas nos sindicatos e organizava, sob o comando de Jeruza Camões, o Teatro Operário, que aproveitava as folgas dos artistas nas segundas-feiras e se apresentavam no Teatro Ginástico Português e no Teatro João Caetano. Cada récita deles, eu distribuía convites a dois sindicatos para cada segunda-feira. Na parte de Educação Física, além das Olimpíadas que nós fizemos, ela tinha um Campeonato de Futebol entre sindicatos e tinha excursões pras ilhas de Brocoió.

E também, nós criamos grupos de Escotismo com os sindicatos que concordavam com isso. Voltando ao período do Jango, eu resolvi ampliar, propus a transformação do SRO em SERAT - Serviço de Recreação e Amparo Cultural ao Trabalhador, para dar mais ênfase à parte cultural. O Jango concordou, fez a modificação logo que assumiu em 1950. Ele me mantém na direção do serviço como diretor-geral, mas resolve alterar o orçamento, inclusive sem me ouvir. Eu tinha, anteriormente, 30% do orçamento para pessoal, o mínimo necessário e 70% para atividades, então se realizava muita atividade. Ele inverteu, repassaria 70% para o pessoal e 30% para as atividades. Eu fui a ele e disse que estranhava por dois motivos: primeiro, porque não tinha sido ouvido e, segundo, porque essa inversão, eu não poderia concordar. Ele virou-se para mim e disse: “o senhor está se esquecendo que para o ano nós temos eleições, de maneira que precisamos preparar essa votação”. Aí, eu disse: “está bem, é um direito seu como ministro, mas não conte mais comigo”. E ele respondeu: “Mas o Dr. Getúlio gosta muito do senhor...”. Bom, eu sei que gosta, porque eu conheci o Getúlio pessoalmente nas reuniões da Consolidação das Leis de Trabalho, nós tínhamos que inovar muita coisa, porque você não pode fazer um ordenamento esquematizado sem ter uma introdução nova. Você não pode colocar a lei 62 sobre rescisão de contrato de trabalho, sem ter uma lei sobre contrato de trabalho.

Era aplicado o Código Civil, o Código Comercial. Você não pode inserir a lei de salário mínimo, sem ter uma lei sobre salário e assim por diante. Mas, o Getúlio concordou com essas inovações, desde que as inovações importantes fossem explicadas previamente a ele. Porque estavam na fase do decreto-lei, não ia ser discutido pelo Congresso, nem tinha Congresso, que só voltaria em 1946. De maneira que eu conheci o Getúlio em 42/43, antes de ser presidente do

SRO, então o Getúlio gostava de mim, realmente. Tanto que eu tenho no meu escritório um retrato com dedicatória dele, o que é muito raro. Tem aqui também, deixa eu te mostrar (e folheia algum documento).

Aí, eu escrevi uma carta para o Getúlio e o Jango ficou com mais raiva de mim, porque eu não mandei a carta por intermédio dele, eu mandei pela Alzirinha, que era minha amiga, foi contemporânea da faculdade e nesse período de CLT, eu que tinha que explicar tudo para ele, por isso eu tinha muito contato com ela. Eu não sei o que ele falou ao Jango a respeito. Eu sei que ele agradeceu a minha participação em carta e o Jango ficou com mais ódio de mim porque, possivelmente, o Getúlio deve ter criticado a ação dele, não sei. Então, eu saí do SRO. Agora, vê o que é o destino: quem extinguiu oficialmente o SRO fui eu, como Ministro do Trabalho interino do Castelo Branco em 1964.

Acabamos com o SRO porque em 1964 já existiam o SESI e o SESC. O SRO era mantido pelo I.S. e gerido pela Comissão do Imposto Sindical, nós acabamos com a comissão, só que não conseguimos acabar com o imposto sindical, porque era pra acabar aos poucos mas ele existe até hoje.

Mas acabamos com a Comissão de Imposto Sindical, que era mantida pelo I.S., e tinha sido objeto de muita corrupção. Eu, como Ministro do Trabalho, fiz todos os inquéritos e a Comissão Técnica de Orientação Sindical, que fazia uma intervenção forte nos sindicatos. Então, eu acabei com as duas; acabando com o Imposto Sindical, eu acabei com o serviço que elas mantinham e criei, com a verba do IS, até que o orçamento viesse estabelecer e acabasse com o IS, o que não aconteceu, o Departamento Nacional de Mão-de-Obra e o Departamento Nacional de Emprego. Porque, veja bem, Ministério do Trabalho, você pensa logo em emprego e salário, então, não tinha nem um departamento de emprego nem de salário. Não havia planejamento de emprego, aquela coisa toda. Bom, mas isso não tem nada a ver com recreação; isso foi depois como Ministro do Trabalho que eu fiz...

Assim como eu criei os dois departamentos, eu podia ter mantido o departamento de recreação, mas não mantive porque já na ocasião existiam o SESI e o SESC com uma receita enorme, incomparavelmente maior do que seria possível tirar do I.S., estavam fazendo atividades recreativas mais em função das empresas e os centros de recreação foram todos fechados...

Mas enquanto eu presidi o SRO fiz vários concursos para selecionar o pessoal que trabalhava nos centros. Quem presidia o concurso de Educação Física foi o 1º diretor da divisão de Educação Física, era cargo de confiança, o prof. Inezil... Aí, tirou o 1º lugar o Carlos Alberto de Brito, que depois foi meu secretário como Ministro do Trabalho, foi presidente seis vezes do Comodoro Iate Clube. Portanto, todos os professores de Educação Física entravam por concurso. E o professor Inezil que coordenava que presidia. Mais tarde, Inezil foi para Brasília, como advogado, em cargo de confiança, e o Carlinhos de Brito passou a diretor da divisão de Educação Física. Ele era professor na Universidade, de Educação Física. A divisão cultural teve mais de um diretor, mas o principal foi o Osvaldo Colatino de Araújo Góis, professor, homem muito culto, e ainda tinha que se dividir em algumas seções: a de teatro, que era a Jeruza, seção de biblioteca não me lembro o nome...

Ah! Sim, nós fizemos inclusive uma campanha de alfabetização de adultos nos sindicatos e nos centros de educação e também fizemos um concurso para o Hino do Trabalhador, foi um sucesso...

...Nós fazíamos atividades em que participasse o próprio trabalhador. Fazíamos sketches, nas apresentações semanais do teatro, no sentido de explicar e divulgar a legislação trabalhista. Então, no meio de Emilinha Borba, Blecaute, tal, havia um dueto ou, enfim, um diálogo que mostrasse as vantagens das férias, enfim, coisas relacionadas ao direito do trabalho. O Sr.

Marcondes Filho fazia isso na rádio, toda quinta-feira. Ele falava na “Hora do Brasil”. Ele pedia ao Segadas ou a mim, depois que nós falávamos sobre o mote, o tema, pedia que nós fizéssemos um rascunho, uma sinopse, sem adjetivos - “os adjetivos ponho eu o Gilson Amado” - porque o Gilson Amado era do gabinete dele, de maneira que ele pegava a sinopse feita pelo Segadas ou por mim, sobre a CLT, porque o Segadas também foi membro da comissão da CLT, e adjetivava lá, ele era grande orador, ou pedia para o Gilson Amado.

Nós contratávamos artistas da Rádio Nacional, que eram os mais famosos na ocasião, com um jeton, dava um jeton. Falando em jeton, eu fui obrigado a demitir um alto funcionário, chefe de serviço da parte de show, e a fazer um inquérito, eu nem sei se isso interessa?

Mas vou falar... Num domingo, o Blecaute foi até a minha casa. Bateu palma, entrou, sentou na varanda, disse que precisava conversar a respeito do aumento da gratificação. Eu disse que nós pagávamos preço de mercado, 400 mil réis por apresentação, e ele disse que sim, mas que ele ficava só com 200, porque o fulano prefiro não falar o nome, ficava com uma parte, é que ele já morreu nem vale a pena citar o nome, e o resto com o senhor. Eu disse, o quê!., me explica isso direito. Aí, ele disse que ele e os outros davam recibo de “X”, mas recebiam a metade e a outra metade esse chefe da seção dizia que ficava com uma parte pequena e a parte grossa era minha. Eu falei pra ele: “você vai ficar calado, não vai dizer nada sobre a nossa conversa de hoje”. Era um domingo, eu fui até o programa de rádio do César Alencar, todos os principais artistas estavam lá. Cheguei lá, falei com eles, todos confirmaram. Na segunda-feira, eu cheguei com a Portaria de suspensão e abertura de inquérito e a minha carta de demissão, para o Ministro Morvan de Figueiredo, porque ele tinha sido escolhido por mim. O Morvan não aceitou, rasgou a carta na minha frente, disse que eu não era o responsável, tanto que tinha aberto o inquérito e o sujeito foi demitido...

Bem voltando ao fundamento principal da recreação operária, está provado que uma pessoa que tem uma atividade física tem mais saúde, ela deve aproveitar suas horas de lazer com alguma atividade física, como está provado, também, que quem tem uma atividade física deve aproveitar as horas de lazer com uma parte mais cultural. Fizemos um jogo de futebol importante, no campo do Vasco, de 1º de maio, o Getúlio falava. Aqui é o Marcondes (mostra foto) falando, o Dutra ainda era Ministro da Guerra, o Getúlio não estava aí. Ele estava indo pra aí, houve o desastre, ele quebrou a perna. O Marcondes é que leu o discurso dele.

Ah! Tínhamos vários centros do SRO do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o objetivo era expandir para o país todo, mas dependia do dinheiro. Nós também fazíamos a distribuição de brinquedos e brindes através dos sindicatos, nosso objetivo era prestigiar o sindicato. Muita gente diria como chegaram a dizer, que o serviço visava desviar a atenção do sindicato, para que eles não entrassem em greve, não fizessem reivindicações, mas não tinha essa preocupação. Até porque no tempo do Getúlio, a greve era proibida. A Constituição de 37 proibiu a greve, em 46 é que voltou a ser permitida.

Mas o nosso principal objetivo, um dos grandes objetivos era educar o trabalhador para atividades recreativas, para que ele pudesse fazer isso independentemente da existência do serviço. Como os SAPS, existiam para ensinar o trabalhador a comer. Porque o negócio deles era aquele arroz com feijão e farinha, mais nada. Extinguiram os SAPS, porque como não podia ter em todo lugar, então acabou... Então, O SRO realizava e ao mesmo tempo educava o trabalhador e a família do trabalhador para saber aproveitar as horas de lazer porque eles não sabiam...

Apêndice B – Relato oral completo do Prof. Dr. Vinícius Ruas Ferreira da Silva

Relato 02: Prof. Dr. Vinícius Ruas Ferreira da Silva Rio de Janeiro, 08 de maio de 2005.

Bom, eu sou do Amazonas, nasci em 1924 e na minha terra eu era corredor de ciclismo, um atleta, meio que amador, fazia também outras atividades esportivas, gostava de boxe, mas fazia tudo amadoristicamente e eu tinha terminado meu curso de humanidades, meu curso de 2º grau, e fiz curso superior em Manaus e alguns cursos que não tinham esse chamamento que eu gostaria, na ocasião em que surgiram as bolsas de estudo. E eu me inscrevi nas bolsas para eu fazer os cursos na escola de Educação Física, na UFRJ. E aqui, também, depois de receber essa bolsa, continuei o curso e a grande importância foi o meu discurso de formatura, onde eu falava sobre recreação operária e o lazer operário. E em função disso, o Ministro do Trabalho, o Pedro Calmon, indicou meu nome pra trabalhar, ele fazia com que os egressos da universidade fossem indicados pra trabalhar, para fazer estágio após seu curso. E lá eu fui indicado para trabalhar no SRO, no Ministério do Trabalho, e lá eu fiquei alguns anos onde eu me especializei mais em recreação operária e posteriormente vim a ser diretor do SRO indicado por Almino Afonso, que era deputado federal nessa época.

Ao chegar ao SRO, realmente havia os dirigentes que estavam muito ligados ao Ministério do Trabalho e auferiram naturalmente alguma assistência do ministério em relação a seus próprios sindicatos, lutavam para que tivessem mais verba, para cumprir com os destinos do próprio sindicato. Aquilo era a Comissão do Imposto Sindical, uma divisão do Imposto Sindical. Era um serviço do Imposto Sindical, que geria o SRO. E tinha também um corpo docente no SRO, composto por professores e professoras de Educação Física, que era dividido em várias áreas. As áreas principais eram de Educação Física e Esportes, que faziam o lazer através das atividades de cunho artístico como shows no sindicato, cinema, enfim, realmente eu tive uma impressão relativa em termos da organização da recreação operária, mas já com o passar do tempo em que eu fui contratado professor de práticas educativas, a gente tinha a impressão de que aquilo podia melhorar sob todos os aspectos.

Mas não nós, professores de Educação Física, que aí estávamos para aplicar esportes ou outras coisas, mas era preciso que desse ao trabalhador a consciência do que vinha a ser o lazer operário e, naturalmente, o lazer e a recreação. A recreação que deveria ser levada em consideração, uma recreação podia ser utilizada em desportos, mas ao mesmo tempo, podia ser uma recreação para os filhos dos trabalhadores.

Naquele tempo não se vivia como se vive hoje. Hoje é um mundo completamente diferente do mundo que se vivia naquela época de 1960, 58, 59. Os operários não tinham a mão-de-obra especializada, era raríssimos, talvez em São Paulo alguns tivessem. Era um operariado muito pobre, sem grande instrução, em sua maioria vivendo de salário mínimo. Então, não se tinha uma visão cultural de todas as atividades que o próprio trabalhador podia ter. E como eu disse no meu discurso que o operário não tinha condições de arcar com uma família, no seu ócio, na sua folga, no seu lazer, como garantia as leis trabalhistas que já eram bem desenvolvidas. A CLT, as leis trabalhistas para a época eram muito boas, bem reconhecidas pelos próprios trabalhadores, mas que não garantia, não dava nada. E o SRO veio cobrir uma lacuna muito grande. Mas aquilo podia ter uma outra conotação. Estava tudo muito bem organizado, dentro da estrutura da organização, a proposta existia, mas não era cumprida.

Então, cobria-se aqui e ali, talvez de uma forma assistencialista, devido às insistências das solicitações de alguns deputados que eram denominados, na época, de “pelegos”. Esses eram os pelegos do PTB, eram conhecidíssimos, deputados, vereadores, eles corriam em cima de qualquer verba. Nós não tínhamos verba própria, todas as nossas atividades eram solicitadas para o diretor geral do SRO - da divisão de Educação Física e em seguida para a divisão do Imposto Sindical - e aí eles davam o recurso de acordo com a programação estipulada. Na recreação, não existia dinheiro a rodo para fazer isso ou planificar coisas grandes, então tínhamos que nos valer da imaginação, fruto da experiência de dois anos de trabalho, enfim, para nós aquilo tinha que ter uma conotação diferente daquela que nos foi apresentada.

Sabe eu me formei em 57. Em 58, eu acredito que eu tenha a minha nomeação aí, eu posso te dar depois, data tudo direito, eu fui nomeado pelo João Pinheiro Neto, Ministro da Educação e posteriormente, entrou o Almino Afonso e deu todo apoio ao SRO e às nossas atividades, que eram praticamente questões utópicas - não faz isso que não vai dar certo e como eu tinha trabalhado no Centro de Olaria, sabia que estava certo.

As equipes eram formadas por professores de Educação Física. Os dirigentes achavam que os professores tinham por obrigação colocar em prática os seus conhecimentos de lazer operário. Nosso horário era de manhã, os operários estavam trabalhando, nunca estavam lá, então nós íamos para os núcleos que trabalhavam a tarde e quem estava lá: os filhos dos trabalhadores. Os operários custaram muito a chegar. Lá em Olaria, eles tinham uma epidemia de “tracoma”, era uma doença infecciosa dos olhos, eu nunca mais vi aquilo em muitos anos, nós não tínhamos remédio e uma colega nossa, a Estela, resolveu limpar aquilo com limão e todos os dias fazia assepsia com água e limão e eu sei que ela curou todo o pessoal dessa epidemia e eles ficaram muito gratos e começaram a se aproximar - você trabalha onde, eu trabalho ali, sou do sindicato tal, e vamos organizar a associação, vamos fazer funcionar.

Em Olaria, nós tínhamos um cubículo, onde guardávamos o material do Ministro do Trabalho e quando nós saímos de lá, deixamos um espaço grande, um pequeno auditório, uma sala de aula. Aquelas crianças não queriam mais ir para escola, queriam ficar ali e se eles queriam ficar ali, eles iriam aprender ali, e nós ensinávamos o que era possível ensinar. As professoras eram normalistas, duas que nós tínhamos lá, a Estela e a Selma, e elas faziam muito bem isso e nós conseguimos uma autorização para funcionar como escola e tínhamos muitos alunos matriculados, mas esse não era o nosso objetivo inicial. Mas, o que se podia fazer? As crianças moravam perto, andavam 50, 100 metros e estavam ali dentro do Olaria. E todos podiam entrar ali e cursarem o que eles quisessem e eles mesmos construíram, eles mesmos varriam, limpavam, tomavam conta, era um aprendizado geral das crianças e, posteriormente, os próprios pais faziam isso, eles iam para lá de sábado ou domingo, era bom, faziam churrasco e eles gostavam porque eles sabiam que nós estávamos trabalhando com os filhos e nós tínhamos lá a placa do Ministério do Trabalho - SRO, a sigla do Serviço de Recreação Operária.

Existiam muitos núcleos. Quer dizer, existiam quatro Centos de Recreação Operária, eram oficiais. Mas nós não podemos nos basear nesses CRO's, porque nós sempre dividíamos isso e num determinado momento nós deixamos de funcionar apenas nos Centros para trabalhar também em núcleos residenciais, onde moravam os operários.

Quando eu assumi a diretoria do SRO, nós verificamos que os CRO's não atendiam aos objetivos principais que nós desejávamos. Por exemplo, o Centro da Gávea, Olaria, Bonsucesso, Padre Miguel funcionavam apenas durante o dia e aí estava o problema, iam somente crianças para lá, ficavam ali olhando, os operários não apareciam porque estavam trabalhando. O que se fez então? Nós começamos a criar outras formas, permitíamos que os Centros de recreação permanecessem dessa forma, e em seguida, criamos os Núcleos de Recreação Operária, dentro

dos conjuntos residenciais, Guadalupe, enfim, e em cada uma dessas áreas existiam os CRO's, menos no Centro da Gávea.

Mas na Gávea era muito interessante, era um terreno onde nós guardávamos o material. A Praia do Pinto, então ficou onde nós trabalhávamos com futebol, levávamos as camisas, criávamos os clubes infantis, juvenis, etc... Funcionavam como escolinhas de futebol já naquela época, só não tinha esse nome, mas eram turminhas de futebol, até 17, 18 anos, menores até, e muitos alunos se tornaram grandes atletas de clubes cariocas. E então, aquele era o único que trabalhava durante o dia, porque a tarde tinha as “peladinhos” deles dentro da Praia do Pinto, porque lá era uma favela que dava de frente para a Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje, neste local estão instalados o Flamengo, o Monte Líbano, o ABB, o Paissandu, esses clubes todos foram instalados onde era a Praia do Pinto.

...Bem, em função dessa atividade que nós tínhamos lá, nós começamos a ver onde podia se instalar um Núcleo de Recreação Operária, não permanentes, mas que se podia trabalhar à tarde, depois das 16 horas. Olaria, por exemplo, foi um CRO que nós montamos, só existia em lugar onde nós guardávamos o material. Daquilo ali, os próprios recreantes foram criando atividades mais precisas, que eles gostavam de fazer, futebol, e outras atividades, nesse núcleo de Olaria trabalhava o Ademar Ferreira da Silva, o campeão olímpico, onde nós fizemos uma pista de salto triplo, muito precária, claro, nós não tínhamos condições de fazer, fomos nós mesmos que construímos ali, os alunos e os professores. Lá em Olaria trabalhavam eu, antes de ser diretor, o Ademar Ferreira da Silva, a Maria Estela e uma outra professora. Aí, fizemos essa pista até que o Ademar se empolgou e conseguia treinar alguns meninos que tinham aptidões físicas para isso e alguns desses alunos ele levou para os clubes que tinha locais apropriados para treinamento, caixas de salto. E eles se tornavam bons atletas. Então, lá em Olaria nós conseguimos fazer isso. Mas, infelizmente, nós fomos para o exílio e lá nós ficamos sabendo que aquilo ali tinha se transformado num núcleo de tortura dos presos políticos, a internada de Olaria, da Polícia Militar. Esse foi um choque muito grande para mim...

Mas existiam ainda outras atividades nos outros núcleos. Nós conseguimos uma viatura, um caminhão, onde nós fazíamos o palco do teatro, com o apoio da UNE, que nos ajudou muito nisso. Tinha atores que trabalhavam no Teatro de Arena, o Juca de Oliveira, o Gianfrancesco Guarnieri, eles levavam artistas que trabalhavam gratuitamente para os operários. “A Semente” era uma peça revolucionária, quando eles apresentavam ela era bom, era uma peça que dava identidade às pessoas, dava consciência da realidade brasileira e isso era muito bom.

Trabalhávamos também com leitura, improvisado no caminhão, a maioria era criança, emprestavam o livro e tornavam a devolver. Isso tudo não se sabe onde foi parar. Onde foi parar esse caminhão? Já deve ter sido tudo jogado fora, já deve ter sumido tudo, cinquenta anos depois, já acabou tudo... Bom, enfim, em Bonsucesso foi onde menos se trabalhou, mas tinham excelentes equipes de quadra, de voleibol, de basquete, de futebol de salão. As canchas de malha ficavam perto dos NRO's, eram feitas dentro dos conjuntos residenciais, onde eles marcavam as malhas. Tinham clubes de malha feito pelos operários, pode ver pelas fotos. Eles iam a campeonatos, jogavam de sábado e domingo.

O grande problema é que nós verificamos que os professores de Educação Física gostavam muito, faziam uma atividade excelente para eles, mas os operários achavam tudo muito rígido, cheio de regras e não era aquilo que os operários queriam e o que nós fizemos então: começamos a trabalhar na formação dos próprios operários que tinham interesse naquilo, porque tinha técnico de futebol, mas que era operário, então vamos melhorar as condições desses rapazes, porque eles vão ficar ali o dia todo, eles tomavam conta de tudo, eram do sindicato e nós dávamos essa responsabilidade pra eles e deixávamos eles fazerem os campeonatos deles. Nós,

então, orientávamos esses núcleos. Os NRO's poderiam ter alguns professores, mas o nosso número de funcionários era pouco. Então, nós íamos até lá pra ver se estava funcionando direito e supervisionávamos o trabalho destes operários que já tinham feito curso entre nós aqui, nós fazíamos na própria sede do Ministério.

Por isso fizemos um curso de capacitação que compreendia, curso de lazer, de recreação e de regras dos jogos. Os operários ficavam satisfeitiíssimos, porque eles não sabiam quase nada, mas aprendiam ali, porque regra de futebol quase todo mundo sabe. Ah!...só os jogadores profissionais que não sabem...., mas os operários sabiam, eles sabiam fazer direitinho, futebol de salão, voleibol e nós designávamos professores para acompanhar eles e era muito bem feito o trabalho dos professores.

De maneira que, em função de tudo isso, a gente criou um curso de recreação operária, onde participavam os professores de educação física e estava aberto também aos operários e para quem quisesse participar. Isso foi criado e cada pessoa tinha o direito de fazer o exame, todos tinham que apresentar um trabalho naquele dia, de conferências, de debates sobre lazer operário, ócio, etc. O curso era com pessoas de alto nível, haja visto que participava: José de Castro, trabalhava sobre a fome, Pedro Calmon, um dos maiores antropólogos do Brasil, Latorre de Faria, Inezil, Valdemar Areno, essas pessoas trabalhavam muito nesse curso e o resultado foi muito bom. Assim as pessoas tinham propostas de como e o que fazer na sua região.

Ah! Além disso, tinham as festas... Montávamos toda a estrutura do Natal dos operários, uma coisa maravilhosa. Pode ver nas fotografias que estão aí. Nós conseguíamos esses brinquedos, as pessoas davam, o Helal um comerciante que nos apoiava deu um caminhão cheio, bonecas de primeiríssima qualidade, que naquela época, 1959, 60, 61, 62, 63, nós íamos nas lojas da rua da Alfândega e pedíamos brinquedos, nós fazíamos um Natal muito bom para eles, com doce, presente, sorteio para as crianças, porque não se podia presentear todas as crianças, eram muitas naqueles núcleos.

Tinha também as festas juninas, belíssimas, que esses núcleos e os CTOS organizavam. E nós criamos os campeonatos de quadrilhas, todas as pessoas que trabalhavam no comércio, operários, os sindicalizados, participavam desse campeonato e, por conta própria, faziam as fantasias e aquilo era uma organização feita pelo Ministério do Trabalho. Depois, nós premiávamos, dávamos medalhas, diplomas para os vencedores. Eles mesmos montavam as barraquinhas, faziam tapioca, os bolos juninos, enfim, era uma confraternização extraordinária que se fazia com o operário brasileiro.

Nós pretendíamos naquele momento fazer muito, nós tínhamos uma visão idealística da coisa. Em São Paulo tinha um setor, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul também. Esses eram os três setores que existiam mesmo, os três locais que reivindicavam ter um setor do Ministério do Trabalho. E funcionava muito bem. Tanto é que no Campeonato Brasileiro de Futebol, os gaúchos foram campeões. Mas tinha no Amazonas, no Pará, em Pernambuco, procuramos fazer no Brasil inteiro uma coisa que era impossível de fazer, porque nós não estávamos preparados para fazer isso.

Então, de toda essa estrutura idealística, surgiu o projeto de criação dos Estádios Operários. Vamos fazer estádios operários no Brasil todo, era um projeto do Roland Corbusier, que deve estar lá nos arquivos da Câmara. E isso empolgou o sindicato na época, empolgou todo mundo, os deputados, o Roland Corbusier era deputado, mas infelizmente não foi adiante. Em seguida, veio o golpe de 64 e não tivemos oportunidade de concluir isso. É preciso que se diga que trabalhávamos sem verba, todo dinheiro que precisávamos nós solicitávamos para a direção da CIS. Não nos era designado dinheiro na conta do SRO, nós não tínhamos isso. Então, nós pedíamos por ofício e explicávamos para que serviria. Os ofícios estão todos aqui para que você

levante, para que você veja como nós pagávamos as firmas todas que nós comprávamos as bolas, as camisas, aparelhos de ginástica. Tudo religiosamente, porque às vezes, os professores também compravam. Não queriam chegar lá sem as onze camisas prometidas e valia a pena. Chegar e dar as camisas de presente era uma beleza ver a alegria daquelas pessoas. E outras coisas que nós fizemos como o campeonato de boxe operário, foi muito bem organizado pela Federação Carioca de Pugilismo. Eu era assessor da Federação também, pela parte do judô, mas gostava do boxe, tinha sido campeão brasileiro de boxe, então, juntou uma coisa com outra. Trouxemos os melhores técnicos de boxe do Brasil e outros mais que trabalhavam conosco aí.

Alem disso tudo, existiam as atividades artísticas e isso era o ponto forte nosso. Nós tínhamos dez máquinas de projeção de filmes. Podíamos estar passando em dez lugares diferentes concomitantemente. Os filmes eram bons, a gente fazia uma enquete para saber que filmes eles gostariam de ver. Existia filme de caubói naquela época, eles gostavam muito. Filmes brasileiros eram os campeões. Mas eu gostava de passar “O Encouraçado Potenkin”, filmes japoneses de luta, já existia, a saga do judô. E todo sábado, passava em algum lugar. Quando nós não tínhamos nada, não podíamos fazer nada, passávamos o filme. E era uma audiência extraordinária e era aproveitada pelos políticos, que iam pra lá antes, pediam licença pra falar, de qualquer partido. Mas, naquela época, nós dávamos preferência aos partidos nossos, PTB, não existia o PT, se existisse era lógico, PC do B, PSB, não estavam na legalidade. Mas não o PTB do Getúlio, mas aquele PTB antigo, da “pelegada desvairada”.

Que eu me lembre bem, nós trabalhávamos diuturnamente, íamos a São Paulo nos campeonatos, íamos a Minas, ao Rio, a Pernambuco. A organização feita pela escola de Educação Física de Pernambuco nas margens do Capipiribe, os alunos davam uma mão muito grande, tinham sido colegas nossos da UNE de Educação Física, fazíamos aquelas coisas grandes, passávamos filmes, nós mandávamos as máquinas através do Ministério do Trabalho e eles gostavam muito. No Amazonas, eles faziam por conta própria. Nós mandávamos utensílios para que eles trabalhassem lá, o planejamento nosso como nós queríamos que fosse organizado o lazer do operário.

Aí, íamos fazendo essas coisas no momento em que começaram a surgir aquelas questões políticas, as ameaças dos militares, enfim, e termina a minha fase quando eu fui pro exílio. Fui para a Bolívia, aí me desloquei para outros países do mundo, onde tive oportunidades de fazer cursos, participar como técnico de futebol, ajudando os marinheiros e metalúrgicos que foram exilados junto comigo. Eu acho que aqui no Brasil, a recreação operária ainda funcionou alguns meses e depois fecharam quando extinguiram completamente a CIS.

Agora, eu me lembrei. Nós tínhamos uma rádio do Ministério do Trabalho e foi criado um programa com o Dias Gomes, que eram os “Calouros Operários”, era às seis horas da tarde. E foi se desenvolvendo de tal forma, que foi ficando bonita aquela reunião. E nós tínhamos uma pessoa que organizava essa coisa da rádio, do teatro, dos shows, que era o José Messias, que era um gaúcho que estava entre nós trazido pelo Getúlio, também não sei que fim levou esse pessoal, e muitos outros que eu não me lembro o nome e peço desculpas por não ter citado eles.

...Olha, é lógico que a gente tinha que procurar um técnico especialista naquilo que estava se fazendo, porque eu não era especialista em show, eu era professor de Educação Física. Quem fazia isso era a Jeruza Camões, a questão da organização das festas natalinas, dos encontros, dos bailes, das músicas, enfim. Agora, em relação aos shows do sindicato, quem realizava era o José Messias. Ele organiza, trazia os artistas pra nós e nós contratávamos. Wanderléia, Erasmo Carlos, Roberto Carlos, todo aquele pessoal da jovem guarda, Golden Boys, eles estão vivos, é só perguntar como funcionava a recreação operária. A não ser que eles não queiram falar. A Wanderléia deu uma contribuição muito grande para a recreação operária. Naquela época, era

uma artista muito querida do povo, era uma coisa fantástica. Tinha show do sindicato do fumo, do couro, eles tinham auditórios lindos, repletos de gente e aquilo era uma alegria pros operários.”Nunca tivemos isso”, “o Ministério do Trabalho lembrou de nós”, o nosso dinheiro do Imposto Sindical esta aí”, eles diziam. Quando eu voltei do exílio eu soube que tinha sido extinta a CIS. Pro meu espanto, o IS era descontado até hoje, eu comecei a pagar como professor de sociologia do esporte. Ah! Tem outra coisa muito importante. Com mais ou menos dois ou três anos que eu trabalhava na recreação operária, a convite do Ministério do Trabalho, verifiquei que aquilo era um conselho fictício, sendo que os operários não estavam utilizando as normas naturais do CIS para fazer a recreação, o lazer, o ócio operário, o não-trabalho e ficavam na mesma. Quer dizer, o meu discurso de formatura da escola de educação física, onde nós tínhamos um curso de recreação e lazer, hoje a maioria das escolas tem esse curso, nós verificamos que aquilo era fictício. Eles se reuniam, mas não discutiam nada, não realizavam nada. Os shows eram os grandes acontecimentos e mais nada. Alguns campeonatos de fábrica, no SESC, mas o resto não funcionava nada.

Então, o que se pensou, temos que modificar isso, temos que transformar esse conselho. E fizemos uma reunião no Sindicato dos professores, com os presidentes dos sindicatos e nós pedimos para indicarem dois representantes para o conselho do SRO. Essas duas pessoas eram as que gostavam de esporte, de lazer e surgiram, pra surpresa nossa, pessoas extraordinárias, que trabalhavam conosco lá. Era um conselho muito grande e discutia-se o tipo de trabalho que eles queriam fazer no lazer operário. O lazer operário incluía, além do operário, as famílias do operário, que era essa a intenção, que o operário se integrasse à família. Porque no sábado e domingo ele ia embora e não ficava com a família. Eles eram pobres, ganhavam salário mínimo, não tinham o nível dos operários de hoje. Era um operário de 50 anos atrás, que ganhava o salário mínimo obrigado pelas leis trabalhistas ainda no início do Getúlio Vargas. Isso, então, fazia com que o operário, sem ter condição de manter sua família com aquele salário, saísse de casa e tinha o vício, muitos eram alcoólatras. Isso nos preocupava muito. Será que o lazer operário podia dar certa harmonia? Isso também era ficção da nossa parte. No entanto, nós fizemos esse conselho com o intuito de saber que tipo de trabalho que os operários gostariam de fazer. E esse tipo de trabalho foi importantíssimo para nós, porque nós verificamos coisas surpreendentes. Eles nos aconselharam que passássemos filmes, que tivéssemos biblioteca para a família e não os nossos centros, que já existiam, onde os professores ficavam sentados ociosos, lendo jornal; onde apareciam duas ou três pessoas e geralmente usavam o campo ou as quadras e não se fazia mais nada. Era uma coisa muito primária aquela recreação, aquele lazer, que era para as pessoas que estavam ociosas ali, mas não eram operários, possivelmente filhos de operários.

E o conselho se articula nesse momento. Quem dirigia o conselho anterior era um professor de educação física, uma pessoa muito inteligente, mas dizia que só podia fazer aquilo que a verba do Ministério do Trabalho pudesse dar. Era um trabalho muito árduo, fazer solicitação para comprar uma bola, para comprar isso ou aquilo. Aí, nós solicitamos que eles se dirigissem a si próprios. Foi uma grande surpresa. Nós dissemos que eles iriam fazer o lazer, o que vocês querem fazer na horta de folga e onde, vão eleger um presidente entre vocês, uma pessoa que vai dirigir os trabalhos e eu não quero participar. Nós entregamos para eles o plano do que nós queríamos fazer em termos de recreação operária. Então, foi surpreendente, porque saiu um plano maravilhoso, feito pelos operários e achavam realmente que os CRO's, nas condições que estavam sendo postos...eram muito longe, achavam que ia funcionar e nunca funcionou. Funcionou o da internada de Olaria, porque nós fizemos um campo de futebol, a Praia do Pinto, porque nós dirigíamos as peladas, mas os outros centros eram ociosos. Então, isso se fez como eles sugeriram que devia ser. Os shows, eles pediram pra permanecer, o cinema, que não tinha

máquinas e nós compramos mais de trinta novas, que passavam nos núcleos habitacionais da avenida Brasil, Guadalupe, Bento Ribeiro, Para de Lucas, Caxias. Em todos esses conjuntos moravam os operários e aquilo ficou muito melhor que no centro. Iam multidões assistir, porque quase não tinha televisão, não existia computador, era outro mundo. Porque não se pode pensar hoje com aquele tipo de lazer operário que se tinha naquele momento. Isso foi uma mudança extraordinária para o operário. Eu acredito que mesmo em função disso, eles foram se juntando, se associando, que as associações de moradores tenham surgido a partir deste movimento ou, pelo menos, que isso tenha incrementado a formação. Eles reivindicavam tudo depois disso, eles davam a dica do que nós deveríamos fazer.

Então, nós instrumentalizamos nossos professores de educação física de acordo com o que eles gostavam. Imagine você que nós tínhamos o Ademar Ferreira da Silva, o Rodolfo Yamani que era o pai do judô, que eu conheci quando cheguei do Amazonas, era o campeão panamericano, tínhamos o Edson Perri, que era o grande professor de natação que existia, a Jeruza Camões, que fazia os grandes bailes ao ar livre, as festas juninas com quadrilhas, com cerca de 500 mil pessoas, que assistiam da arquibancada. Os políticos iam lá falar, o pessoal do PTB que era o partido do Getúlio.

Os conselhos se reuniam duas vezes por mês e tinha pauta feita por eles mesmos. O próprio Dante Pellacani, que era um líder sindical muito grande, ele organizava pauta e ia pra lá e outros líderes também. E era muito democrático, tinha gente do PTB, da UDN e a gente deixava falar, nós éramos um grupo oriundo da política universitária, do grupo mais radical nacionalista, que freqüentava as reuniões da UNE. Utilizávamos todos os meios possíveis, usávamos o caminhão para fazer de palco do teatro dos trabalhadores e para as bibliotecas, para fazer as tardes de leitura e acompanhamento da tarefa escolar. Isso era uma contribuição do que nós queríamos dar, não era uma coisa tão importante como hoje se pode fazer. Hoje nós temos condições de fazer uma recreação operária totalmente diferente, com o mesmo Imposto Sindical, que ainda existe. Acabaram com a comissão e não com o IS e não se faz nada com esse dinheiro, é mandado para os sindicatos. Uma parte dessa verba podia ficar com o Ministro do Trabalho, para um novo SRO. E nós temos professores jovens, de primeiríssima qualidade, no lazer moderno, que estudaram com o Dumazedier, nós trouxemos ele para cá. Jofre Dumazedier, da Sorbonne, que foi quem mais falou sobre o lazer moderno, que não era aquele ócio que nós tínhamos, é outro ócio. O lazer de um funcionário de alto nível, hoje, é completamente diferente. Todo mundo hoje estuda o lazer, o professor de educação física, o de Ciências Sociais, Ciências Políticas, esses todos podem dar uma forma para o lazer operário. Porque o operário hoje tem um outro nível, quem está proletarizado é o professor, que não recebe aumento há mais de dez anos. Esse é um governo de operários, isso tem que ser dito, eles tem que conhecer esse viés do lazer operário, que estão abandonados nos botecos do subúrbio, tomando cachaça, continua a mesma coisa. ... Mas a questão era regional, de um bairro para outro diferia o que se tinha que fazer. Nós fizemos uma corrida com os trabalhadores, onde eles se inscreveram no sindicato. Isso ajudou o trabalhador a tomar consciência do sindicato, ele via que lá tinha um gabinete dentário, tinha médicos, laboratórios. Isso era uma bola de neve, esses conhecimentos aqui, passar para sindicalização. De modo que, depois, da modificação do conselho com os representantes dos sindicatos foi o grande “boom” de todos os tempos no lazer operário, que foi quando os próprios operários detinham a hegemonia de dizer o que eles queriam fazer e não mais de cima para baixo.

E isso, naquela época, eliminava os pelegos. Eles não tinham mais vez para chegar e falar. Porque todos sabiam o que fazer, eles tinham feito curso, faziam as festas, os bailes traziam orquestras, aquelas orquestras grandes de quarenta anos atrás, pagava-se menos, mas eles tinham o transporte que o ministério do Trabalho dava, você não podia imaginar a quantidade de pessoas

que iam lá. Isso era uma coisa linda, o apoio que o Jango teve em função disso, que o Ministério do Trabalho deu para a política do PTB, foi qualquer coisa extraordinária principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e onde nós tínhamos as sedes de representação do Ministério do Trabalho. Eram feitas esporadicamente no Brasil inteiro, mas a concentração tinha que ser no Rio, que era o distrito federal, em São Paulo e em Minas, onde estavam os operários e no Rio Grande do Sul, que era a terra do Getúlio, onde tinha representação, influência do PTB. Hoje, com a comunicação que existe, pode ser feito no Brasil todo um SRO. Tanto era importante o serviço, que existia no Ministério da Educação uma divisão de educação física e não tinha a mesma representatividade que o SRO, que era muito maior sob todos os aspectos. Os professores eram pagos pelos serviços feitos na hora, não se podia contratar. Mas nós trabalhávamos com mais de duzentos professores, pagos na hora depois de cada evento. Mas, prestamos conta de tudo, está aí, estamos abrindo o nosso arquivo, o que não foi levado pelo aluvião do golpe militar de 1964.

Apêndice C – Referenciais bibliográficos sobre lazer publicado no início do século XX.

Referenciais bibliográficos sobre lazer publicado no início do século XX.

Local: Biblioteca da sede do Ministério do Trabalho e Emprego e no escritório da OIT em Brasília.

Título: **Albert Thomas et les loisirs du monde du travail.**

Autor(es): **Thomas, A.**

Publicado: Paris : Paul-Martial, 1933.

Descrição: 26 P.

Título: Enquête sur l'utilisation des bibliothèques populaires pour *les loisirs* ouvriers : rapport ... au Bureau international *du* travail.

Autor(es): International Institute of Intellectual Co-operation.

Publicado: Genève, 1932.

Descrição: 235 p.

Título: Recreation and education : reports presented to the international conference on workers' spare time, brussels, 15-17 June 1935.

Autor(es): International Labour Organisation.

Conferencia: International Conference On Workers' Spare Time (1935 : Brussels, Belgium)

Publicado: Geneva : International Labour Office, 1936.

Descrição: VIII, 151 P.

Título: Art populaire et **loisirs** ouvriers;

Autor(es): International Institute of Intellectual Co-operation.

League of Nations.

Publicado: Paris, Société des nations, Institut international de coopération intellectuelle, 1934.

Descrição: 326 p.

Título: Les **loisirs** ouvriers : communication faite au congrès de la Ligue de l'enseignement à Lille, le 16 juin 1928.

Autor(es): Labbé, Ed.

Publicado: Paris : Librairie de l'enseignement technique, 1928.

Descrição: 16 p.

Título: O.N.D. Opera Nazionale Dopolavoro (Oeuvre Nationale des **Loisirs du** Travailleur): Relation présentée au Congrès International des **Loisirs du** Travailleur tenu à Bruxelles **les** 15-16-17 Juin 1935.

Autor(es): Itália. Opera Nazionale Dopolavoro.

Conferência: International Conference on Workers' Spare Time (2nd : 1935 : Brussels, Belgium)

Publicado: Roma, 1935.

Título: Les *loisirs* de l'enfant et de l'adolescent : rôle de l'état et des initiatives privées /

Autor(es): Damay, Michel.

Publicado: Paris : Librairie sociale et économique, [1939].

Descrição: 302 p.

Título: Le guide de l'apprenti : Loisirs, sports, instruction, logement, repas : Répertoire des oeuvres utiles aux apprentis des deux sexes.

Autor(es): Société de protection des apprentis et des enfants employés dans les manufactures.

Publicado: Paris et banlieue : Paris, 1931.

Descrição: 190 p.

Título: Exposition internationale de la grande industrie, sciences et applications Art Wallon : Liège, 1930 : congrès international des *loisirs* de l'ouvrier organisé par la province de Liège. 7-10, juin 1930.

Conferência: International Conference on Workers' Spare Time (1st : 1930 : Liège, Belgium)

Publicado: Liège : Larock, 1929.

Título: Loisirs de la classe ouvrière : rapport de la commission spéciale.

Autor(es): Liège. Conseil Provincial.

Publicado: [S.l: s.n.], 1933.

Descrição: 17 p.